

Entre o espaço e a memória do Paço Real de Caxias.
Estratégia para a reabilitação sustentável do património
arquitetónico

Ester Eunice da Costa Pereira Lopes

Aluno nº: 7214

**Dissertação de Natureza Científica para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura**

Documento Final

Orientação Científica:

Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Professora Doutora Maria Manuela Mendes

Júri:

Presidente | Professor Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral

Vogal | Professor Doutor Amílcar de Gil e Pires

Orientadora | Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Lisboa, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, outubro de 2018

Índice

Agradecimentos	VII
Resumo	IX
<i>Abstract</i>	X
Lista de Siglas e acrónimos	XI
Índice de figuras	XIII
Índice de tabelas.....	XVII
Índice de gráficos.....	XIX
 Introdução.....	 1
Algumas razões da escolha do objeto de estudo	1
Contextualização	3
Objetivos.....	8
Questões e hipóteses	10
Metodologia	12
 Capítulo 1. Património arquitetónico, identidade e memória cultural	 15
1.1. Sobre o Património	15
1.2. Sobre a identidade.....	19
1.3. Sobre memória cultural.....	21
1.4. Síntese conclusiva	24
 Capítulo 2. A arquitetura e a reabilitação sustentável	 27
2.1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	27
2.2. Arquitetura sustentável	30
2.3. Reabilitação sustentável	34
2.4. Casos de referência	37
2.4.1. Palácio dos Marqueses da Fronteira e Alorna	38
2.4.2. Palácio Condes de Murça.....	43
2.5. Síntese conclusiva.....	50
 Capítulo 3. O concelho de Oeiras e as suas Quintas de Recreio	 53
3.1. Caracterização do concelho de Oeiras	53
3.2. A atualidade do concelho de Oeiras.....	56
3.3. As Quintas de Recreio de Oeiras.....	58

3.3.1. Quinta do Marquês do Pombal	59
3.3.2. Quinta do Torneiro.....	63
3.3.3. Quinta de Nossa Senhora da Conceição.....	65
3.3.4 Quinta do Morval	66
3.3.5 Quinta dos Grilos.....	67
3.3.6 Quinta Real de Caxias.....	68
3.4 Síntese conclusiva.....	70
Capítulo 4. Paço Real de Caxias: do estado atual à sua transformação	73
4.1 Quintas de Recreio: considerações gerais.....	74
4.2 Enquadramento da Quinta Real de Caxias	76
4.2.1 Caracterização morfológica, tipológica e espacial	80
4.2.2. Cronologia e obras de intervenção realizadas	83
4.3 Características arquitetónicas do edifício	85
4.4 Opiniões e perceções dos utilizadores da Quinta Real de Caxias.....	89
4.4.1 Caracterização sociodemográfica dos inquiridos.....	90
4.5 Perceções e usos dos espaços públicos.....	91
4.5.1 O imaginário dos residentes em torno do Paço Real de Caxias	94
4.6 Opiniões sobre a eventual reabilitação do Paço Real	95
4.6.1. Posicionamento dos entrevistados face à reabilitação.....	96
4.7 Síntese conclusiva.....	98
Capítulo 5. Metodologia de reabilitação sustentável – critérios/princípios orientadores .	100
5.1 Critérios para uma estratégia de valor na escolha de materiais e técnicas para a reabilitação sustentável.....	103
5.2 Fases do processo de reabilitação sustentável.....	105
5.2.1 Fase da Equipa de Projeto, Análises e Diagnóstico.....	105
5.2.2 Fase da Estratégia e prioridades de intervenção	122
5.2.3 Fase de Planeamento e Execução.....	127
5.2.4 Fase de Utilização e Manutenção	134
5.3 Síntese conclusiva.....	136
Capítulo 6. Conclusões e recomendações em termos de investigação e intervenção	139
Bibliografia	147

Anexos.....	155
Anexo A - Modelo de Questionário aplicado.....	157
Anexo B - Guião de entrevista aplicado à CMO – Divisão do Património, Histórico, Cultural e Turismo.....	163
Anexo C - Guião de entrevista aplicado à CMO – Responsável pelo projeto de conservação dos conjuntos escultóricos da Quinta Real de Caxias.....	167
Anexo D - Guião de entrevista aplicado à DHCME – Responsável pelo levantamento e estudo do património militar afeto ao EME.....	171
Anexo E - Transcrição das entrevistas.....	175
Anexo F- Plantas, Cortes, Alçados e Pormenores construtivos do Paço Real de Caxias.....	183
Anexo G - Ficha de Levantamento do Edifício.....	198
Anexo H - Proposta de Carta de Risco – Fachada sul.....	202

Agradecimentos

Às minhas orientadoras,

Um agradecimento muito especial à Professora Dra. Luísa Reis Paulo e à Professora Dra. Maria Manuela Mendes, o vosso acompanhamento foi crucial e luz guia ao longo deste processo de trabalho, muito obrigada às duas.

Ao meu marido e aos meus filhos,

Foram imensas horas em que estive distante, embora ali tão perto, mas acreditem que foi sempre convosco no pensamento, muito obrigada pela vossa paciência, apoio e compreensão.

À minha mãe, ao meu pai e às minhas irmãs,

O vosso incentivo foi motivo de determinação e perseverança para que esta jornada da minha vida pudesse ser concretizada.

A todas as outras pessoas,

Que de alguma forma contribuíram para a elaboração e concretização do meu trajeto académico, um bem hajam.

Resumo

Assegurar a longevidade do património é uma temática oportuna e que constitui um desafio urgente e que se coloca a todas cidades da atualidade. Salvar e revitalizar esse património cultural está na agenda de todas as entidades com responsabilidade sobre esse património.

Tendo como referencial de análise o concelho de Oeiras e tendo como contexto de fundo, a preocupação expressa na preservação de edifícios que ilustram o passado do território e constituindo as Quintas de Recreio um legado a conservar, emerge a questão que será o fio condutor desta pesquisa: De que forma é possível corrigir patologias existentes no Paço Real de Caxias, através de um processo de reabilitação sustentável no sentido de se recuperar a memória e a identidade deste lugar?

Este trabalho visa problematizar o conceito de Reabilitação Sustentável aplicado à tipologia arquitetónica das Quintas de Recreio, como estratégia para a apropriação do espaço segundo princípios de sustentabilidade e deste modo, incentivar à prática de uma arquitetura que utilize técnicas (re) construtivas de menor impacto ambiental, preservando e valorizando o património.

A metodologia escolhida foi o estudo de caso, enquanto estratégia de investigação qualitativa, sugerindo-se a recuperação do Paço Real de Caxias através do uso de estratégias sustentáveis a aplicar na reabilitação do património arquitetónico com valor histórico e cultural. Toma-se como princípio orientador a recuperação deste edifício para responder a uma carência/necessidade da freguesia de Caxias ao nível de um equipamento social, o que foi identificada por via do cruzamento de várias fontes de informação.

Este estudo que se estrutura no conceito de sustentabilidade e numa perspetiva de conservação da identidade e memória cultural da obra arquitetónica, configura-se como um contributo para uma estratégia a adotar num processo de reabilitação sustentável para a tipologia arquitetónica das Quintas de Recreio, mais concretamente no Paço Real de Caxias.

Palavras-chave

Reabilitação sustentável; Património; Memória Cultural; Identidade, Paço Real de Caxias.

Abstract

Ensuring the longevity of heritage is a timely issue and an urgent challenge and one that applies to all cities today. Safeguarding and revitalizing this cultural heritage is on the agenda of all entities with responsibility for this heritage.

Taking as reference the analysis of Oeiras and having as background, the concern expressed in the preservation of buildings that illustrate the past of the territory and constituting this Quintas de Recreio a legacy to conserve, emerges the question that will be the guiding thread of this research:

In what way is it possible to correct existing pathologies in the Paço Real de Caxias, through a process of sustainable rehabilitation in order to recover the memory and the identity of this place?

This work aims to problematize the concept of Sustainable Rehabilitation applied to this Quintas de Recreio architectural typology, as a strategy for the appropriation of space according to sustainability principles and, thus, to encourage the practice of an architecture that uses (re) constructive techniques of lower environmental impact, preserving and valuing the heritage.

The methodology chosen is the case study as a qualitative research strategy, suggesting the recovery of the Paço Real de Caxias with sustainable strategies to be applied in the rehabilitation of the architectural heritage with historical and cultural value. It is assumed as a guiding principle the recovery of this building to respond to a need of the parish of Caxias at the level of a social equipment, which was identified through the crossing of several sources of information

This study, which is structured in the concept of sustainability and in a perspective of conservation of the identity and cultural memory of the architectural work, is a contribution to a strategy to be adopted in a process of sustainable rehabilitation for the architectural typology of Quintas de Recreio, in the Royal Palace of Caxias.

Keywords: *Sustainable rehabilitation, Quintas de Recreio, Cultural Memory, Identity; Paço Real de Caxias*

Lista de abreviaturas e siglas

ADENE – Agência para a Energia

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AQS – Água Quente Sanitária

CEU – Conselho Europeu de Urbanistas

CMA – Câmara Municipal de Águeda

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CO₂ – Dióxido de Carbono

DI CMDLOG – Direção de Infraestruturas do Comando da Logística

DHCME – Direção de História e Cultura Militar do Exército

DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção-geral do Património Cultural

DMF – *Dymenthyl Formamida*

EME – Estado-Maior do Exército

GECORPA – Grémio do Património

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IIP – Imóvel de Interesse Público

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico

PDM – Plano Diretor Municipal

OA – Ordem dos Arquitetos

OSB – *Oriented Strand Board*

RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios

RCD – Resíduos de Construção e Demolição

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

3R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar

Índice de Figuras

Figura 1 – Concelho de Oeiras - Quintas de Recreio de Grau A	4
Figura 2 – Palácio do Marquês do Pombal	4
Figura 3 – Quinta do Torneiro	5
Figura 4 – Quinta Nossa Sr ^a da Conceição	5
Figura 5 – Quinta do Morval	6
Figura 6 – Quinta dos Grilos	6
Figura 7 – Quinta Real de Caxias	7
Figura 8 – Área afeta à Quinta Real de Caxias	8
Figura 9 – Jardins da Quinta Real de Caxias	9
Figura 10 – Esquema da relação entre Lugar, Espaço e Homem	20
Figura 11 – Casa da Cascata (Frank Lloyd Wright)	31
Figura 12 – Estratégias para a arquitetura sustentável	32
Figura 13 – Sombreamento de vão (Évora)	33
Figura 14 – Ciclo de vida da construção	35
Figura 15 – Palácio Marquês da Fronteira	38
Figura 16 – Palácio Marquês da Fronteira – Pré- existências (Capela e Torreão)	39
Figura 17 – Palácio Marquês da Fronteira – Arquitetura exterior	40
Figura 18 – Palácio Marquês da Fronteira – Teto da sala de entrada (antes e depois da intervenção)	42
Figura 19 – Palácio Marquês da Fronteira – Restauro da cobertura de madeira da <i>loggia</i> norte	42
Figura 20 – Palácio Condes de Murça – Antes e depois da reabilitação	43
Figura 21 – Painel de azulejos do séc. XVII onde se visualiza o Palácio Condes de Murça	44
Figura 22 – Palácio Condes de Murça – Pátio Serliano	45
Figura 23 – Planta de implantação do empreendimento (zona permeável a laranja)	46
Figura 24 – Parede do Palácio	46
Figura 25 – Paredes-mestras que foram mantidas	47
Figura 26 – Exemplo das proteções solares do Edifício Jardim	47
Figura 27 – Ventiloinvectores de pavimento	48
Figura 28 – Paredes em tijolo cerâmico maciço do Edifício Jardim	49
Figura 29 – Tirantes passivos	49
Figura 30 – Georreferenciação ao concelho de Oeiras	54
Figura 31 – Palácio da Quinta do Marquês do Pombal	60

Figura 32 – Atuais limites da Quinta do Marquês do Pombal - Planta	61
Figura 33 – Painéis de azulejo da sala de entrada.....	62
Figura 34 – Entrada da Quinta do Torneiro	63
Figura 35 – Capela, Salão e entrada da Quinta do Torneiro	64
Figura 36 – Quinta da Nossa Senhora da Conceição e Pormenor da Capela	65
Figura 37 – Portão Quinta do Morval	66
Figura 38 – Quinta Real de Caxias (Proteção especial a azul / Proteção geral a amarelo)	68
Figura 39 – Quinta Real de Caxias	69
Figura 40 – Paço Real de Caxias.....	70
Figura 41 – Quinta do Palácio de Estói (Faro)	75
Figura 42 – Paço Real de Caxias 1905 e na atualidade.....	77
Figura 43 – Cascata e Jardim da Quinta Real de Caxias 1905 e na atualidade	78
Figura 44 – Eixos de integração do local	79
Figura 45 – Planta de Divisão tutelar da Quinta Real de Caxias	80
Figura 46 – Aproveitamento de águas através do Sistema hidráulico de Caxias	80
Figura 47 – Levada e Sistema hidráulico da Cascata	81
Figura 48 – Espaços edificados da Quinta Real de Caxias	82
Figura 49 – Planta do piso 1 do Paço Real de Caxias e da Capela	83
Figura 50 – Fachada principal do Paço Real de Caxias.....	86
Figura 51 – Parede exterior da fachada da Capela	86
Figura 52 – Parede interior do quarto da Duquesa.....	87
Figura 53 – Pavimento exterior e interior do Paço Real de Caxias.....	88
Figura 54 – Pavimento exterior e interior do Paço Real de Caxias.....	88
Figura 55 – Cobertura do Paço Real de Caxias	106
Figura 56 – Fachada sul e poente do Paço Real de Caxias.....	107
Figura 57 – Estado atual do Paço Real de Caxias	107
Figura 58 – Risco associados à instalação elétrica	108
Figura 59 – Fendilhação	109
Figura 60 – Fendilhação oblíqua.....	109
Figura 61 – Esmagamento por compressão.....	110
Figura 62 – Desagregações superficiais	110
Figura 63 – Descolamento do material de revestimento do teto ou colapso.....	111
Figura 64 – Escada exterior do Paço Real.....	111
Figura 65 – Fissurações nas paredes interiores.....	112
Figura 66 – Desagregações pelo efeito da humidade	113

Figura 67 – Desagregação de reboco	113
Figura 68 – Anomalias no revestimento exterior	114
Figura 69 – Painéis de azulejos da fachada e das paredes interiores	115
Figura 70 – Fungos de podridão na madeira dos vãos	116
Figura 71 – Caixilharias de madeira em elevado estado de degradação	116
Figura 72 – Pavimento de madeira apodrecido.....	117
Figura 73 – Pavimento com estruturas de outros materiais.....	117
Figura 74 – Corrosão nos elementos de ferro e fendilhação	118
Figura 75 – Revestimento dos tetos.....	118
Figura 76 – Acabamento dos tetos em tela pintada	119
Figura 77 – Anomalia na cobertura em terraço por deformação.....	119
Figura 78 – Anomalias nas cantarias	120
Figura 79 – Anomalias associadas aos vários tipos de instalações	121
Figura 80 – Proposta de área de intervenção no Paço Real de Caxias a rosa	128
Figura 81 – Proposta de edifícios a demolir e a integrar o programa	129
Figura 82 – Proposta de programa para o Paço Real de Caxias e Capela	130
Figura 83 – Espaço afeto ao programa de oficinas	131
Figura 84 – Proposta de programa para os espaços exteriores	132
Figura 85 – Proposta de percursos exteriores do Paço Real de Caxias.....	133

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Análise SWOT: para Oportunidades e Ameaças	56
Tabela 2 – Análise SWOT: pontos fortes e fracos.....	57
Tabela 3 – Opiniões relativas aos espaços públicos em Caxias	92
Tabela 4 – Atributos do Paço Real de Caxias	95
Tabela 5 – Princípios orientadores e critérios essenciais para a reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias.....	102
Tabela 6 – Fase 1 do Plano de Manutenção Programada	135
Tabela 7 – Fase 2 do Plano de Manutenção Programada	136

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Inquiridos segundo os grupos etários	90
Gráfico 2 – Conhecimento e uso dos espaços públicos em Caxias	91
Gráfico 3 – Atividades que gostaria de realizar em espaços públicos de lazer	92
Gráfico 4 – Principais problemas dos espaços públicos de lazer	93
Gráfico 5 – Necessidades e tipos de equipamentos em Caxias	93
Gráfico 6 – Conhecimento e uso do espaço da Quinta.....	94
Gráfico 7 – Serviços/equipamentos a integrar na Quinta Real de Caxias.....	95
Gráfico 8 – Esquema do plano de intervenção	104

Introdução

Algumas razões da escolha do objeto de estudo

Assiste-se nos dias de hoje a uma multiplicidade de intervenções de reabilitação no património arquitetónico, o que pode indiciar uma crescente consciencialização da sociedade para proteger a sua herança cultural. Estas ações configuram-se como uma forma de compreender o passado, mas, também e por vezes fazem ressurgir novas referências identitárias, recriando memórias face a alguns objetos arquitetónicos, atribuindo-lhes novas valências, usos e significados.

A abordagem da temática da reabilitação do património levanta uma série de questionamentos, emergindo, desde logo, a pergunta: que tipo de intervenção é mais adequado efetuar? A resposta remete para uma reflexão inicial centrada na função inaugural do edifício e sobre qual o seu destino no futuro. Daqui surge uma complexidade de componentes inerentes ao estudo desta temática que vão desde as características físicas, otimização do uso do edifício, até às questões da sustentabilidade ambiental, social e económica.

A nosso ver é nesta perspetiva que a reabilitação do património se deve centrar, não apenas na análise do custo/benefício, mas também, na preservação de valores culturais, na proteção ambiental e na valorização do património.

Contudo, a aplicação de novas técnicas e materiais, combinada com as exigências de prazos mais curtos para a conclusão das obras iniciadas, tem levado a uma perda contínua de conhecimento na área das antigas técnicas de construção; para além disso, denota-se um alheamento completo face a ações de manutenção de modo a preservar o património.

A presente dissertação de natureza científica tem como temática central a “Reabilitação Sustentável” enquanto estratégia que pode gerar outros modos de apropriação do espaço, segundo os princípios de sustentabilidade e tendo como referencial empírico o património arquitetónico.

Este trabalho procura ser um contributo crucial e pertinente para a prática de uma arquitetura que utiliza técnicas (re)construtivas de menor impacto ambiental, preservando e valorizando o património, de modo a prolongar o tempo de vida e de uso de objetos arquitetónicos com valor histórico.

Apesar das profundas alterações, que modificaram significativamente a estrutura da paisagem do concelho de Oeiras, que constitui o território em análise, é ainda possível identificar edifícios e aglomerados urbanos que ilustram o passado deste município e do seu património.

Esta dissertação final de mestrado evidencia uma forte ligação e preocupação face a este território, procurou-se assim responder a algumas interrogações, nomeadamente ao facto de persistirem ainda edifícios, como é o caso das Quintas de Recreio do concelho, que estão voltadas ao abandono, como acontece com a Quinta Real de Caxias.

Algumas das antigas Quintas de Recreio do concelho de Oeiras mantiveram até aos dias de hoje a sua estrutura arquitetónico-paisagística quase intacta. A sua importância em área, carga histórica e valor arquitetónico e ambiental, permitiu atribuir a estas Quintas de Recreio o Grau A¹, conforme referido no Edital 679/2003 da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) (CMO, 2003).

Neste contexto, o trabalho que aqui se apresenta, propõe uma estratégia para salvaguardar e revitalizar este tipo de arquitetura, utilizando para o efeito sistemas e técnicas pouco intrusivas. Ou seja, esta dissertação procurou contribuir por um lado, com uma proposta de intervenção ao nível arquitetónico, a qual defende a recuperação do Paço Real de Caxias, através do uso de técnicas pouco intrusivas para o ambiente e por outro, identifica quais as soluções sustentáveis a aplicar na reabilitação deste tipo de edifícios. Um dos principais objetivos deste trabalho passou por discernir de que modo se pode trazer para o séc. XXI os espaços e ambientes do séc. XVIII, permitindo re(viver) na atualidade as experiências e ambiências do passado, mas no contexto da contemporaneidade.

Intervir em edifícios que constituem património arquitetónico pressupõe ir além da utilização de estratégias específicas e que estão associadas aos métodos de construção atual. O profissional de arquitetura deve possuir conhecimentos sobre todas estas especificidades, de modo a iniciar o seu projeto de recuperação do edifício. Para além do conhecimento adquirido, o arquiteto deverá ser um coordenador da reabilitação do edifício, possuindo como principais competências o conhecimento profundo das técnicas adequadas ao desenvolvimento de intervenções em projetos de reabilitação, restauro e conservação, assim como, deter a capacidade teórica e crítica para intervir em edifícios e conjuntos urbanos com valor patrimonial e histórico (Ordem dos Arquitetos - Secção Regional Sul, 2016, p. 5).

A reabilitação de edifícios antigos, nomeadamente a sua conservação, é a melhor solução para a sustentabilidade da construção e para preservar os valores culturais incutidos na arquitetura do edifício. Tirando partido da recente crise que afetou o setor da construção no nosso país, a reabilitação sustentável está na ordem do dia, assim como, o conjunto de operações destinadas a garantir a possibilidade de reutilização plena do edificado, no sentido de o adaptar às exigências contemporâneas. Neste contexto,

¹ Grau A – quintas que mantêm a sua estrutura arquitetónico-paisagística quase intacta e revelam importância em área, carga histórica e valor arquitetónico e ambiental.

procurou-se garantir o compromisso entre a identidade original do edifício e a que resultou do processo reabilitação.

Contextualização

Tomou-se como ponto de partida desta investigação o estudo dos palácios, palacetes e casas que integram as Quintas de Recreio classificadas com valor arquitetónico pela CMO, num total de seis edifícios. Sendo consideradas como elementos de maior interesse histórico e cultural do concelho de Oeiras, estes exemplares são obras características da arquitetura do Renascimento em Portugal.

Embora, como em tantos outros casos, os desígnios da história as tenham votado ao abandono e à utilização indevida durante décadas, a identificação do seu valor como objeto patrimonial levaram ao reconhecimento da necessidade de distinguir estes edifícios e as suas propriedades como elementos históricos de marco cultural.

De acordo com o Edital 679/2003 da CMO, identificaram-se as seguintes Quintas de Recreio no concelho como detendo valor arquitetónico com vista à sua preservação: o Palácio do Marquês do Pombal em Oeiras; a Quinta do Torneiro ou Quinta dos Anjos em Paço D'Arcos; a Quinta da Nossa Senhora da Conceição em Barcarena; a Quinta do Morval e a Quintas dos Grilos, ambas em Carnaxide e a Quinta Real de Caxias, localizada em Caxias e a qual será alvo de análise nesta dissertação.

Considerou-se pertinente problematizar teoricamente o conceito de sustentabilidade associado à reabilitação das Quintas de Recreio, dado o valor histórico deste tipo de arquitetura, mas também, se abordou a preservação do património e a resignificação da identidade do lugar. Refira-se que, das pesquisas exploratórias efetuadas, tanto ao nível da reabilitação sustentável, como das Quintas de Recreio, sobressai sempre uma grande preocupação em termos de preservação e integridade da obra como elemento individual (Quintas, 2011; Martins, 2010).

Correlacionando as leituras efetuadas com o objeto de estudo, parece ser uma ideia consensual a de que o processo de reabilitação de uma obra arquitetónica pressupõe uma forte ligação ao passado, presente e futuro assim como ao espírito do lugar.

A Figura 1 mostra a distribuição geográfica das quintas acima indicadas no concelho e a sua localização por freguesia.

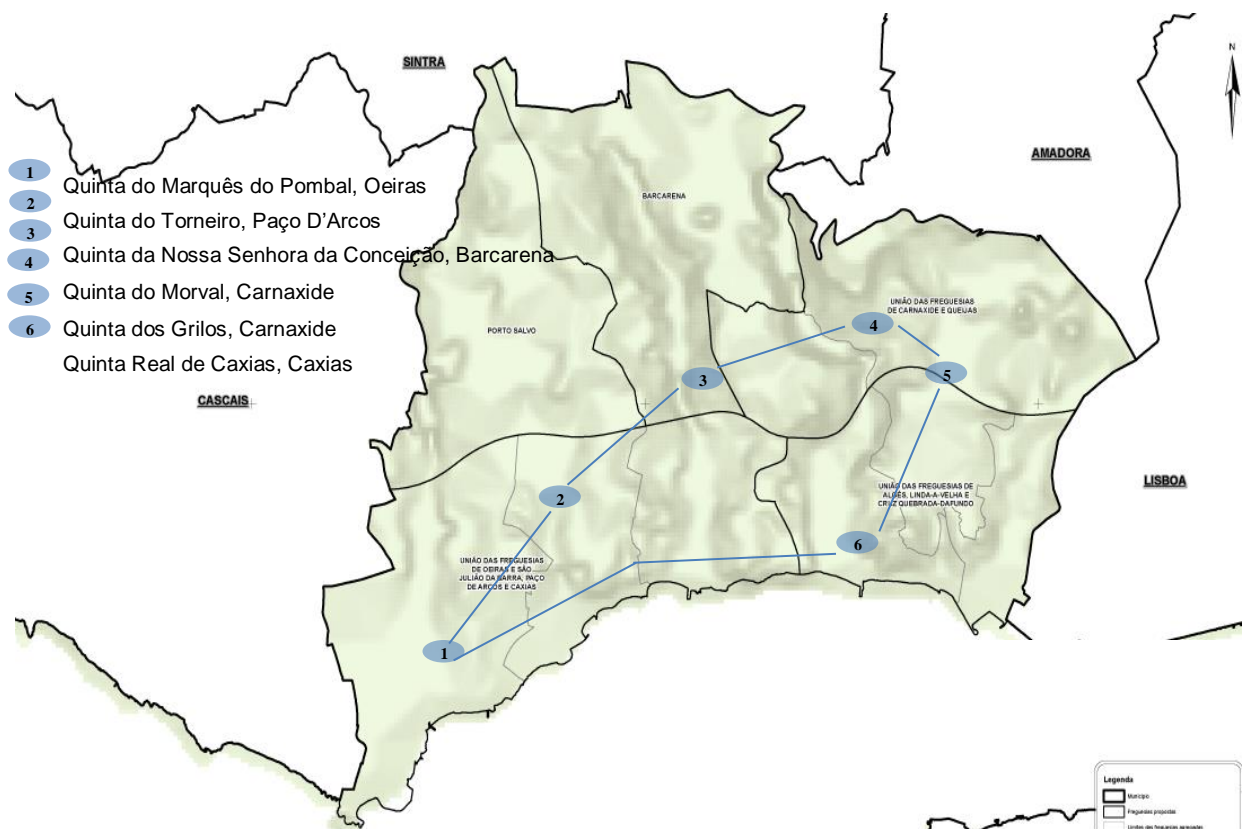


Figura 1 – Concelho de Oeiras - Quintas de Recreio de Grau A

Fonte: Elaboração própria, 2016

Apresentam-se da Figura 2 à Figura 7, algumas das imagens disponíveis relativas às Quintas de Recreio do concelho de Oeiras – Grau A:



Figura 2 – Palácio do Marquês do Pombal

Fonte: em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>, 2016, s.p.



Figura 3 – Quinta do Torneiro

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt>², 2016, s.p.



Figura 4 – Quinta Nossa Srª da Conceição

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt>², 2016, s.p.

² As imagens constantes nas figuras de 3 a 7 foram acedidas em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.



Figura 5 – Quinta do Morval

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt>², 2016, s.p.



Figura 6 – Quinta dos Grilos

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt>², 2016, s.p.



Figura 7 – Quinta Real de Caxias

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt/>², 2016, s.p.

O valor arquitetónico das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras, como símbolos da arquitetura erudita do séc. XVI-XVIII, refletem memórias, vivências e narrativas, assumindo uma importância singular em termos culturais e históricos. O elemento catalisador do presente trabalho de investigação remeteu para a desvalorização e incerteza face ao futuro em termos de utilização e reconhecimento face a este tipo de arquitetura.

Em termos geográficos, o Paço Real de Caxias encontra-se junto a uma zona ribeirinha e numa das principais vias de comunicação da freguesia, beneficiando deste modo do acesso rápido e privilegiado por parte dos munícipes (Figura 8). Este edifício é o referencial empírico deste estudo, sendo possível a sua comparação com outras Quintas de Recreio, dadas as similaridades entre o seu tipo de uso e respetivo estado de conservação.

O âmbito do presente trabalho insere-se na reabilitação sustentável aplicada à arquitetura das Quintas de Recreio, mas circunscrita ao contexto de estudo o Paço Real de Caxias, no concelho de Oeiras, por se ter apresentado em estado devoluto e sem uma estratégia de intervenção. A valorização deste edifício teve como possível finalidade em termos de horizonte temporal e viabilidade a médio prazo, responder a carências/necessidades da freguesia ao nível de equipamentos sociais nos próximos anos.

Tendo como finalidade a valorização do património arquitetónico, houve a intenção inicial de compreender as vulnerabilidades e potencialidades que o Paço Real de Caxias com o Jardim e a Cascata () apresentam, de modo a estabelecer uma estratégia de intervenção sustentável.



Figura 9 – Jardins da Quinta Real de Caxias

Fonte: em <http://www.cm-oeiras.pt>³, 2016, s.p.

Em termos específicos, pretendeu-se: a) valorizar o património arquitetónico, através de um profundo conhecimento da história e vida do edifício para assim, identificar um novo ciclo de vida e uso com vista ao seu renascimento e preservando o seu valor agregado; b) identificar e perceber quais os indicadores necessários para a (re) construção desta tipologia arquitetónica através de um modelo de reabilitação sustentável da Quinta de Recreio; c) propor a definição de um programa que nos leve a fazer uma incursão na história e arquitetura das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras classificadas com valor

³ A imagem que se apresenta foi acedida em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.

histórico, arquitetónico e ambiental de modo a sustentar a valorização do património e preservar a sua memória e identidade.

As Quintas de Recreio encontram-se inseridas fora dos aglomerados urbanos, fazendo fronteira com o meio rural, constituindo grande potencial estratégico não só pelo seu valor patrimonial, mas principalmente por se distenderem por entre a paisagem natural e estabelecerem uma relação perfeita entre esta e o construído. Este equilíbrio entre a arquitetura e a natureza obrigou a uma reflexão sobre os processos de intervenção e levou a pensar mais no ambiente ao invés do edifício.

Foi neste referencial que se inseriu este estudo, na medida em que pretendeu salvaguardar o património como herança cultural, procurando as melhores ferramentas e estratégias para a sua reabilitação sustentável. No fundo, foi intenção utilizar técnicas pouco intrusivas de forma a não quebrar o elo de equilíbrio entre o construído e a paisagem natural, recuperando, assim, a experiência construtiva do passado, combinando-as com materiais e técnicas inovadoras sob a condição destes terem um elevado nível de adaptação ao ambiente, uma das ideias fundamentais, foi a de os materiais serem passíveis de serem reciclados.

Por último, um dos objetivos mais ambiciosos consistiu em fornecer um contributo útil para a elaboração de indicadores relativos a técnicas e materiais que pudessem ser aplicadas ao modelo arquitetónico das Quintas de Recreio, no âmbito da sua reabilitação, valorização e manutenção em termos de ciclo de vida.

Tal implicou desenvolver uma estratégia que permitiu definir planos de proteção e preservação do património cultural representado por estes edifícios, que tivessem como principal ponto de partida manter o equilíbrio com a paisagem natural existente. O prolongamento da vida útil dos edifícios, a preservação do património e a conservação da identidade cultural, só podem ser concretizadas através da reabilitação sustentável, quer seja pela poupança de recursos e pela minimização de impactos ambientais, quer seja, pelos princípios de sustentabilidade ao nível ambiental, económico e social.

De salientar que não foi objetivo efetuar uma análise em termos de custos financeiros ao utilizarem-se técnicas da reabilitação sustentável, mas sim, indicar os pontos fortes e as mais-valias deste tipo de ação, de forma a preservar a identidade do edifício e valorizar o património arquitetónico.

Questões e hipóteses

Tendo presente que uma investigação científica tem subjacente todo um planeamento rigoroso, que requer o estabelecimento de objetivos iniciais, a seleção de

uma metodologia de abordagem e de todo um faseamento do processo de investigação. Assim, as principais implicações que foram tidas em consideração para o presente trabalho, remetem para o enquadramento do problema sob a forma de uma questão, para a qual não se sabe a resposta e para todo o planeamento do processo de investigação, para obter a resposta/solução ao problema levantado.

Os critérios que estiveram presentes na definição da pergunta de partida basearam-se na identificação de um problema, perante a observação da realidade das Quintas de Recreio, tendo-se constatado que este tipo de arquitetura não é valorizado e principalmente não é possível reconhecer, nos exemplos que existem no concelho de Oeiras, o seu propósito, a sua principal função ou seja, a sua identidade.

Nesta sequência, esta dissertação pretendeu responder à seguinte questão principal de investigação:

De que forma é possível corrigir patologias existentes no Paço Real de Caxias, através de um processo de reabilitação sustentável com o intuito de recuperar a memória e a identidade deste lugar?

A questão de partida visou assim elucidar sobre a problemática em estudo e atendeu aos critérios de definição do problema, considerando-se que esta é clara, exequível e pertinente, na medida em que remeteu para uma realidade empírica e para um conjunto de casos similares, como sejam, as Quintas de Recreio.

Do ponto de vista orientado para a recolha de informação, a formulação da questão de partida teve como premissa abordar o presente, ou seja, na atualidade mas também, baseou-se no estudo da mudança, de forma a melhor compreender o caráter evolutivo e dinâmico dos fenómenos.

Para a construção do modelo de análise, definiram-se duas fases, sendo a primeira constituída pela definição das hipóteses e a segunda a construção e operacionalização de conceitos. As hipóteses foram construídas de modo a orientar a pesquisa e a identificação dos aspetos e dos fatores que pudessem ser a solução para o problema levantado. Estas hipóteses foram elementos teóricos que estruturam com rigor, a ordem e o trabalho de investigação. No fundo, o fio condutor do trabalho na procura da solução para o problema levantado.

Assim, como possível resposta à questão de partida surgiram as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 - A reabilitação sustentável do património do Paço Real de Caxias potencia a preservação da identidade do edifício na medida em que respeita as preexistências e devolve o edifício à comunidade.

Hipótese 2 - A integração de sistemas e materiais que melhoram o desempenho energético e o nível de conforto do Paço Real de Caxias permitem atribuir ao edifício usos/funções da atualidade.

Hipótese 3 - A reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias tem efeitos multiplicadores na redinamização e no reavivar de um percurso de memória envolvendo as Quintas de Recreio do Concelho de Oeiras, classificadas com valor histórico, arquitetónico e ambiental.

As hipóteses asseguraram uma ligação lógica entre as diferentes fases da realização do trabalho que necessitaram de ser testadas. Segundo Sousa e Baptista (2011, pp. 27-28) as hipóteses são formuladas com o objetivo de responder ao problema de investigação, tendo como base a pesquisa exploratória realizada. Para melhor compreender o objeto de estudo, as suposições efetuadas não são necessariamente confirmadas, dependendo assim do processo de investigação.

Metodologia

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, enquanto estratégia de investigação qualitativa. Esta estratégia metodológica assentou na consulta e análise de documentação de referência sobre os temas relacionados com as Quintas de Recreio, património arquitetónico, memória cultural e identidade; e a análise documental de casos de referência nacionais na área da reabilitação sustentável. Neste âmbito, considerou-se que a observação dos casos de referência, assim como a análise dos resultados atingidos no âmbito da utilização de técnicas e sistemas sustentáveis, seriam os melhores critérios de escolha.

Para o trabalho de campo foi importante, auscultar localmente a opinião dos residentes na área em análise, assim como perceber qual o tipo de intervenção programada para as Quintas de Recreio por parte da CMO e pelo Ministério da Defesa. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas a alguns atores institucionais, designadamente da CMO e da Direção de História e Cultura Militar do Exército (DHCME) e inquéritos por questionário a alguns residentes junto à área de estudo.

Durante o processo de investigação, utilizou-se procedimentos interpretativos, privilegiando a análise de conteúdo das entrevistas efetuadas aos representantes da CMO sobre o valor arquitetónico da Quinta Real de Caxias e à DHCME sobre a perspetiva de utilização futura dos elementos construídos da Quinta Real de Caxias; para além de se ter

feito uma análise estatística exploratória dos inquéritos dirigidos aos residentes na freguesia de Caxias. Durante a fase de análise, efetuou-se uma descrição da análise SWOT⁴ (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) patente no Plano Diretor Municipal (PDM) de Oeiras 2013., o que permitiu sistematizar o conhecimento sobre o território em análise e assim delinear a melhor estratégia a implementar em termos de intervenção no edifício em caso de estudo.

A estrutura organizativa do presente trabalho contemplou uma breve introdução sobre o tema em investigação as Quintas de Recreio e cinco capítulos que contribuíram para o aprofundamento das questões e temas chave deste trabalho.

Na introdução, desenvolveu-se o enquadramento do tema, assim como os objetivos que se pretenderam atingir com a presente investigação, apresentou-se o problema em forma de questão de partida, definiram-se as hipóteses para verificação, enquanto possíveis respostas ao problema levantado. Também se apresentou a metodologia base aplicada para responder à questão de partida.

No primeiro capítulo problematizaram-se os conceitos estruturantes para a valorização do património, permitindo perceber de que modo é possível concretizá-la. Neste capítulo, foram abordados os conceitos de património, identidade e memória, ferramentas conceituais que se associaram ao conceito base da Quinta de Recreio.

O segundo capítulo abordou o conceito de sustentabilidade, quer na área da arquitetura, quer na área da reabilitação. Procurou-se caracterizar as qualidades e fragilidades destas intervenções, indicando-se igualmente casos de referência.

Numa aproximação à zona da proposta de intervenção, o terceiro capítulo, contextualiza o concelho de Oeiras em termos históricos, culturais e sociais. Este capítulo focou-se nas principais Quintas de Recreio do concelho de Oeiras, que estão classificadas com valor arquitetónico segundo o edital 679/2003 da CMO, nomeadamente sobre as razões da sua implantação no concelho, o tipo de usos que na época lhes era dado e qual a situação presente. Com base na análise SWOT do PDM de Oeiras 2013 elaborou-se um quadro síntese sobre o território com o objetivo de identificar a perspetiva a seguir como indicadores para a estratégia de reabilitação sustentável do caso de estudo.

O quarto capítulo focaliza-se sobre o caso de estudo, o Paço Real de Caxias, nesse sentido, fez-se uma caracterização do lugar e do edifício em análise. Neste capítulo, analisaram-se os dados recolhidos no terreno, através das entrevistas e inquéritos. Estas informações permitiram delimitar as características arquitetónicas do edifício de forma a

⁴ SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*.

melhor conhecer todo o complexo onde se insere o Paço Real de Caxias, com vista à elaboração da estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico.

No quinto capítulo desenvolveu-se a estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico, onde foi aplicado o processo faseado da reabilitação. Com vista a reintegrar o edifício no lugar e na sociedade, procurou-se delimitar de forma ponderada a forma como os materiais, técnicas construtivas e novas soluções tecnológicas poderiam ser utilizadas na reabilitação do Paço Real de Caxias. Neste desenvolvimento, foi também crucial identificar e analisar os indicadores recolhidos nas entrevistas e nos inquéritos, o que permitiu a proposição de um programa de funções e atividades como resposta à necessidade de promover a coesão social e incentivar as relações intergeracionais.

Ao nível das considerações e recomendações apresentou-se no sexto capítulo uma síntese da estratégia seguida, os resultados obtidos com a investigação e tratamento dos dados e os contributos que foram gerados neste campo de conhecimento. Aqui, expuseram-se os indicadores gerais que potenciam a reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias, o que permitiu responder à questão de partida. Finaliza-se com a alusão aos desenvolvimentos futuros neste campo de conhecimento e sugere-se alguns temas de investigação que carecem de exploração.

Capítulo 1. Património arquitetónico, identidade e memória cultural

“O património arquitetónico, construído e paisagístico, englobando os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras.”

(Direção-Geral do Património Cultural, 2000, em www.patrimoniocultural.gov.pt, s.p.)

Para um melhor entendimento e fundamentação do processo de reabilitação sustentável inerente a uma Quinta de Recreio, tornou-se imperativo refletir no contexto deste trabalho sobre alguns dos conceitos estruturantes e que estão diretamente correlacionados com esta temática, como sejam os de património, identidade e memória. Esta reflexão justifica-se perante a premissa base e que passa por valorizar e preservar o património, meta principal desta investigação.

Assim, este capítulo visou problematizar os conceitos acima indicados, recorrendo à perspetiva de vários autores que versam sobre as matérias em análise.

1.1. Sobre o Património

Com origem do latim *“patrimoniū”*, este termo significa uma herança paterna, bens de família bem ou conjunto de bens, materiais ou naturais, reconhecidos pela sua importância cultural⁵.

A Convenção-Quadro do Conselho da Europa assinada em Faro em 2005 e aprovada pela Assembleia da República em 2008, define património cultural como:

“O conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, enquanto reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições e em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo.”

(Assembleia da República, 2008, p. 6648).

⁵ Definição de Património descrita em <https://www.priberam.pt/dlpo/patrim%C3%B3nio>, consultada em 10 de abril de 2018.

No campo do desenvolvimento sustentável do património, esta mesma Convenção-Quadro do Conselho da Europa prevê: “promover o respeito da integridade do património velando para que as decisões de adaptação incluam a compreensão dos valores culturais que lhe são inerentes; definir e promover princípios de gestão sustentável e encorajar a sua manutenção; velar para que as necessidades específicas da conservação do património cultural sejam tidas em conta em toda a regulamentação técnica geral; promover a utilização de materiais, técnicas e aptidões tradicionais e explorar as suas potencialidades para aplicações contemporâneas e promover uma elevada qualidade nas intervenções através dos sistemas de qualificação e acreditação profissionais das pessoas, das empresas e das instituições” (Assembleia da República, 2008, p. 6650).

Segundo Vítor Cóias (2016), Presidente de Direção do GECORPA⁶, o Conselho da Europa reconheceu na Convenção-Quadro sobre o valor do património cultural para a sociedade, assinada em Faro em 2005, a importância do património para o desenvolvimento económico e sustentável, assim como, para a qualidade de vida das pessoas. Neste documento encontram-se definidos os princípios para a utilização sustentável do património cultural e a sua valorização, orientadas para o desenvolvimento económico e sustentável (Cóias, 2016, p. 8).

As intervenções no património cultural devem por isso, observar e cuidar das diversas valências e expressões que o caracterizam e que lhe conferem um carácter único e insubstituível, trata-se de uma operação técnica pluridisciplinar integrada e exigente, determinante para a futura fruição pública dos monumentos singulares, conjuntos ou sítios e dos respetivos contextos que com eles possuem uma relação interpretativa e informativa (Paulo, 2009, p. 306).

Deste modo, entendeu-se que a conservação, a valorização e divulgação deste património assume uma importância local, ou em casos específicos, mundial. A atratividade de diferentes públicos pelos diversos aspetos associados à fruição destes espaços deve-se à diversificação dos valores associados, que podem ser de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

⁶ GECORPA – Grémio do Património, originalmente uma organização destinada apenas a empresas da área da reabilitação do edificado em geral, e da conservação do património arquitetónico em particular, evoluiu à luz de um Plano de Sustentabilidade Financeira e passou a incluir não apenas empresas, mas profissionais do setor e outras organizações, entidades e cidadãos que partilhem o entusiasmo pela conservação do Património, disponível em <http://www.gecorpa.pt/conteudo.aspx?id=2&area=Associados> consultado em 15 de abril de 2018.

Considerou-se que o património arquitetónico devido às suas características específicas, seja de estilo arquitetónico, época de construção ou mesmo pelas técnicas construtivas usadas, é normalmente reconhecido por especialistas como riqueza cultural.

Em *As Questões do Património*, Choay (2011) refere que o termo património é uma redução a um simples substantivo das duas formas lexicais “monumento” e “monumento histórico”. Monumento, do substantivo latino “*monumentum*” deriva do verbo “*monere*” – “lembrar”. Mas na verdade, o monumento está associado a uma visão antropológica de lugares de memória, na medida em que assumem um importante significado por fazerem parte da memória coletiva de um determinado grupo, ou seja, a memória de um passado comum e de uma identidade social, traduzido num sentido de pertença. Em contraposição, o monumento histórico é um objeto escolhido num *corpus* de edifícios preexistentes devido ao seu valor histórico, artístico, tecnológico, que não está destinado à memória viva mas sim, à memória intelectual (Choay, 2011).

Choay (1984) considera que a obra “O culto Moderno dos Monumentos” de Alois Riegl convida a uma meditação sobre a nossa sociedade, sendo que o monumento histórico, com os seus ritos e mitos não é um modo inocente de auto preservação, devendo ser: “*decifrado como um sintoma... de obnubilação narcísica e de uma impotência*” (Choay, 1984, pp. 17-18).

A autora referiu ainda que, este sintoma é um sinal da autocontemplanção que pode levar à autoanálise arriscando contaminar a criação presente pela perspetiva histórica. Tendo os monumentos históricos esta dimensão sintomática, Choay interroga-nos se “*a atividade que atualmente continuamos a chamar arquitetura conserva o poder de edificar monumentos?*” (Choay, 1984, pp. 17-18).

Tendo presente a Convenção de Granada (1985) para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa e ratificada por Portugal através da Resolução da Assembleia da República n.º5/91, no seu artigo 1.º, a expressão património arquitetónico foi considerada como integrando bens imóveis do tipo: monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios.

Desta resolução se deduz ainda que, Portugal assumiu o compromisso de adotar políticas de conservação integrada, salientando-se: a proteção do património arquitetónico nos objetivos essenciais do ordenamento do território e do urbanismo; a adoção de programas entre os quais o de manutenção do património arquitetónico; a conservação e a utilização de edifícios que revistam interesse do ponto de vista do ambiente urbano ou rural, ou da qualidade de vida e a aplicação e o desenvolvimento de técnicas e materiais tradicionais, essenciais ao futuro do património. No âmbito dos incentivos, o artigo 15.º menciona a intenção de valorizar a conservação do património arquitetónico junto da opinião pública como elemento de identidade cultural (Assembleia da República, 1991).

Pese embora o que já foi explicitado anteriormente, persistiu ainda a necessidade de perceber o que torna um edifício classificado como património arquitetónico insubstituível e que tenha qualquer coisa irrepetível e difícil de encontrar noutro tipo de construção arquitetónica. Segundo Vaz (2016) esta classificação de valor é “construída pelo passado, existe e significa no presente, e que de tão intrínseco, pertence também ao futuro” (Vaz, 2016, p. 2). Intervir sobre o património arquitetónico revela uma intenção de preservar o que é “nosso” e remete para aquilo que pensamos ser a nossa História. Partindo desta afirmação, as intervenções no património devem contribuir para reforçar a legibilidade do valor intangível que constitui o princípio do património arquitetónico.

Moreira (2006) no seu artigo sobre o “Entendimento do património no contexto local”, tentou equacionar a amplitude de significados do conceito de património de forma a revelar e definir uma identidade e memória num determinado espaço geográfico. Entendeu que a perceção do antigo e da nossa história não é tida em conta nos fatores da evolução de uma localidade, referindo ainda que numa era de globalização, assiste-se a uma tendência para a homogeneização cultural, onde as instituições locais procuram resgatar o passado, (re) construído pelo presente sob a “patrimonialização” dos elementos culturais locais. Segundo Assmann citado por Moreira, as necessidades contemporâneas carecem de uma ligação ao passado, movimento designado por “amnésia coletiva” em relação ao passado (Moreira, 2006, p. 127).

Recuperar o passado e trazer de volta as atividades e expressões que fortaleçam a identidade de uma comunidade, podem ser expressas em ações, que até podem assumir um carácter instrumental na medida em que a oferta de bens e atividades culturais podem corresponder às carências de uma população local, que esteja manifestamente necessitada de uma identidade para com território, com o passado e com os indivíduos desse local. A herança cultural que o património traz, permite estabelecer uma “conexão” entre o passado, presente e futuro, o que concomitantemente promove um sentimento de pertença nos indivíduos. Há, no entanto, uma seleção do que se pretende legar de património para o futuro, ou seja, existe uma escolha cultural e um sentido de pertença fazendo a ponte entre o presente e o futuro. À ideia de posse do património junta-se, segundo Moreira (2006), o propósito de valor atribuído aos bens patrimoniais do passado em dadas circunstâncias históricas, no sentido de estima individual e social. Segundo Moreira (2006), observam-se “movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural”, que evidenciam a importância da preservação do património como elemento de afirmação da identidade dos indivíduos de determinado local (Moreira, 2006, pp. 128-129) e num contexto globalizado.

Considerou-se, assim, que o património arquitetónico se revela num processo simbólico de legitimação social e cultural, de forma a representar determinadas referências identitárias.

Em suma, a preservação do património arquitetónico transcende a mera preservação material de uma edificação antiga e transcende também a operação simbólica de acumulação de experiência cultural. O património arquitetónico oferece elementos de significação cultural, relevantes para um determinado contexto geográfico, ou seja, para os indivíduos que habitam determinado território e sobre o qual estabelecem uma relação entre o passado-presente-futuro. O património arquitetónico pode servir de instrumento para intervir no tecido social fornecendo referências identitárias necessárias para a construção de um sentido de pertença da população.

1.2. Sobre a identidade

“O Homem habita quando se consegue orientar ‘em’ e ‘identificar-se’ a si próprio com o meio envolvente ou, quando experimenta a envolvente como significativa”

(Norberg-Schulz, 1984, p. 5)

Na filosofia⁷, identidade é a relação que cada coisa tem apenas consigo mesma; numa perspetiva generalista, identidade é dar autenticidade aos objetos, como manifesto de revelação da verdade das coisas.

Segundo Sobral (2014), referindo Norberg-Schulz, na arquitetura o conceito de identidade está associado ao conceito de lugar enquanto fenómeno da ação dos sentidos do homem. A identidade de um lugar é revelada pela vivência do Homem nesses espaços, física ou simbolicamente, presumindo uma sucessão de vivências e relações. Esta vivência por sua vez é entendida como habitar, perante uma relação do homem com o lugar, traduzindo-se na identificação ou criação do lugar como método de apropriação do espaço exercida pelo homem. O homem deve ser capaz de captar o “*genius loci*” do lugar onde habita, ou seja, o espírito/carácter do lugar, concretizando deste modo um conjunto de

⁷ No pensamento grego, Sócrates e Platão destacam-se pela sua preocupação em definir o que são as coisas, ou seja, em descobrir e fixar as essências das coisas, restabelecendo o ponto de vista da verdade na filosofia. No sentido socrático e platónico, a definição parte do princípio da identidade e permanência dos entes e, para ultrapassar o problema da unidade e da multiplicidade. <http://edtl.fcsb.unl.pt/business-directory/6350/identidade/>, consultado a 8 de novembro de 2016.

várias realidades que reunidas tornam-no singular, transformam o lugar e definem a sua identidade (Sobral, 2014, pp. 48-50).

Desta forma, para se estabelecer um princípio de identidade do lugar são necessários três elementos fundamentais (Figura 10), nomeadamente, um espaço, que só é entendido quando se torna possível identificar o segundo elemento, o lugar, que pela sua ordem só é reconhecido pela interação do homem com o espírito desse lugar, e por último o homem, como elemento que habita o espaço e o lugar estabelecendo ligação entre eles (Sobral, 2014, p. 51).

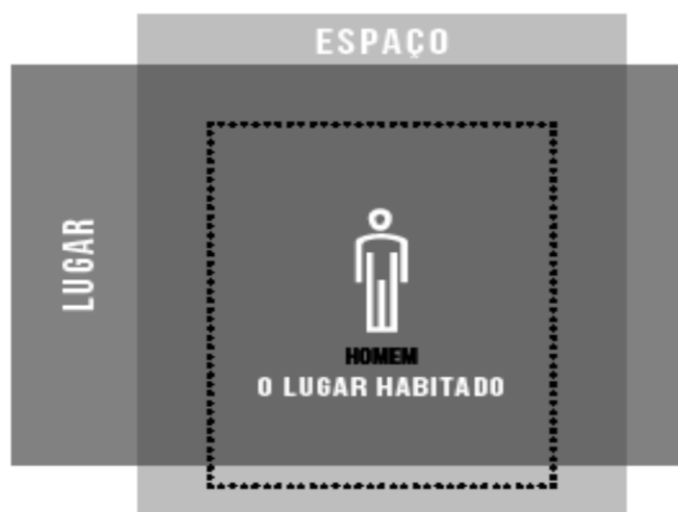


Figura 10 – Esquema da relação entre Lugar, Espaço e Homem

Fonte: Sobral, 2014, p. 48

Entendeu-se igualmente, que a identidade do lugar está relacionada com a época, tempo, fases do dia e com o ambiente que o circunda, existindo caracteres particulares de lugar relacionados com a tipologia dos edifícios onde a habitação apresenta um ambiente protetor (Pires, 2008, pp. 116-118).

Nas reflexões efetuadas por Firmino da Costa (2002), foi tido como ponto de partida o designado paradoxo das identidades culturais em contexto de globalização. O autor optou por esta designação porque à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, através de dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se, podendo ocorrer de forma suave ou disruptiva. Foi deste modo possível verificar, uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias ou ambivalentes, em que aquelas atribuições polarizadas se revelam, afinal, grande parte das vezes, muito

menos evidentes e unívocas do que poderia parecer à primeira vista. Firmino da Costa (2002) reforçou este aspeto, referindo que é a essa multiplicidade, entrecruzada e dinâmica, das identidades culturais, revela o seu carácter plural e plástico, contextual e interativo, mutável e entrelaçado, evidenciando profundas ambiguidades nas suas manifestações simbólicas e nas suas dinâmicas relacionais (Costa, 2002, p. 16).

O autor refere também que, estamos diante de poderosos e abrangentes processos de globalização, assistindo-se a uma proliferação de identidades culturais segmentadas e diferenciais. Na atualidade coexistem processos de globalização, diferenciação e contextualização social, bem como de identidade, homogeneização e hibridação cultural. Após uma análise sobre as identidades culturais urbanas no atual quadro de globalização, que identifica como “plataformas de observação”, Firmino da Costa (2002) iniciou uma descrição de Portugal como, país que tem atravessado por significativos processos de transformação social modernizadora, referindo a queda do regime em 1974 e a integração na União Europeia, como datas marcantes em termos de mudança estrutural, institucional e cultural. (Costa, 2002, p. 18).

Da análise efetuada foi possível chegar à conclusão que a apropriação do espaço é algo intrínseco ao homem que habita um lugar, na medida em que estabelece uma relação de reciprocidade, é a partir desta correspondência que é possível criar uma identidade.

1.3. Sobre memória cultural

“Ao perscrutar a minha infância (a melhor fonte para a pesquisa da própria eternidade), vejo o despertar da consciência como descontínua série de instantes com intervalos sucessivamente mais curtos, até se formarem cintilantes blocos de percepção que oferecem à memória um escorregadio suporte.”

(Nabokov, 1986, p. 1)

Memória significa uma faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço, lembrança, monumento comemorativo, recordação, presente. Como dimensão essencial da vida humana, a memória assegura a sobrevivência do indivíduo ao nível racional enquanto detentor de uma identidade. À primeira vista, a memória parece uma coisa inerte, presa ao passado — a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo. Mas um olhar mais cuidadoso revela que a memória é dinâmica e conecta três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro.

De acordo com José Manuel Sobral (1995), citando o sociólogo *Maurice Halbwachs*, os indivíduos em função dos agregados sociais onde estão inseridos, o grau de parentesco, os grupos profissionais, as classes sociais ou até os grupos religiosos, adquirem memórias diferenciadas. Segundo o autor, quando evocamos uma lembrança e quando lhe damos um carácter preciso através da sua localização, quando a completamos, diz-se por vezes que a ligamos ao que a rodeia: na realidade é porque outras lembranças relacionadas com ela subsistem à nossa volta, nos objetos, nos seres, no seio dos quais vivemos, ou em nós mesmos: elementos de destaque no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da existência corrente e modos familiares de ver. Para o autor, a memória *“que é ao mesmo tempo meio e mensagem é social, porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interação e através de práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados”*, esta definição indicou-nos que existe uma organização das lembranças tendo como contexto o meio em que estamos inseridos e uma ligação entre o que se passou face contraposto ao presente (Sobral, 1995, pp. 290-292).

“A memória cultural é constituída, por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemónicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios, por isso pressupõe um conhecimento restrito aos iniciados. Segundo Sobral (1995), o espaço social local é uma parte constitutiva das experiências e memórias, a memória da própria paisagem, produto da história local que constitui um referente desta carregado de sentidos, para os discursos evocadores de cada classe, para a sua identidade social e para as recordações dos indivíduos.”

(Sobral, 1995, pp. 295-296).

Quando se fala em memória do lugar cultural, associa-se imediatamente os termos como identidade e património, entendendo-se o património como o *locus*⁸ privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade. Esta noção, de lugar privilegiado, está diretamente vinculada às questões de lembrança e até de uma certa pertença ao próprio e aos outros, como forma de conservação de informações passadas que não foram esquecidas.

A memória assume várias aceções, ela na verdade pode ser entendida como algo coletivo e de índole social, porque o passado só permanece vivo quando existe

⁸ *Lócus* – palavra latina, substantivo masculino, significa lugar, sítio, localidade.

oportunidade de o reviver. Daí que a memória cultural possa ser palco de partilha de experiências passadas, mas com grande expressão de continuidade.

O artigo intitulado de “Memória e Identidade Social” de Michael Pollak (1992), debruça-se especificamente sobre o problema da ligação entre memória e identidade social, designadamente das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral. O autor referiu que nos últimos tempos verifica-se o proliferar de publicações onde são apresentados estudos sobre a problemática da memória através duma abordagem histórica e sobre a problemática da identidade. Destas pode-se consultar a última obra de *Fernand Braudel*, referente à França, sobre a identidade deste país, onde predomina a preocupação com os conceitos de identidade e de construção, na longa duração, de uma identidade.

Pollak (1992) referiu que existem algumas designações periódicas, que aludem diretamente a factos de memória, muito mais do que os acontecimentos ou factos históricos não trabalhados por memórias. Estas memórias apresentam-se como um fenómeno individual e intimista, próprio da pessoa, tendo características oscilantes e inconstantes. No entanto, referiu igualmente que existem fronteiras dentro das mesmas que se apresentam como constantes e intemporais, nas quais determinado número de elementos se torna realidade, passando a fazer parte da própria essência da pessoa ou do grupo (Pollack, 1992, p. 200).

O autor interroga-se e identifica os seguintes elementos essenciais da memória, individual ou coletiva:

“Acontecimentos vividos pessoalmente;

Acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer;

Acontecimentos percecionados e que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo;

As personagens ou pessoas reais e encontradas no decorrer da vida;

As personagens ou pessoas quase conhecidas;

Personagens ou pessoas que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.”

(Pollack, 1992, p. 201).

Os três critérios: acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em factos concretos. Além dessas diversas projeções, em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos

vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, o autor, identifica esta situação como conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade (Pollack, 1992, pp. 203-206).

Assim pode afirmar-se que existem diferentes elementos da memória, bem como, se pode reconhecer fenómenos de projeção e transferência, os quais podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva, o que permite caraterizar a memória como seletiva. Considerando como último elemento da memória a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento; foi possível inferir que a memória é um fenómeno construído, consciente ou inconscientemente, resultando num verdadeiro trabalho de organização.

Se a memória é um fenómeno construído, social e individual, quando se trata da memória herdada, existe uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. A memória sendo vista como elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. Esta construção é apresentada como um prodígio e que se produz em alusão aos outros, seguindo os critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, o que se faz por meio da negociação direta entre indivíduos.

1.4. Síntese conclusiva

Concluído este primeiro capítulo, constatou-se que os conceitos de património, identidade e memória são fundamentais para a entender o processo de reabilitação de um edifício antigo, como é o caso em estudo o Paço Real de Caxias.

Do conceito de património foi possível clarificar que na tipologia arquitetónica da Quinta de Recreio em Portugal reconhecem-se valores de herança cultural, de tradição e em particular, valores de interação entre o Homem e o lugar através do tempo. A compreensão dos valores culturais torna-se essencial para se intervir no património cultural, para que seja preservado o carácter único e insubstituível do edifício. A utilização de materiais, técnicas e aptidões tradicionais promovem a valorização do património como garante da qualidade nas intervenções.

O património, para alguns autores, assume-se como lugar de memória por fazer parte da lembrança de um indivíduo ou grupo de indivíduos, envolvendo referências identitárias e sentido de apropriação. Este movimento interior do património assume uma importância

crucial, na medida em que, as suas características específicas permanecem e são reconhecidas ao longo do tempo.

A classificação de património arquitetónico como valor insubstituível é construída pelo passado, existe e significa no presente e projeta-se para o futuro. Daqui retirou-se que as intervenções no património devem ser efetuadas de modo a reforçar a legibilidade e as pertenças identitárias, neste caso específico do Paço Real de Caxias, promovendo novamente o sentimento de pertença cultural do edifício.

Relativamente às questões de proteção do património arquitetónico, verificou-se que Portugal tem implementado legislação em matéria de manutenção, conservação e valorização de edifícios que revistam interesse do ponto de vista do ambiente urbano, rural ou de qualidade de vida. Apurou-se igualmente que existem iniciativas que promovem a salvaguarda do património arquitetónico como elemento de identidade cultural, criando incentivos para a aplicação e desenvolvimento de técnicas e materiais tradicionais, essenciais para prolongar a vida dos edifícios e consequentemente do património.

Sobre o conceito de identidade observou-se na arquitetura uma associação desta noção com o conceito de lugar, manifestado pela ação do homem. As relações que se estabelecem entre os indivíduos e os lugares dão origem às identidades, quer seja pela apropriação do espaço, quer seja pelo próprio habitar do homem no lugar. Observou-se a existência de três elementos fundamentais para a criação de uma identidade, nomeadamente, o espaço, o lugar e o homem. O lugar assume uma identidade quando é captado o seu "*genius locci*", ou seja, apropriação do espaço onde é possível identificar o seu carácter ou espírito de uma forma singular.

O lugar da Quinta de Recreio apresenta uma realidade e sentido específico, configurando um modo de habitar e um carácter identitário singular.

Para definir memória cultural tomou-se em consideração o carácter dinâmico do conceito de memória, na medida em que conecta três dimensões temporais, por remeter ao passado, evocar no presente e perspetivar o futuro. Adotou-se como definição de memória cultural, aquela que é constituída por heranças simbólicas e materializadas e que funcionam como cristalizadores de experiências individuais e coletivas do passado. Este conceito encontra-se associado também aos termos de identidade e património, descrevendo-se que o património reveste-se num lugar privilegiado onde as memórias e as identidades se materializam.

A noção de lembrança foi bastante pertinente quando se pretende reabilitar o património com vista à sua valorização, no caso do Paço Real de Caxias, a memória cultural vinculada às questões de lembrança permitem recuperar a identidade do lugar e até conservar e contemporizar informações passadas. Neste âmbito, a memória cultural

contribuiu para o reforço da entidade coletiva e de índole social, na medida em que o passado só permanece vivo quando existe oportunidade de o reviver, ou seja, a memória é cenário de partilha de experiências passadas, mas com grande manifestação para o futuro.

Com o enquadramento dos temas abordados neste capítulo foram reunidas as bases conceituais sobre a valorização do património.

Capítulo 2. A arquitetura e a reabilitação sustentável

Neste capítulo e tendo em conta as particularidades do contexto em estudo, pareceu-nos oportuno abordar os conceitos e práticas em termos de sustentabilidade aplicadas à arquitetura em geral, e sobretudo no domínio da reabilitação. De facto, na atualidade, os processos de construção, reabilitação e conservação exigem hoje em dia uma responsabilidade ética e profissional acrescida a todos os técnicos que intervêm nestes processos.

O entendimento destes conceitos e a sua aplicabilidade na proposta de valorização e reabilitação do património arquitetónico aqui em estudo são de extrema importância, na medida em que se pretendeu derivar desta análise alguns eixos orientadores para a definição de uma estratégia de reabilitação a propor para o Paço Real da Quinta de Caxias.

De seguida, passaremos à problematização dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, arquitetura sustentável e por último, o referente à reabilitação sustentável.

2.1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade, baseado na estratégia de se preservar o presente de forma a se construir o futuro⁹ teve o seu despertar nos anos 90. Nesta altura, assistiu-se a uma mudança de pensamento no que se refere às alterações climáticas e ao seu impacto na vida dos homens. Especificamente, o Protocolo de Quioto¹⁰ identificou que ao nível da arquitetura, os edifícios novos “*devem reduzir 40% as emissões de CO2 e os existentes até 50% em pelo menos 30% do edificado*” (Figueres, 2015, em <https://www.unric.org/pt/>, s.p.).

Segundo Christiana Figueres (2015) Secretária Executiva da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC):

⁹ Relatório *Brundtland - Our Common Future*, publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”

¹⁰ Protocolo de Quioto (1992/97/99) – Tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito de estufa, considerados de acordo com investigações científicas, como a causa do aquecimento global. Centro Regional de Informação da Nações Unidas, <https://www.unric.org/pt/actualidade/31761-protocolo-de-quioto-celebra-10-anos-onu-afirma-que-este-primeiro-passo-essencial-deve-levar-a-novo-acordo-para-conter-emissoes-em-2015>, consultado a 6 de novembro de 2016.

“O Protocolo de Quioto foi o primeiro passo essencial, hoje temos de tomar mais ações para construir um futuro verdadeiramente sustentável para sete mil milhões de pessoas, que se tornaram 9 mil milhões. Não obstante dos nossos esforços, os gases de efeito de estufa continuam a aumentar, ameaçando o desenvolvimento sustentável e colocando milhares de milhões de pessoas em risco nas décadas vindouras.”

(Figueres, 2015, em <https://www.unric.org/pt/>, s.p.).

O conceito de sustentabilidade, segundo Mikhailova (2004) prevê a capacidade de exploração de um recurso natural de forma sustentável que nunca será esgotado. Transportando esta visão para o domínio do Homem, uma sociedade sustentável será aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente, garantindo o respeito pela capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos, ao mesmo tempo que se melhora a qualidade de vida do Homem na Terra.

O desenvolvimento sustentável não se restringe à gestão dos recursos naturais e à proteção dos ecossistemas regionais e do ambiente global, este conceito abarca também as questões que visam a melhoria das condições da vida da população mundial, procurando resolver problemas como a pobreza e a desigualdade social, sem desrespeitar a preservação de sistemas ecológicos dos quais dependemos (Mikhailova, 2004).

De referir que a ONU lançou em 2015 um grande projeto de promoção do desenvolvimento sustentável, no qual foram traçados 17 objetivos, tendo como meta o ano de 2030. Trata-se de uma agenda, fruto do trabalho de cidadãos e de governos de todo o mundo, que pretende criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas de forma sustentável.

Num artigo recente publicado no site das Nações Unidas intitulado *“Climate Adaptation, Opportunity to Build a Better World”*, a atual Secretária Executiva da UNFCC, Patricia Espinosa, referiu que as alterações climáticas são o grande flagelo da atualidade, sendo que a única forma de as contrariar é através da construção de cidades mais sustentáveis (Espinosa, 2018).

As estratégias sustentáveis procuram assim, prolongar a vida das estruturas dos edifícios existentes e a utilização dos materiais com que foram construídos. No entanto, e em geral, é mais sustentável reabilitar e reutilizar edifícios existentes do que demolir e construir de novo, visto que a remodelação envolve o consumo de menos materiais e de menos energia, nomeadamente, na demolição e transporte.

A Nova Carta de Atenas de 2003 resulta de um processo de revisão da Carta desde 1998 e foi adotada na conferência internacional de Atenas, pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), traduzindo uma visão sobre as cidades do séc. XXI. O principal foco deste documento centrou-se nos desafios e questões que afetam as cidades no princípio do séc. XXI, sugerindo uma maior colaboração entre urbanistas e outros profissionais com responsabilidades na resolução dos problemas que vão emergindo na atualidade. Deste modo são confrontadas duas visões, a visão do futuro e a visão do passado (Correia & Lobo, 2003). A visão futura das cidades do séc. XXI patente na Nova Carta de Atenas assentou na construção de uma Cidade Coerente e envolvendo todos os atores responsáveis pelos processos de gestão e desenvolvimento sustentáveis do território.

Partindo do princípio de que o futuro é largamente determinado pelo passado, a premissa da visão do passado pressupõe um olhar crítico tendo por base as questões e desafios das cidades do séc. XXI. Deste modo, sobressaem quatro tendências apontadas pela Nova Carta de Atenas:

“ Face às alterações sociais e políticas importa aumentar a participação e assegurar os interesses comuns de todos os grupos, sejam eles locais ou imigrantes;

Em consequência das alterações económicas e tecnológicas convém promover menor poluição, apostar na revitalização dos centros das cidades com atividades culturais e de lazer, paisagens valorizadas e maior biodiversidade ao longo dos perímetros urbanos;

Perante as alterações ambientais, é necessário promover o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano baseado na economia e as condições de vida saudáveis, incentivando-se a proteção e desenvolvimento de atividades agrícolas locais;

Mediante as alterações urbanas, é recomendável uma coerência urbana entre o antigo e o novo, proporcionando-se ambientes e serviços de alta qualidade, de forma a salvaguardar os interesses coletivos.”

(Correia & Lobo, 2003, pp. 18-25)

Deste modo, a Nova Carta de Atenas de 2003, adotada pelo Conselho Europeu de Urbanistas procura promover o desenvolvimento sustentável das cidades, apresentando uma perspetiva coerente e integrada, que pode ser implementada pelo urbanismo em colaboração com outros profissionais. Esta Carta propõe novos sistemas de governação e pistas que potenciam a coesão social, tirando partido das novas formas de comunicação e das tecnologias da informação para a construção e funcionamento das cidades.

2.2. Arquitetura sustentável

Desde tempos remotos se regista um esforço por parte da arquitetura em incorporar a componente ambiental na construção dos edifícios, definindo como regras essenciais, por exemplo, o aproveitamento das condições do terreno e dos materiais disponíveis no território, assim como, a adequação da construção ao clima da região. Deste modo, a questão da sustentabilidade, com a sua dimensão ambiental no edificado procurava satisfazer as necessidades humanas, protegendo e preservando de igual modo a qualidade ambiental e os recursos naturais.

Os Dez Livros de Arquitetura de Marcus Vitrúvio (séc. I a.C.) revelam uma primeira manifestação de preocupação da relação edifício e meio natural envolvente, apresentando recomendações sobre a implantação, a orientação e a iluminação para a edificação de um novo núcleo urbano. A natureza era vista como um potencial de recursos que eram disponibilizados ao Homem para satisfazer as suas necessidades (Rua, 1998, pp. vi-viii).

No processo subsequente de evolução das construções das cidades, designadamente até ao séc. XV, verificou-se que a forma de implantação no território abrangia um anel produtivo rural envolvente a massa edificada, mantendo as relações de proximidade entre edificado e paisagem. A partir do séc. XV, assistiu-se à retoma dos modelos Clássicos em que a planificação é coordenada com os recursos, contudo, com o início do fenómeno da expansão ultramarina e a abertura de novos mercados, registou-se um progressivo crescimento da pressão sobre os recursos naturais e sobre o meio ambiente (Paulo, 2009, pp. 17-19).

De referir que o séc. XIX constituiu uma exceção à regra no que diz respeito à construção e preocupação com o ambiente, na medida em que a industrialização e a produção em massa geraram sistemas de elevado consumo energético, de materiais e recursos naturais. O forte afluxo de população às grandes cidades, sentida em plena revolução industrial, justificou a necessidade e a urgência de uma proposta de trazer um ambiente mais saudável e puro para a cidade. O conceito de cidade-jardim de Ebenezer Howard surgiu pela primeira vez num artigo escrito por este autor em 1902, onde foi referida a criação de cidades satélite, independentes, em volta das grandes cidades, projetadas à escala humana, consubstanciando o melhor que a vida da cidade e a vida do campo têm para oferecer. Esta visão utópica do autor constituiu uma forma de tentar resolver os problemas da pobreza, poluição e de insalubridade do contexto urbano da época, desenhando novas cidades nas quais a arte paisagística desempenhava um papel importante na projeção de parques e jardins no traçado urbanístico em estreita dialética com o mundo rural (Rodrigues, 2011).

Porém, já no séc. XX, verificaram-se algumas preocupações neste âmbito, como o caso da arquitetura orgânica trazida por Frank Lloyd Wright (1867-1959), estando os conceitos de sustentabilidade implicitamente integrados na construção. Para este arquiteto, o edifício torna-se parte integrante da paisagem, ou seja, o objeto arquitetónico é construído como uma extensão do ambiente e em perfeita inter-relação com a envolvente, tirando partido da topografia, dos materiais construtivos locais e da paisagem (Figura 11). No final do séc. XX, associado à crise energética motivada pelo choque do petrolífero, a crise na construção levou à procura de novas fontes energéticas para contrariar a dependência das energias esgotáveis, lançando progressivamente uma crescente preocupação ambiental na construção e consequentemente na arquitetura (Pinheiro, 2006).

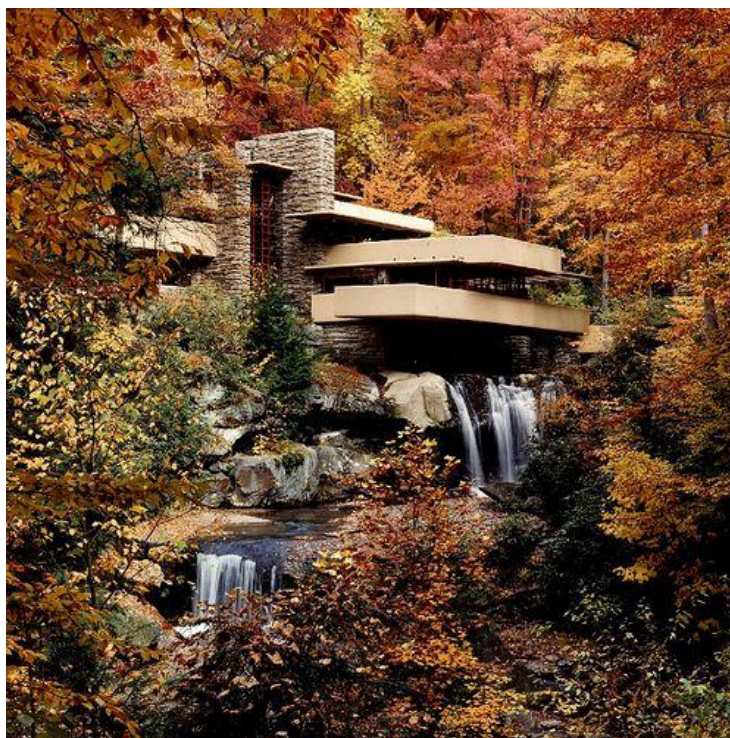


Figura 11 – Casa da Cascata (Frank Lloyd Wright)

Fonte: Archdaily, 2008

Destas premissas derivou o conceito de arquitetura sustentável, caracterizada por conciliar fontes alternativas de energia com o conforto ambiental, onde o edifício é projetado de fora para dentro no sentido do ambiente para o edifício. Assumiu-se que a sustentabilidade só é possível se houver uma grande aposta em incorporar no edifício soluções que permitam operar um menor consumo de energia, menor afetação ecológica, menores impactos ambientais estruturais e a mobilização de materiais que estejam em harmonia com o ambiente circundante.

De facto:

“Na arquitectura sustentável, considera-se a adaptação da construção ao clima do lugar um factor importante. Essa adaptação realiza-se por meios naturais e tem por finalidade o ambiente, o conforto e a saúde. O ambiente interior, que é conseguido através do desenho dos edifícios – desenho solar passivo – da selecção dos materiais e da utilização dos sistemas através do recurso a processos naturais, minimizando, portanto, a utilização de outros sistemas mecânicos que implicam elevados consumos de energia.”

(Paulo, 2009, p. 369).

Como exemplo desta preocupação a Figura 12 apresenta um modelo de vão recuado que permite tirar partido do sombreamento mesmo nas alturas do dia em que o sol está na sua inclinação máxima, identificando-se esta situação como uma estratégia de arquitetura sustentável.



Figura 12 – Estratégias para a arquitetura sustentável

Fonte: Sassi, 2006, p. 178

No seu livro *“Sustainable Construction – Green building design and delivery”*, Charles Kibert (2013) citando Ken Yeang usou os termos arquitetura verde e arquitetura sustentável de forma equivalente, definindo-os como: *“projetar com a natureza e projetar com a natureza de uma maneira ambientalmente responsável”* (Kibert, 2013, p. 92).

Neste âmbito, identificou alguns princípios essenciais agregados ao conceito de arquitetura sustentável, sendo que o ambiente deve ser biologicamente viável para as

pessoas; a destruição dos ecossistemas pelos seres humanos deve ser minimizada, uma vez que os recursos naturais são limitados e os processos do meio ambiente natural devem ser considerados no planeamento e no projeto de arquitetura, pois, mudar qualquer coisa neste sistema afetará tudo o resto (Kibert, 2013, pp. 89-92).

Explicitar as qualidades da futura construção sustentável para um bom desempenho é um passo essencial e crucial, segundo Charles Kibert (2013). Neste domínio existem três abordagens possíveis: a visão vernacular, a abordagem de alta tecnologia e o modelo biomimético¹¹. O expoente máximo de uma construção é desenvolver um ambiente humano que funcione numa relação mutuamente benéfica com o ambiente natural e que troque matéria e energia de maneira simbiótica (Kibert, 2013, p. 506).

Embora não exista uma definição consensual de arquitetura sustentável, concordamos com Fernandes et al. (2016), quando afirma que o futuro da construção assenta na reflexão sobre o que foi o seu passado e nesse sentido a arquitetura vernácula materializa de forma particular uma pluralidade de estratégias pragmáticas de adaptação ao meio envolvente e de profunda racionalização dos recursos disponíveis – climáticos, geológicos, económicos e culturais. A Figura 13 apresenta um tipo de sombreamento de vão que está orientado a sul e no solstício de verão ao meio dia solar e que consegue estar à sombra.



Figura 13 – Sombreamento de vão (Évora)

Fonte: Fernandes et al., 2016, p. 781

O uso de materiais e técnicas locais, característico desta arquitetura, tem bastantes vantagens, dado que estes materiais não necessitam de serem transportados a longas

¹¹ Modelo biomimético, traduzido de *biomimetic design*, trata-se de uma disciplina de design emergente que procura a natureza para soluções de design sustentável (Kibert, 2013, p. 525).

distâncias por se encontrarem no território; precisam de pouco processamento e consequentemente possuem baixa energia incorporada e reduzidas emissões de dióxido de carbono na sua produção; acresce o facto de serem materiais naturais e de se enquadrarem no ciclo de vida da construção, e em muitos casos, o facto de usarem mão-de-obra local para a sua produção. A simplicidade das construções vernáculas, o funcionamento passivo, de baixo impacte para o ambiente e adaptadas à envolvente são um exemplo, ou mesmo um meio, para desenvolver e adaptar estas estratégias para os contextos atuais da arquitetura sustentável (Fernandes, et al., 2016, pp. 733-788).

2.3. Reabilitação sustentável

Segundo o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) entende-se por reabilitação de edifícios:

“A forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como, às frações eventualmente integradas nesse edifício”

(RJRU, 2009, p. 3).

Para além disso, a reabilitação procura conceder aos edifícios novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbanas, prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas.

Paulo (2009) considera que a reabilitação implica a preservação do património tendo por princípio a conservação integrada, envolvendo três dimensões: a social, pelo princípio da justiça social e da partilha por todos, nomeadamente das mais-valias geradas pelo processo; a democrática, pelo princípio da descentralização e da participação da população em todas as fases do processo e a ambiental, pela preocupação com a qualidade do ambiente urbano e dos espaços públicos.

O sucesso da reabilitação urbana não se pode cingir apenas a ações de intervenção sobre os edifícios e espaços públicos, sendo necessário adotar uma abordagem integrada que contemple os outros níveis de proteção do património e de qualificação do ambiente urbano e rural. A reabilitação incide principalmente no património construído, melhorando o edifício em todas as suas condicionantes, físicas, técnicas, funcionais, estéticas e de durabilidade (Paulo, 2009, p. 21).

Ao nível da sustentabilidade, a reabilitação urbana prevê um processo de desenvolvimento local, tendo em vista melhorar a qualidade de vida das comunidades locais, revitalizando e mantendo o legado do passado, com o intuito de prolongar o seu ciclo de vida para o futuro (Paulo, 2009, pp. 22-23).

Sobre o ciclo de vida dos edifícios (Figura 14), Pinheiro (2006) referiu que as atividades associadas à construção, bem, como os seus efeitos ambientais variam de acordo com as tipologias e ao longo da vida dessa construção. O ciclo de vida de um edifício inicia-se desde a sua conceção até à sua desativação, sendo os seus efeitos diferenciados em cada uma das fases consideradas.

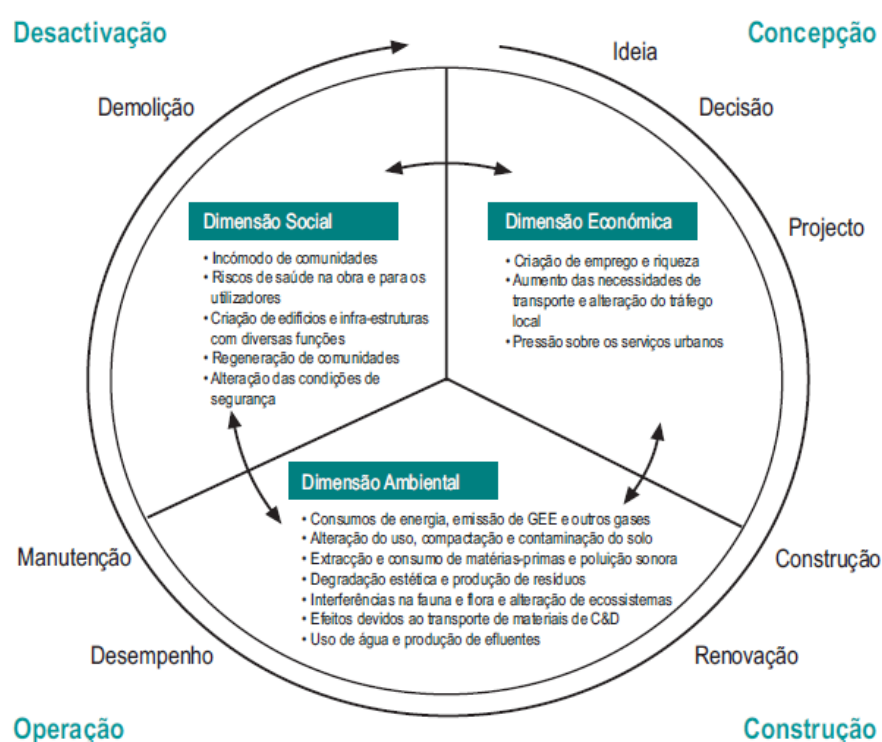


Figura 14 – Ciclo de vida da construção

Fonte: Pinheiro, 2006, p. 74

Numa exposição para a Ordem dos Arquitetos (OA) sobre o Ciclo dos 3R's¹², José Aguiar (2008) definiu reabilitação como:

¹² Ciclo dos 3R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar, consiste num conjunto de medidas de ação adotadas na Conferência da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992, bem como no 5º Programa Europeu para o Ambiente e Desenvolvimento de 1993. Esta política aplica-se e é válida para todo o tipo de resíduos/efluentes sólidos, líquidos e gasosos, disponível em <http://www.quercus.pt/residuos/3608-os-3-rs>, consultado em 28 de abril de 2018.

O conjunto de operações dirigidas à conservação e restauro das partes significativas, em termos históricos e estéticos, de arquiteturas, incluindo a sua beneficiação geral, de forma a permitir satisfazer níveis de desempenho e exigências funcionais atualizadas.”

(Aguiar, 2008, p. 68) .

Verifica-se sempre uma intenção ecológica no processo de reabilitação, na medida em que é integrada a reutilização de bens materiais disponíveis, evitando-se o gasto de energias e matérias fósseis. O autor defendeu ainda que a reabilitação urbana prevê uma intervenção integrada que vai desde a parte cultural até dimensão coletiva com vista à reconstituição do tecido urbano e social, ou seja, procura-se efetuar uma operação urbana ao nível físico da reconstrução dos edifícios e ao nível social para dinamizar e integrar as atividades económicas e sociais locais (Aguiar, 2008, pp. 60-70).

As preocupações com a sustentabilidade na construção e reabilitação de edifícios segundo Appleton (2010) implicam soluções que possibilitem a redução dos consumos energéticos e de emissões poluentes, o consumo de recursos naturais e a redução dos impactos ambientais. A reabilitação sustentável de edifícios constitui-se num processo de qualificação do edifício e do seu meio, por estar a par com a proteção do ambiente e pelo respeito face aos elementos construtivos. Deste modo, considera-se que a preservação e beneficiação do edifício adicionam qualidade ao património arquitetónico e a compatibilização dos elementos, sistemas de construção e espaços existentes com os materiais, sistemas e técnicas atuais, salvaguardando as recomendações expressas nas cartas e convenções doutrinárias, configuram-se como características fundamentais da reabilitação sustentável. Esta tarefa da reabilitação de edifícios de forma sustentável adquire relevante importância por razões associadas à preservação de valores culturais, proteção ambiental e em virtude das vantagens económicas em reabilitar ao invés de construir novo (Appleton, 2010, pp. 2-9).

Através da reabilitação sustentável, é possível garantir a integração das melhores soluções técnicas em duas áreas de intervenção: a reabilitação de edifícios e os sistemas de renovação sustentáveis. O resultado final da reabilitação sustentável será um edifício que consome menos energia proporcionando um maior conforto, permitindo desta forma tirar o maior partido das energias renováveis, obtendo os melhores resultados. Melhorar o desempenho energético dos edifícios é um dos fatores chave para a sustentabilidade energética (ADENE - Agência para a energia, 2013, pp. 66-79).

Assim, a utilização de técnicas pouco intrusivas que respeitem a preexistência dos materiais nas intervenções de reabilitação tendo como princípio a questão da

sustentabilidade é fundamental. Segundo Paulo (2009) estas intervenções deverão ser feitas em três níveis: a) no envelope ou invólucro exterior, ao nível das fachadas e cobertura; b) nas condições de habitabilidade e conforto térmico/acústico, abrangendo ou não as instalações e sistemas; c) no comportamento estrutural, analisando ao pormenor o tipo de patologias presentes na estrutura (Paulo, 2009, p. 370).

A reabilitação sustentável tem como premissa encontrar soluções construtivas que induzam a um menor impacto ambiental e maiores ganhos sociais, norteando-se pelos conceitos básicos de projeto mais sustentável, envolvendo a colaboração de todas as partes no projeto e certificação sustentável do projeto de reabilitação. De acrescentar ainda que a implementação do conceito de sustentabilidade na construção deve utilizar ferramentas de avaliação da sustentabilidade, durante a sua fase de estudo ou de execução, permitindo desta forma identificar aspetos que poderão ser alterados com o objetivo de se atingir um maior nível de desempenho energético do edifício (CMA, 2011). Considerou-se deste modo que, a eficiência energética e as energias renováveis são dois pilares da política energética sustentável. As estratégias sustentáveis que passem pela exploração de energias renováveis como fonte principal de energia para consumo das necessidades energéticas do edifício, devem ser integradas nos projetos de reabilitação.

2.4. Casos de referência

Conforme abordado no início da dissertação, existem inúmeros casos de referência ao nível da reabilitação de edifícios antigos, que em virtude da sua singularidade arquitetónica e valor patrimonial, necessitaram de intervenções específicas de modo a preservar a sua identidade enquanto edifício histórico.

Os critérios de escolha dos casos de referência que aqui se apresentam basearam-se essencialmente na sua conexão com os conceitos de sustentabilidade e identidade do lugar.

Neste contexto, a análise aos processos evolutivos da reabilitação de dois casos de referência permitiu delimitar critérios de análise para o desempenho energético, poupança de material e aumento do ciclo de vida do edifício

Seguidamente, apresentam-se dois dos projetos de reabilitação de património arquitetónico, que são exemplos de referência, concretamente, o projeto de reabilitação do Palácio dos Marquês da Fronteira e Alorna, em Benfica e o Palácio Condes de Murça, em Lisboa.

2.4.1. Palácio dos Marqueses da Fronteira e Alorna

O Palácio dos Marqueses da Fronteira localiza-se em Benfica (Lisboa) tendo sido construído por D. João Mascarenhas, primeiro Marquês de Fronteira, por volta de 1670 (Mascarenhas, 2007, s.p.). O Palácio, em termos do complexo arquitetónico, é constituído por um corpo de base quadrangular, atualmente com torrinhas em dois dos cantos do quadrado; são desta época todos os elementos construídos, os painéis de azulejos, os elementos escultóricos e os dois jardins, do Ninfeu e da Galeria da Artes. Exceção é feita ao prolongamento da Galeria dos Reis (D. João V a D. João VI) que, juntamente com a chamada ala do séc. XVIII, perpendicular à fachada Norte do corpo do séc. XVII do Palácio, foram mandados edificar pelo 5º Marquês de Fronteira, grosso modo, entre 1770 e 1780, com o objetivo de transformar o Palácio que era residência de Verão, em residência permanente da família. Posteriormente, e em particular ao longo do séc. XX foram feitas várias alterações, designadamente, com vista a dotar a casa do conforto necessário, tendo sido construídas, por exemplo, várias casas de banho (Mascarenhas, 2008, s.p.).



Figura 15 – Palácio Marqueses da Fronteira

Fonte: Green Trecker, 2016

“Desde a sua construção no séc. XVII, a quinta tem sido alvo de várias intervenções, nomeadamente, ao nível de alterações e de adições, bem como, ao nível do restauro. A intervenção mais importante, desde a construção do corpo central no séc. XVII, é da responsabilidade do V Marquês de Fronteira e teve lugar entre 1770 e 1781 (Figura 16). Posteriormente há referências a intervenções nas Memórias do VII Marquês de Fronteira. Sabe-se também que a Marquesa de Ávila e Bolama, prima coirmã da VIII Marquesa de Fronteira e proprietária do Palácio entre 1915 e 1927, efetuou obras de restauro. O XI Conde da Torre quando herdou a casa procedeu também a importantes obras, bem como, a XIª Marquesa de Fronteira, depois de enviudar”.

(Mascarenhas, 2008, s.p.)

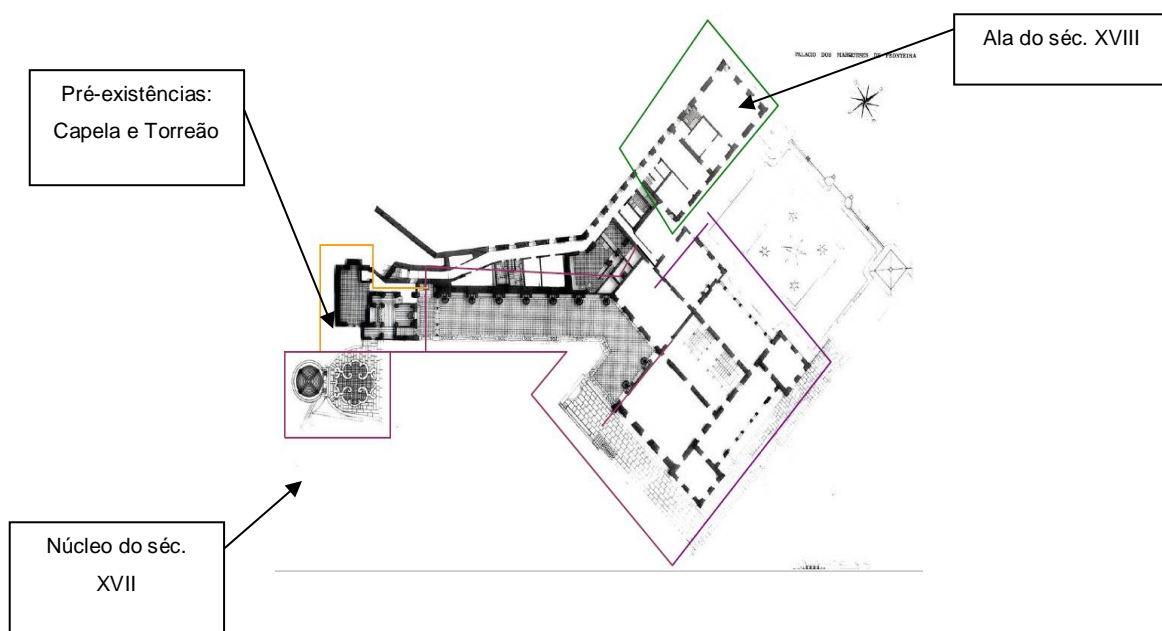


Figura 16 – Palácio Marqueses da Fronteira – Pré-existências (Capela e Torreão)

Fonte: Disponível em <http://www.fronteira-alorna.pt/pdf/arquitecturaexterior.pdf>, 2018, s.p.

“O Palácio é constituído por um corpo principal do séc. XVII ao qual foi acrescentada uma ala no séc. XVIII. O corpo principal consiste num retângulo no qual se inserem quatro torres, ligeiramente projetadas para o exterior, das quais duas existem realmente e são chamadas Torrinhãs e outras duas são residuais e apenas restam vestígios nos cantos poente das fachadas Norte e Sul. O Terraço, ou Galeria das Artes (), rompe o retângulo base, desde o séc. XVII, já que se prolonga em direção à Capela, formando com o seu muro sul, um ângulo obtuso bastante aberto, de 135°. Esta rutura com o esquema base, perfeitamente tradicional, radica na pré-existência da Capela e no arrojo de quem

concebeu o projeto, que torna esta casa ímpar na história da arquitetura, além dos revestimentos azulejares e, em menor grau, dos revestimentos de embrechados e da profusão de estatuária.”

(Mascarenhas, 2008, s.p.).

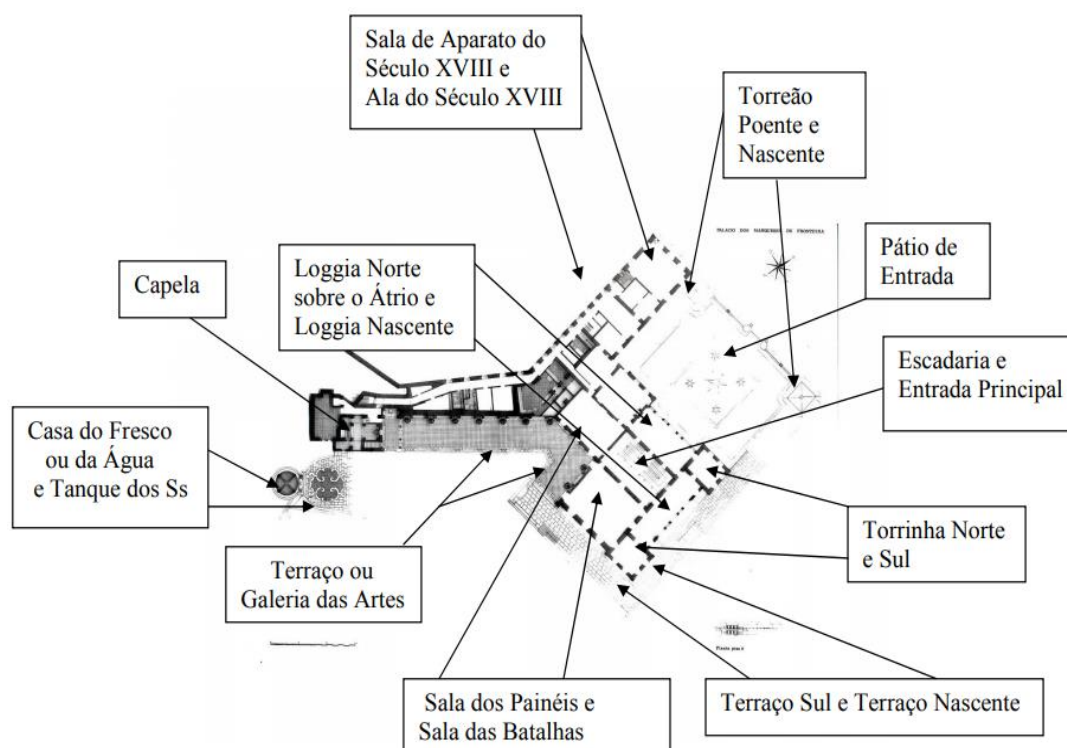


Figura 17 – Palácio Marqueses da Fronteira – Arquitetura exterior

Fonte: Disponível em <http://www.frenteira-alorna.pt/pdf/arquitecturaexterior.pdf>, 2018, s.p.

Atualmente o Palácio dos Marqueses da Fronteira configura-se como um edifício de habitação permanente da família Mascarenhas (sendo esta a sua função principal desde o séc. XVIII), funcionando como museu e centro cultural pertencente à Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, instituída por Dom Fernando Mascarenhas e representa três importantes Casas da antiga nobreza portuguesa: Fronteira, Alorna e Távora. Dom Fernando Mascarenhas, ao herdar o Condado da Torre e o Palácio Fronteira, quis preservar o património que herdou e manter a ligação com a família a que está historicamente ligado, criando assim uma fundação e atribuindo-lhe uma vocação cultural para deste modo interligar o passado histórico com a contemporaneidade (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2015).

Em termos de obras de recuperação, a Fundação, primeiro sozinha e depois com o apoio de instituições procedeu à substituição total das coberturas da casa, bem como, a obras estruturais e de conservação e restauro tanto dos azulejos como do mobiliário e ainda de alguns retratos de família (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2015).

Perante o elevado estado de degradação do edifício, é de ressaltar a obra de reabilitação do Palácio da Fronteira iniciada em 1995 pela empresa Lourenço, Simões & Reis como principal responsável pelas empreitadas. Esta recuperação incidiu desde o plano estrutural, às paredes, revestimentos, pavimentos entre outros elementos no exterior do palácio.

Estamos perante uma intervenção que é considerada um caso exemplar, de acordo com a GECORPA¹³, dado o respeito pelas técnicas tradicionais e ancestrais, a seleção criteriosa dos materiais de construção (como por exemplo a utilização de cal hidráulica em substituição do cimento) e a boa coordenação entre os diversos elementos responsáveis pela obra, o que permitiu a execução de um trabalho de restauro cuja qualidade o tornou merecedor de um prémio.

Segundo Quintas (2011), em 1996 com o apoio da DGEMN e do IPPAR, que suportaram os encargos financeiros e supervisionaram as obras, foi efetuado o restauro da estrutura da cobertura de madeira da entrada do Palácio e colocada nova telha. Nesta fase da obra, procedeu-se, ao estudo das pinturas no teto e nas paredes do átrio da entrada que apresentavam sujidade geral, humidade, manchas castanhas de oxidações e desunião de elementos pictóricos e destaque do verniz, que foram recuperados eliminando-se o verniz com gotas de *Dymenthyl Formamida* (DMF) em Tolueno e foram também retirados pedaços de pigmentos, tendo-se obtido como resultado final uma pintura a têmpera mais clara, mais fina, com cores que estavam desvanecidas e escondidas de verdes e rosas (). Nos estuques do átrio de entrada, procedeu-se à limpeza e as fissuras foram seladas com novo estuque, de referir que a limpeza dos estuques foi efetuada à base de uma solução de água e tensioativo (Quintas, 2011, pp. 75-76).

¹³ GECORPA - Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais que exercem atividade na fileira da reabilitação do edificado e da conservação do Património. Propõe-se, no entanto, agregar, também, outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados. No que respeita às empresas e aos profissionais, o Grémio dirige-se quer aos vocacionados para a execução das intervenções desta área, quer aos envolvidos na sua promoção, conceção e projeto, quer aos que se dedicam ao fornecimento de produtos e serviços especializados (GECORPA, s.d.).



Figura 18 – Palácio Marquesses da Fronteira – Teto da sala de entrada (antes e depois da intervenção)

Fonte: Quintas, 2011, p. 76

Ainda neste projeto de reabilitação, foi efetuado um levantamento das plantas, alçados, cortes da *loggia*, fachada norte e da cobertura em madeira existente na *loggia*, deste, surgiram soluções que incluíam vigas metálicas, tirantes de montagem, selas de apoio e uma cobertura metálica que se fixava à cobertura de madeira (). Assim a estrutura de madeira do telhado passou a apoiar-se numa nova estrutura metálica, que embora substitua a cobertura original, não removeu a de madeira garantindo desta forma o teto fasquiado com estuques pintados. Foi ainda adicionada uma estrutura metálica de cintagem para amarrar os bordos livres das paredes e servir de apoio à estrutura da cobertura.



Figura 19 – Palácio Marquesses da Fronteira – Restauro da cobertura de madeira da *loggia* norte

Fonte: Quintas, 2011, p. 80

Pode-se concluir que os principais pontos a reter desta intervenção incidiram sobre as estratégias de reabilitação utilizadas especificamente nas coberturas do Palácio, no reforço das paredes de alvenaria, escoramento da fachada, restauro de azulejos, estuques e reconstituição de pinturas. De realçar, ainda, que as obras de reabilitação do Palácio da Fronteira seguiram uma lógica baseada na orientação geográfica do edifício, ou seja de norte, nascente, sul e poente, de forma intervir primeiramente nos espaços mais degradados (Quintas, 2011).

2.4.2. Palácio Condes de Murça

O Palácio Condes de Murça localizado em Santos-o-Velho (Lisboa) foi construído em meados do séc. XVI e ao longo do tempo desempenhou várias funções, tais como: convento, quartel militar, hospital, fábrica de faianças, e por último albergou uma escola que encerrou portas na década de 1980.



Figura 20 – Palácio Condes de Murça – Antes e depois da reabilitação

Fonte: Disponível em <http://www.alvesribeiro.pt>, 2018, s.p.

Este edifício está classificado pela Câmara Municipal de Lisboa como património histórico, destacando-se a manutenção integral do pátio Serliano, cuja arquitetura barroca é única no que concerne a imóveis de uso residencial em Portugal (Figura 20). Este tipo de pátio regista-se apenas em antigos conventos e outros edifícios religiosos.

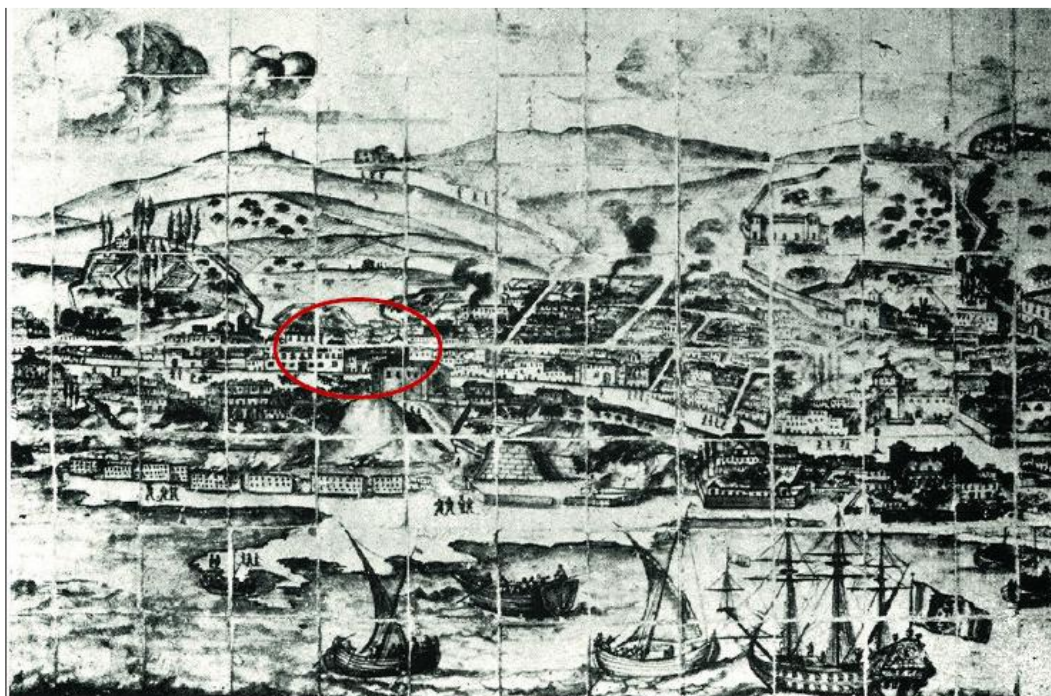


Figura 21 – Painel de azulejos do séc. XVII onde se visualiza o Palácio Condes de Murça

Fonte Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 3

A empresa Plano Sustentável que desenvolve serviços no âmbito da assessoria para a certificação de edifícios e empreendimentos, executou a certificação com classe A pelo sistema LiderA ¹⁴¹⁵ em colaboração com a Concreto Plano Construções e o Instituto Superior Técnico durante a fase de reabilitação do Palácio Condes de Murça em 2012.

Através de uma análise aos 43 critérios do sistema LiderA foi possível à empresa certificadora atribuir o certificado de classe A, tendo em conta o desempenho em termos de integração local e da dimensão socioeconómica, a poupança de resíduos através da reabilitação do Palácio e do desempenho energético (classe A).

¹⁴ O Sistema LiderA (Liderar pelo Ambiente) reposiciona o ambiente na construção na perspetiva da sustentabilidade. Dispõe de três níveis: estratégico, projeto e gestão do ciclo de vida. Permite o acompanhamento nas diferentes fases do ciclo de vida do edifício (Fialho, 2013, p. 15).

¹⁵ LiderA - assenta num conjunto de seis princípios de bom desempenho ambiental (integração local, recursos, cargas ambientais, conforto ambiental, vivência socioeconómica e uso sustentável), traduzidos em 22 áreas e 43 critérios. O sistema classifica o desempenho de a G a A (até A+++), sendo que o nível E representa a prática atual e o nível A corresponde, a um desempenho cerca de 50% superior ao nível E (Pinheiro, 2010, pp. 2-5).



Figura 22 – Palácio Condes de Murça – Pátio Serliano

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 3

As obras de reabilitação do Palácio foram destinadas a habitação e serviços/comércio, com uma área bruta de construção de 6753 m². Levadas a cabo pelos Arquitetos: Aires Mateus & Frederico Valssassina, estas obras contemplaram uma fase de demolição parcial do Palácio Condes de Murça e execução da superestrutura do Edifício Jardim, edifício que foi construído de novo, constituindo uma solução mista em estrutura metálica e betão armado ().

Ao nível da implantação, as obras permitiram valorizar a paisagem, promovendo o desenvolvimento de um vazio urbano sem qualquer tipo de utilização inicial e em fase de degradação avançada. Foi construído um jardim permeável no logradouro, tendo sido diminuída a superfície impermeável ao máximo, caso do estacionamento subterrâneo, onde na zona exterior à implantação foi protegida com um gradil metálico para promover uma área de solo permeável (Ferreira, 2016).



Figura 23 – Planta de implantação do empreendimento (zona permeável a laranja)

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 4

Em termos de desempenho de conforto térmico e eficiência energética, segundo Ferreira (2016), o projeto foi idealizado para garantir primariamente em termos passivos um bom desempenho e depois complementado com medidas ativas para as necessidades sobranes (). Para tal e tratando-se de uma reabilitação de edifícios antigos utilizou-se isolamento térmico pelo interior, reduzindo o coeficiente de transmissão térmica, criando deste modo um tamponamento de inércia térmica.



Figura 24 – Parede do Palácio

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 5

Enquanto construção antiga as paredes-mestras foram conservadas (), sendo que existem paredes interiores com grande massa térmica que, agregadas às lajes em betão armado potenciam uma inércia média a forte, embora esta técnica intrusiva não corresponda aos princípios da reabilitação sustentável. Assim foi possível equilibrar o isolamento das paredes exteriores sem penalização da inércia térmica ().

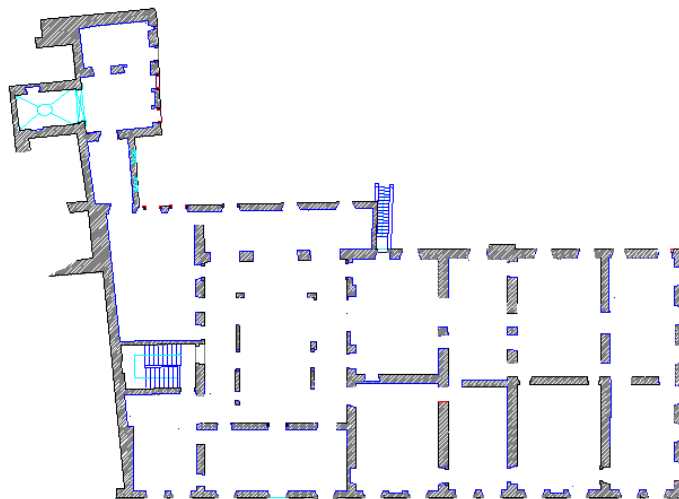


Figura 25 – Paredes-mestras que foram mantidas

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 5

Ao nível do sombreamento dos vãos envidraçados, no Edifício Jardim, foram utilizadas palas de sombreamento com cerca de 1,8m de largura e telas brancas exteriores (). No Palácio, para preservar a fachada, utilizou-se a melhor solução pelo interior que conduziu a um menor fator solar do envidraçado, isto é, a portada interior de madeira lacada a branco.

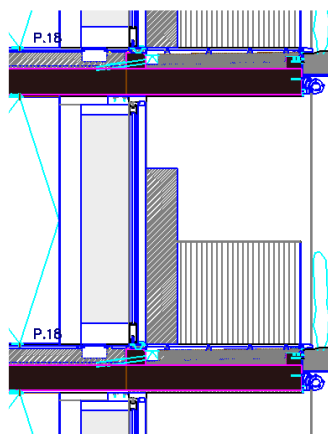


Figura 26 – Exemplo das proteções solares do Edifício Jardim

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 6

Destaca-se ainda a colocação de vidros de elevado desempenho térmico, em termos de fator solar e de coeficiente de transmissão térmica, dentro dos valores recomendados para a construção passiva em Lisboa por Ferreira e Pinheiro (2011).

No que respeita a medidas ativas, foram colocados ventiloconvectores de pavimento de modo a garantir conforto no edifício durante todo o ano ().



Figura 27 – Ventiloconvectores de pavimento

Fonte: Disponível em <https://www.termofeira.com/>, 2018, s.p.

Em termos de eficiência energética foram instalados coletores solares térmicos para a produção de Água Quente Sanitária (AQS), auxiliados por um termoacumulador elétrico eficiente, permitindo deste modo a poupança de energia.

Para o isolamento acústico, as paredes-mestras e bastante largas do Palácio foram um grande contributo, garantindo valores de isolamento sonoro positivo. Em específico para a parte da nova construção no Edifício Jardim, foi utilizado tijolo cerâmico maciço de forma a aumentar a massa das paredes e assim melhorar o isolamento ao ruído (). Para a fachada envidraçada e como a perda de isolamento sonoro é muito elevada utilizaram-se soluções mais pesadas em vidro duplo, com caixilharia maciça em madeira e com vão laminados com butirais tratados acusticamente.



Figura 28 – Paredes em tijolo cerâmico maciço do Edifício Jardim

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 7

No que respeita aos resíduos de demolição, tendo-se optado nesta obra pela reabilitação, reduziu-se substancialmente não só nos resíduos de demolição, como também na aquisição de novos materiais de construção a colocar. Pelo facto de se ter preservado as fachadas e as paredes-mestras do Palácio, tal resultou numa poupança de cerca de 3700ton de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), traduzindo-se em benefícios ambientais positivos.

A preservação das paredes-mestras eliminou a necessidade de construção de estruturas metálicas para a contenção da fachada, ou seja, como a rotação das paredes da fachada estava limitada pelas paredes a elas ortogonais, apenas necessitou-se de incluir tirantes metálicos passivos, ancorados nas fachadas (Figura 29).



Figura 29 – Tirantes passivos

Fonte: Ferreira, Projetos e edifícios sustentáveis, 2016, p. 7

Ainda em termos de diminuição de resíduos produzidos, a substituição de reboco no Palácio restringiu-se apenas às zonas degradadas, mantendo-se o reboco atual nas restantes zonas.

Relativamente à iluminação natural, optou-se por envidraçados com uma transmissão luminosa adequada, tendo como pano de fundo a cor branca em todo o projeto de arquitetura, desde as portas, portadas e restantes carpintarias; para além disso, apostou-se no pavimento de madeira em cor clara, para se obter fatores de luz de dia com uma classe A do sistema LiderA.

O empreendimento do Palácio Condes de Murça, por um lado, ao localizar-se no centro histórico de Lisboa promove a sua redinamização e por outro, ao ser bem servido de transportes públicos, promove a redução de utilização de transporte próprio, o que contribui para a melhoria geral do ambiente.

Reabilitar este imóvel histórico, com benefícios patrimoniais e sociais muito elevados contribui para a manutenção da identidade deste lugar. Com esta reabilitação foi possível criar comércio, zonas de convívio privadas e públicas, o que revela ganhos socioeconómicos positivos.

Concluindo, o empreendimento do Palácio Condes de Murça é caracterizado por um nível de desempenho em cerca de 50% superior à média nacional, tendo por isso obtido a certificação A pelo sistema LiderA 2.0. A estratégia sustentável global passou em primeira instância pela elaboração de um projeto passivo, destacando-se o isolamento acústico reforçado pelas paredes de grande massa, mas também a sua inércia térmica e a poupança nos materiais de construção. As medidas ativas serviram apenas para completar as medidas passivas, optando-se sempre por materiais de grande desempenho energético.

Assim sendo, este empreendimento foi alvo de uma reabilitação sustentável, tendo atingido elevados níveis de desempenho e menores custos no ciclo de vida do edifício numa ótica de baixo impacto ambiental.

2.5. Síntese conclusiva

Neste capítulo foi possível esclarecer os conceitos que enformam a problemática da sustentabilidade e as diversas vertentes que abrangem a arquitetura e a reabilitação sustentável.

Sucintamente, evidenciou-se como indicadores do conceito de sustentabilidade, a exploração dos recursos naturais para que nunca se esgotem, ou seja, melhorar a qualidade de vida do Homem sem colocar em risco os elementos do meio ambiente. Ao nível dos edifícios torna-se imperativo prolongar a vida das suas estruturas mas mais do

que isso, prolongar a utilização dos materiais com que foram construídos, de forma a consumir menos matérias-primas e menos energia na sua produção e transporte.

Ao efetuar-se o enquadramento da Nova Carta de Atenas de 2003 ganhou-se a noção de que a temática referente à sustentabilidade se encontra em destaque e as políticas europeias procuram promover medidas para aplicação de um desenvolvimento mais sustentável. Identificou-se igualmente que, o desenvolvimento sustentável requer a implementação de estratégias, tais como o respeito pelo ambiente natural, proteção do valor e salvaguarda do espírito do lugar e da cultura das cidades. Em termos de desafios, salienta-se que as cidades do séc. XXI serão palco de alterações sociais, políticas, económicas, tecnológicas, ambientais e urbanas, com tendências orientadas para a sustentabilidade social, redução de poluição, valorização dos perímetros urbanos, proteção e incentivo para o desenvolvimento de atividades agrícolas, revitalização dos centros das cidades procurando manter uma coerência entre o antigo e o novo, e salvaguarda dos interesses coletivos.

Desde tempos remotos existiu sempre um esforço para se integrar na construção de edifícios a componente ambiental, aproveitando para o efeito as condições do terreno, o clima e os recursos naturais presentes. Esta perceção de construção harmoniosa com o ambiente foi de extrema importância para enquadrar o tipo de arquitetura das Quintas de Recreio, verificando-se que a natureza pode ser encarada como potencial de recursos disponíveis, o que de forma contínua torna-se essencial para a construção de edifícios ou para a próprio sustento dos seus habitantes.

Identificou-se que os efeitos da industrialização e da globalização tiveram um impacto negativo na construção de edifícios, tendo-se utilizado uma grande quantidade de recursos e matérias-primas, sem se ter a noção do seu efeito nocivo para o ambiente e para o próprio edifício. No entanto, a evolução tecnológica e o desenvolvimento das sociedades tem encaminhado a temática das construções para o campo do desenvolvimento sustentável. Assim, tem-se procurado elaborar projetos de arquitetura seguindo os conceitos da sustentabilidade para um melhor desempenho ambiental, seja para a construção nova, seja para a reabilitação do património arquitetónico. De salientar que a prática da arquitetura sustentável tem em conta o uso eficiente da energia, da água, dos materiais certificados e renováveis, assim como, procede ao aproveitamento das condições naturais locais, aumentando a qualidade ambiental interior e exterior do edifício.

Sobre o conceito de reabilitação sustentável dos edifícios considerou-se o conjunto de operações com vista à recuperação e beneficiação do edifício de forma recuperar a sua identidade e adicionar qualidade. De referir que a compatibilização dos sistemas de construção, materiais e técnicas são fundamentais para a preservação de valores culturais

e proteção ambiental. Assumiu-se que os processos de reabilitação sustentável procuram utilizar técnicas pouco intrusivas, que respeitem a preexistência dos materiais, investindo no desempenho energético do edifício, de modo a adequá-lo ao mesmo ou novo uso em termos de conforto térmico, acústico e ambiental. No campo da eficiência energética apurou-se que as suas estratégias representam uma ferramenta de dinamização e um instrumento de promoção do bem-estar, procurando um melhor desempenho energético e diminuindo o impacto ambiental do edifício.

A análise dos casos de referência selecionados permitiu entender e clarificar a utilização de estratégias sustentáveis na reabilitação de edifícios antigos, qualificados como património arquitetónico. Considerou-se que as soluções construtivas identificadas foram suficientemente abrangentes e esclarecedoras, permitindo cobrir as intervenções desde o invólucro exterior do edificado (fachadas) até ao seu comportamento estrutural, ao nível de patologias e passando pelas técnicas de melhoria das condições de habitabilidade.

Capítulo 3. O concelho de Oeiras e as suas Quintas de Recreio

No presente capítulo pretendeu-se efetuar uma aproximação ao território de Oeiras, fazendo-se uma breve incursão histórica com especial enfoque nas Quintas de Recreio qualificadas com valor histórico, cultural e ambiental pela CMO.

Procurou-se enquadrar Oeiras em termos históricos, culturais e sociais, no passado e no presente, de modo a sistematizar o conhecimento sobre o território e assim delinear a melhor estratégia a implementar em termos de intervenção no edifício em análise e tendo em conta a envolvente.

Tendo por base o que já foi mencionado nos capítulos anteriores e a análise SWOT do PDM de Oeiras referente a 2013 identificaram-se os vetores potenciais de desenvolvimento no local em estudo tendo como princípio orientador a dimensão sustentabilidade. Desta análise, teve-se como propósito retirar alguns indicadores que a aplicar na reabilitação sustentável do património e especificamente da tipologia arquitetónica das Quintas de Recreio em Oeiras.

3.1. Caracterização do concelho de Oeiras

Propondo-se este trabalho a valorização do património arquitetónico das Quintas de Recreio de Oeiras foi importante caracterizar sucintamente o concelho em termos geográficos, históricos, culturais e sociais.

O concelho de Oeiras localiza-se em Portugal continental, na Área Metropolitana da Lisboa e confina com o estuário do Tejo a sul, a norte faz fronteira com os concelhos de Sintra e Amadora, a oeste com o concelho de Cascais e a este com o de Lisboa (). Em termos geográficos o concelho tem uma altitude média de 74,4 metros, encontrando-se a altura máxima na Serra de Carnaxide a cerca de 215 m e uma área de 45,8 Km².

A presença do estuário do Tejo confere ao concelho uma abertura privilegiada sobre o rio, propícia a um clima ameno e temperado, abundância de água, bons solos agrícolas e uma boa rede hidrográfica (Rocha, 1996, p. 13).



Figura 30 – Georreferenciação ao concelho de Oeiras

Fonte: Oeiras - Factos e números, 2009, p. 12

Criado em 1759 por Carta Régia de D. José I, o concelho de Oeiras tem como Primeiro Conde de Oeiras, o Ministro do Rei, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal, facto com importância determinante no futuro do concelho tanto no que se refere ao enriquecimento urbanístico das vilas ribeirinhas, como à prosperidade do território rural onde sobressai, para além da demarcação da vinha de Carcavelos, o surgimento de numerosas quintas, à semelhança da Quinta do Marquês do Pombal e da Quinta Real de Caxias, cujos vestígios são uma das originalidades marcantes do património histórico concelhio.

Após a reforma administrativa de 2013, o concelho de Oeiras foi dividido em cinco freguesias, dando origem às seguintes uniões: União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço D'Arcos e Caxias, União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, União de freguesias de Carnaxide e Queijas, freguesia de Porto Salvo e freguesia de Barcarena.

A história de Oeiras é rica, antiga e diversa, sendo facto que os vestígios arqueológicos encontrados remetem à Pré-história, entre 2500 e 1800 a.C., a denominada idade do cobre. Existem vestígios de uma ocupação romana em diversas localidades do concelho, nomeadamente na Vila de Oeiras, onde foi encontrado um mosaico romano existente na Rua das Alcássimas e datado dos finais do séc. II, início do séc. III. Com evidência de uma ocupação árabe existem topónimos que chegaram até aos dias de hoje, tais como Algés, Alpendroado, Quinta da Moura, entre outros exemplos (Câmara Municipal de Oeiras, 1996).

A partir do séc. XVIII, com a atribuição do Foral e com a criação do concelho de Oeiras, iniciou-se um período de prosperidade económica e social. A partir desta altura, a história de Oeiras fica ligada a uma grande e mítica figura da história de Portugal – o Marquês do Pombal e 1º Conde de Oeiras. Um dos principais legados desta época é a Quinta do Marquês do Pombal, que chegou até aos nossos dias praticamente na sua forma original, com os jardins, nomeadamente, o imponente palácio, as dependências agrícolas como a adega e o celeiro e ainda a parte da exploração agrícola (Pereira & Cunha, 2009).

Até à formação do concelho e à atribuição do Foral, Oeiras passou por ser um reguengo integrado no termo de Lisboa, cuja riqueza assentava nas explorações agrícolas. Nos séculos precedentes à formação do concelho destacam-se, ao nível cultural a fixação de ordens religiosas que deixaram importantes heranças patrimoniais e as fortificações militares, como exemplo a Igreja de Santa Catarina de Ribamar¹⁶ datada de 1171, na freguesia de Cruz Quebrada; o Convento da Cartuxa datado do séc. XVII, em Caxias; o Forte São Julião da Barra, localizado ena freguesia de Oeiras foi mandado construir entre 1553 e 1556; o Forte de São Bruno, mandado construir em 1647 no âmbito da construção da linha de fortificação da Barra do Tejo.

Os séculos XVII e XVIII viram surgir vários palácios e grandes quintas destinadas ao recreio e à exploração agrícola. Estas quintas, localizadas não longe do curso das ribeiras que atravessam o concelho, dedicavam-se principalmente à cultura cerealífera e vinícola, constituindo importantes fontes de abastecimento da cidade de Lisboa (Pereira & Cunha, 2009).

Este território, caracterizado pelo seu clima ameno, abundância de água, bons solos agrícolas e uma posição geográfica privilegiada, foi e continua a ser, um território com bastante atrativo para a fixação de populações.

No séc. XVI, durante o reinado do rei D. Manuel (1495 a 1521) instalaram-se na região de Oeiras atividades industriais e comerciais, designadamente as primeira oficinas para a manipulação da pólvora e fabrico de armas na Fábrica da Pólvora em Barcarena, a exploração de pedreiras como é o caso da Pedreira Italiana em Caxias e a construção de fornos de cal em Paço de Arcos (Pereira & Cunha, 2009).

¹⁶ A fundação da Ermida de Santa Catarina tem uma origem muito antiga, em 1171 já existia como Igreja Paroquial, mas do edifício inicial não restam vestígios (diz a tradição popular que a pia batismal que existe no local é originária do primitivo templo). No séc. XVI, D. Isabel, filha de D. Jaime, Duque de Bragança, fundou, junto à Ermida de Santa Catarina, um convento de frades arábicos <http://www.uniao-alcd.pt/component/zoo/item/ermida-e-restos-do-antigo-convento-de-sta-catarina-do-ribamar.html>, acedido a 20 de abril de 2018.

Na segunda metade do séc. XIX, a mudança de hábitos e a melhoria das condições de trabalho conheceram um salto qualitativo, trazendo alterações socioculturais que impuseram uma nova dinâmica na sociedade urbana, imprimindo rotinas nas esferas do trabalho e do lazer. No verão passou-se a gozar férias, enquanto aos domingos e feriados tornou-se recorrente a prática de passear junto ao campo e à praia.

O crescimento das atividades de veraneio trouxe ao município uma grande afluência de pessoas, para usufruir do ar marítimo e dos climas amenos do território. Este fluxo sazonal foi causa e efeito da melhoria das vias de comunicação e das redes de transporte, tendo-se construído a linha ferroviária já no decorrer do séc. XX. Em termos de implantação, verificou-se um aumento das áreas habitacionais no concelho, em especial junto à Vila de Oeiras e às localidades de veraneio, como o caso de Caxias (Pereira & Cunha, 2009).

3.2. A atualidade do concelho de Oeiras

Tendo por base o PDM de Oeiras de 2013, apresenta-se uma caracterização do concelho de Oeiras na atualidade ao nível socioeconómico, ambiental, do território e da governação. Para tal, foi feita uma análise SWOT dos critérios atrás indicados e que aqui se apresenta nas Tabela 1 e Tabela 2, concretamente, as oportunidades e ameaças e os pontos fortes e pontos fracos, respetivamente.

	Oportunidades	Ameaças
Socioeconómico	Emprego e cultura Investigação & desenvolvimento (I&D) Serviços ambientais, saúde, lazer,	Falta de investimento económico Envelhecimento da população Mercado de trabalho para jovens
Ambiental	Clima ameno e temperado Sistema hidrológico Recursos naturais (água, vento, sol)	Risco sísmico e hidrológico Poluição hídrica à escala regional Recursos básicos exteriores à região
Território	Centralidade com a região de Lisboa Falta oferta concelhos circundantes Infraestruturas rodoviárias e ferroviárias	Saturação infraestruturas transporte Novas áreas e rendas competitivas Excessiva dependência do automóvel
Governação	Acessibilidade aos centros de decisão Financiamento europeu para projetos I&D Abertura de novos polos universitários	Dinâmicas das autarquias vizinhas Ausência de estratégias Redução de fundos

Tabela 1 – Análise SWOT: para Oportunidades e Ameaças

Fonte: PDM Oeiras 2013, Câmara Municipal de Oeiras 2015, p. 475

Verifica-se que, atualmente o concelho de Oeiras apresenta perspetivas de crescimento regulado no contexto socioeconómico e territorial em relação à Área Metropolitana de Lisboa (AML). No PDM Oeiras 2013 - Relatório de caracterização e

diagnóstico, é dito o seguinte: *“Lida-se com uma população aberta cujo crescimento populacional global e estrutural dependerá essencialmente da estratégia de desenvolvimento económico e territorial adotada neste concelho, atendendo ao crescimento urbanístico induzido, como resultado das opções estratégicas de ordenamento do território.”* (Câmara Municipal de Oeiras, 2015, pp. 43-44).

Dos dados deste relatório destacou-se também o envelhecimento populacional e as modificações nas estruturas familiares, denotando-se carências nas respostas sociais ao nível do apoio aos idosos e à família, como creches e jardins-de-infância, existindo a necessidade de harmonizar este tipo de respostas. Ao nível do emprego e da cultura verificou-se uma evolução positiva nas questões da salvaguarda do património e nas iniciativas de criação de centros empresariais de cariz tecnológico no concelho.

Através da Tabela 1 constatou-se que Oeiras é um concelho viável como espaço-motor de investigação, desenvolvimento e de emprego na AML. Revelou-se com grande importância estratégica ao nível do conhecimento e inovação em todos os setores de atividade, apresentando como exemplo os parques empresariais estabelecidos na Quinta da Fonte, Lagoas Parque e Tagus Parque. Reconheceram-se igualmente necessidades de novas respostas nos setores dos serviços ambientais, serviços de saúde e sociais, de cultura e lazer, de eficiência energética e energias renováveis e indústrias criativas (Câmara Municipal de Oeiras, 2015).

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Socioeconómico	Atividades ligadas ao turismo e lazer Empresas de setores tecnológicos Captação de emprego	Custo/procura habitação desequilibrada Respostas sociais não cobrem procura Elevada taxa de motorização
Ambiental	Enquadramento paisagístico de qualidade Espaços naturais com valor ecológico Plano de gestão para recursos naturais	Falta de sistema integrado ambiental Falta de plano de segurança alimentar Sistemas ribeirinhos vulneráveis
Território	Espaços públicos de referência Consolidação do capital simbólico Oferta para localização de atividades	Ineficiência de transporte coletivo Competitividade dos centros históricos Interligação zonas empresariais e malhas urbanas
Governança	Capacidade de inovação e gestão do risco Concretização projetos de desenvolvimento Comunidade participativa	Envolvimento empresarial incipiente Sinergias entre empresas e autarquia Sistema de governança desajustado aos desafios

Tabela 2 – Análise SWOT: pontos fortes e fracos

Fonte: PDM Oeiras 2013, Câmara Municipal de Oeiras 2015, p. 476

A ocupação urbana mais recente em Oeiras fez-se de uma forma acelerada, densificando o número de alojamentos e de edificações, o que impulsionou a utilização do transporte individual sem a sustentação do transporte coletivo, caso dos espaços

empresariais da Quinta da Fonte, *Tagus Park* e *Lagoas Park*. Este ponto fraco é transversal em termos de dimensões socioeconómicas, ambientais, territoriais e de governação. Os princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana devem ser promovidos ao nível do concelho de modo a fortalecer as aglomerações estruturadoras e infletir as tendências de ocupação atual. As atividades de turismo, lazer e restauração, assim como, atividades relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, são motores de promoção da nova economia, apresentando-se como pontos fortes para atração de empresas e de capital humano produtivo e qualificado (Câmara Municipal de Oeiras, 2015, p. 203).

A estratégia para o concelho de Oeiras na atualidade assentou em objetivos de promoção de um modelo territorial onde se articulem localizações, tipologias residenciais, serviços de apoio às famílias e às empresas; promoção da cultura, da identidade local e relação com o território e com estruturas de consumo e de lazer. A qualificação das áreas urbanas encontra-se na ordem do dia, em termos de edificado e dos espaços exteriores, assim como a reabilitação dos centros urbanos e do património cultural com o intuito fomentar a reduzir os espaços que se encontram ao abandono (Câmara Municipal de Oeiras, 2017).

3.3. As Quintas de Recreio de Oeiras

“A originalidade das Quintas de Recreio portuguesas em relação aos seus modelos europeus advém-lhe de uma sábia interdependência entre o desenho do espaço e a construção do programa iconográfico e recreativo, com base num sistema de produção agrícola, uma verdadeira atitude de sustentabilidade do prazer e do recreio.”

(Dias, 1998, p. 44)

Durante o séc. XVIII, construíram-se no país grandes quintas destinadas ao lazer e à exploração agrícola, projetadas segundo os ideais do tempo do Iluminismo e da Razão. Estas quintas, devido principalmente às suas funções, refletiam bem a época em que eram edificadas e o padrão de vida de quem as possuíam, sendo que por norma estas propriedades pertenciam a aristocratas ou a burgueses. No seu traçado, as Quintas de Recreio, obedeciam a um conceito de geometrismo rigoroso, articulando e reunindo componentes recreativas e lucrativas, nomeadamente grandes jardins, matas e propriedades rurais, conforme já foi abordado em capítulos anteriores (Rocha, 1996, p. 33).

Em Oeiras, as Quintas de Recreio tiveram o seu impulso na segunda metade do XVIII, o que radica em grande parte nas condições naturais do território, em virtude quer da proximidade à grande cidade de Lisboa, quer da sua proximidade ao rio Tejo e a algumas ribeiras que proporcionavam boas condições em termos de cultivo de pomares, searas e vinhedos.

Estas Quintas de Recreio existentes no concelho de Oeiras são normalmente constituídas por várias zonas diferenciadas, nas quais se podem ainda, em alguns casos, identificar a evolução orgânica da sua estrutura, incluindo entre outras componentes, a casa de habitação e seus pátios envolventes; o jardim de buxo perto da casa; o pomar e regadio; a mata de proteção; a zona agrícola de sequeiro e uma racional estrutura viária de interligação entre todas as zonas.

Mas foi, principalmente, na segunda metade do séc. XVIII que se registou a construção de grandes Quintas de Recreio, em Oeiras, tais como a Quinta do Marquês do Pombal em Oeiras, a Quinta Real de Caxias, a Quinta do Torneiro em Porto Salvo, as Quintas do Egípto, da Arriaga, entre outras. Constituem atualmente conjuntos de grande valor arquitetónico paisagístico a Quinta do Marquês do Pombal e a Quinta Real de Caxias (Serrão, 2005).

Seguidamente, será efetuada uma descrição sucinta das Quintas de Recreio do concelho de Oeiras com valor histórico, cultural e ambiental, de acordo com o Edital 679/2003 da CMO, destacando-se a Quinta do Marquês do Pombal, Quinta do Torneiro, Quinta Nossa Senhora da Conceição, Quinta do Morval, Quinta dos Grilos e por fim a Quinta Real de Caxias.

3.3.1. Quinta do Marquês do Pombal

Esta Quinta de Recreio, localizada na freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço D'Arcos e Caxias, datada de final da década de 1750, foi projetada pelo arquiteto Carlos Mardel (o arquiteto do Aqueduto das Águas-livres) e recria ideias e regras da arte paisagística do séc. XVIII, seguindo o renascimento dos cânones clássicos. Esta obra imponente foi realizada para a família do Marquês do Pombal¹⁷, constituindo-se na altura

¹⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês do Pombal, nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1699, em 1723 casou com D. Teresa de Noronha e Bourbon, sobrinha do Conde dos Arcos, rica herdeira, viúva e dama de honor da rainha D. Mariana de Áustria, mulher do monarca D. João V. Com todas estas influências, Sebastião José, inicia-se na carreira política e diplomática sendo nomeado em 1739 como ministro plenipotenciário na corte de Londres, passando mais tarde a dirigir e controlar os negócios da corte. Herdeiro da fortuna de D. Teresa de Noronha e Bourbon, após a sua morte, adquire mais propriedades nos arredores de Oeiras. Ao casar-se mais tarde com Leonor Daun, filha do austríaco Conde de Daun, Sebastião José, manda

como uma das mais grandiosas e belas propriedades dos arredores de Lisboa, que segundo Aquilino Ribeiro seria:

“o mais soberbo solar dos arredores de Lisboa, com jardins dispostos em custosas e belas platibandas, cascatas em cantaria opulenta, esplendores e estatuária, avenidas de largo passo (...) e fato, perto de Lisboa, só o Palácio de Queluz lhe preleva em grandeza e magnificência”

(Dias, 1987, p. 39).

O Palácio do Marquês do Pombal (Figura 31) teve origem em pequenas propriedades adquiridas em 1676, pelo avô do Marquês do Pombal, junto à ribeira da Laje e no local ocupado pelo palácio. No início do séc. XVIII (cerca de 1715/20) foi edificado nestas propriedades um pequeno solar de características rurais, mandado edificar pelo tio paterno do Marquês, Paulo de Carvalho e Ataíde, cujo morgadio, criado em 1737, viria a ser herdado por Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto primogénito da família (Rocha, 1996, pp. 82-83).



Figura 31 – Palácio da Quinta do Marquês do Pombal

Fonte: em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>, 2018, s.p.

A partir de 1750, encontrando-se o futuro Conde de Oeiras e Marquês do Pombal já de regresso a terras portuguesas, foi nomeado Secretário do Reino de D. José I, tendo sido precisamente nesta década, particularmente nos anos que se seguiram ao terramoto de 1755, que conseguiu projetar e assegurar todos os meios para edificar uma grande casa

construir o Palácio do Marquês do Pombal de modo a reconstituir e fazer lembrar à sua Condessa de Oeiras os amplos parques e o quotidiano sofisticado do seu país (Dias, 1987).

de veraneio nos arrabaldes da capital – um espaço que enaltecesse o poder e um espaço que desse ênfase às novas sociabilidades, tão características da família Pombal.

Ao pequeno solar foi acrescentada uma capela que articula os dois corpos da casa – um mais antigo de origem barroca-joanina e outro, rococó-pombalino. A renovação e ampliação são atribuídas ao arquiteto húngaro Carlos Mardel, também responsável pelos planos de recuperação de Lisboa após o terramoto. Todos os grandes artesãos e mestres a altura foram convidados a participar na construção desta grande casa, desde Machado de Castro, a *Giovanni Grossi* (Dias, 1998).



Figura 32 – Atuais limites da Quinta do Marquês do Pombal - Planta

Fonte: Fernandes, 2014, p. 2

A Quinta de Recreio do Marquês do Pombal, segundo Dias (1987) implantou-se na zona fértil da várzea aluvionar da ribeira da Laje (Figura 32). Dentro desta grande propriedade podemos distinguir quatro zonas distintas:

- a. *“Zona de Acesso - espaço semipúblico, ligado diretamente à vila de Oeiras e formado por dois terreiros. O terreiro principal, contíguo à Praça do Pelourinho, encontra-se limitado pelo portão principal do palácio, pela capela e pela casa dos coches. Já o terreiro lateral dava acesso à porta de serviço do palácio e a uma porta lateral da capela, utilizada pela população que assistia às missas.*
- b. *Zona recreativa – formada pelos jardins, articulando-se com a zona de acesso através do espaço edificado do palácio. Esta zona é caracterizada pela*

existência de uma cascata, de um pombal e de um aqueduto, através de um traçado geométrico e integrado com elementos escultóricos e decorativos.

- c. *Propriedade morada – a quinta estende-se muito mais além num espaço preponderantemente agrícola, utilizado também para passeios, caçadas ou mesmo para a pesca (casa da pesca). No ordenamento da paisagem e do seu carácter recreativo, existiu também a preocupação para enquadrar o aqueduto que estabelece uma entrada triunfal no planalto, onde se ergue a abegoaria de planta hexagonal.*
- d. *Palácio – na sala de entrada - área onde eram recebidos e encaminhados os convidados da casa, destaca-se a azulejaria barroca (Figura 33) e o aparatoso Fogão de Sala. No salão nobre e nas salas anexas, é possível encontrar um espaço nobre do primitivo solar, destinado, no período pombalino, para a sociabilidade da casa, sendo conhecido como Casa ou Grande Sala Chinesa, decorado ao gosto oriental, tanto no mobiliário, como no papel que forrava as paredes deste salão, mediando os painéis de azulejos barrocos e o estuque do teto, numa profusão de cores e texturas.”*

(Dias, 1987)



Figura 33 – Painéis de azulejo da sala de entrada

Fonte: Fernandes, 2014, p. 5

O Palácio do Marquês do Pombal configura-se como uma Quinta de Recreio projetada segundo as regras da arquitetura do renascimento do séc. XVIII e constitui um exemplar da arquitetura erudita de Portugal e da construção de jardins.

Atualmente o Palácio do Marquês do Pombal pertence à CMO, tendo sido reabilitado para promoção de eventos culturais e dinamização cultural e artística da Vila de Oeiras. Neste espaço encontra-se a decorrer o programa denominado “serviço educativo” que proporciona uma aprendizagem e descoberta do concelho de Oeiras, com vista à produção cultural e artística. É ainda palco de saraus, eventos gastronómicos, entre outros eventos culturais conforme nos foi revelado durante a realização das entrevistas exploratórias que realizamos.

3.3.2. Quinta do Torneiro

A Quinta do Torneiro ou Quinta dos Anjos constitui outro dos bons exemplos das Quintas de Recreio construídas durante o séc. XVIII e encontra-se localizada em Paço D’Arcos, dentro da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço D’Arcos e Caxias. O conjunto é composto por uma bela casa, por extensos jardins de buxo, caprichosamente desenhados e pela propriedade agrícola (Figura 34).



Figura 34 – Entrada da Quinta do Torneiro

Fonte: Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt/18>, 2017, s.p.

Um curioso portal, esculpido em relevo, dá acesso ao terreiro, onde se encontra o corpo principal da casa com duas alas. Realça na fachada, a capela com o seu nobre portal e um campanário, onde os azulejos datados de 1718 representam temas religiosos. O

¹⁸ A imagem que se apresenta foi acedida em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.

interior da casa é enriquecido com tetos em masseira e silhares de azulejos. Estes painéis de azulejos do séc. XVIII representam cenas burlescas, pastoris, marítimas ou de caça (Soromenho, et al., 1999, p. 45).

Em termos de organização do espaço a Quinta do Torneiro dispõe de uma capela que assume o centro da composição formada pela casa, pátio e capela, evidenciando-se igualmente pela sua verticalidade. *"O acesso ao edifício principal, que inclui a capela, é efetuado pelo pátio de entrada que se encontra totalmente fechado para o exterior e aberto para a quinta, com o portão localizado num dos muros laterais."* (Pires, 2013, p. 325).

A quinta teve vários proprietários e pertenceu a várias instituições, em 1734 pertenceu a Feliciano Teresa da Mota, mais tarde foi oferecida por D. Maria I ao bispo, seu confessor, fez parte dos bens da Misericórdia de Santarém e no Primeiro quartel do séc. XIX foi adquirida por António Izidoro Costa (Rocha, 1996, pp. 94-95).

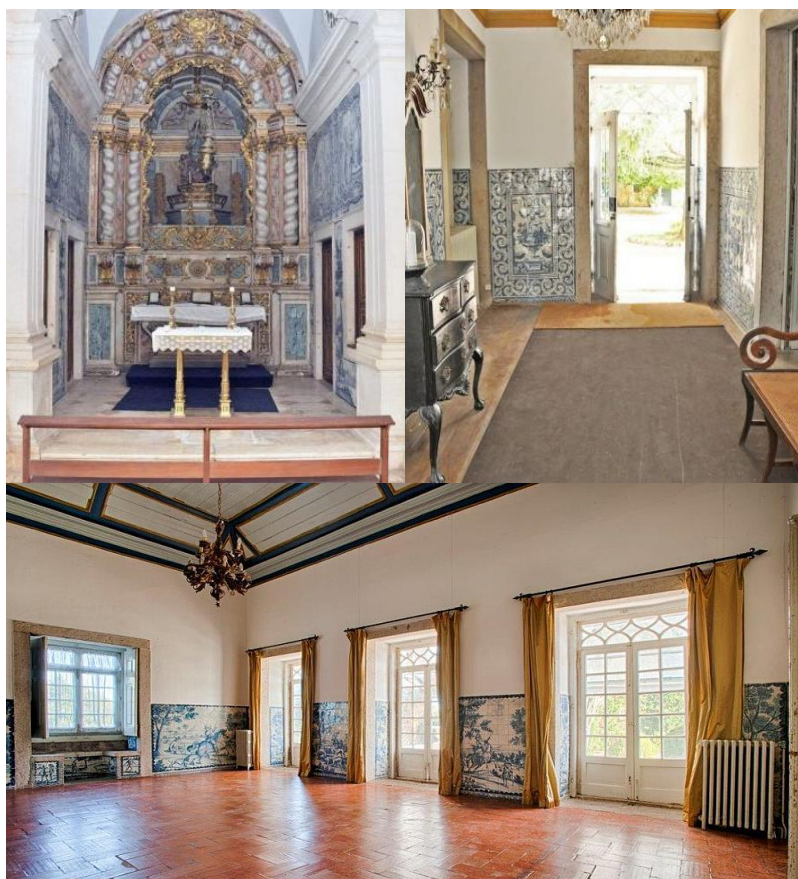


Figura 35 – Capela, Salão e entrada da Quinta do Torneiro

Fonte: Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt>¹⁹, 2017, s.p

¹⁹ A imagem que se apresenta foi acedida em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.

Salientam-se nesta quinta os acabamentos do interior () com grande nível de detalhe e pormenorização, devido essencialmente ao facto de se tratar de uma residência do tipo permanente.

Atualmente a Quinta do Torneiro, sendo uma propriedade privada, encontra-se a ser explorada para fins turísticos, configurando-se como um espaço que promove eventos, como sejam, casamentos, batizados, aniversários, entre outros, como foi referido por um dos entrevistados.

3.3.3. Quinta de Nossa Senhora da Conceição

A Quinta da Nossa Senhora da Conceição foi mandada construir no séc. XVII em Barcarena, pelos Sinel de Cordes (cavaleiros portugueses chamados a Portugal por Filipe II para recolherem impostos) (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). O edifício tem uma austeridade medieval; o portal maneirista da entrada é encimado por um brasão de pedra da família Cordes (dois leões adossados).



Figura 36 – Quinta da Nossa Senhora da Conceição e Pormenor da Capela

Fonte: Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt/>, 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>, s.p. 2018

O interior desta Quinta de Recreio é ornamentado com belos e raros painéis de azulejo do séc. XVII. A capela de reduzidas dimensões encontra-se classificada como IIP pela DGPC, tendo sido dedicada a S. João Baptista, tem um altar com embutidos de

mármore florentino policromo, obra do Arquiteto João Antunes. As paredes são revestidas a azulejos assinados por *Gabriel del Barco* e datados de 1697 (Rocha, 1996, p. 103).

Em termos espaciais, na Quinta de Nossa Senhora da Conceição a capela define o centro do lugar e está localizada de forma axial relativamente ao portão de entrada na quinta, sendo o seu acesso feito através de um pequeno pátio. Os restantes volumes foram construídos de forma aditiva, a partir de um dos lados da capela, sendo que o acesso à entrada da casa é feito pelas traseiras (Pires, 2013, p. 326).

Esta Quinta de Recreio é ainda propriedade da CMO, tendo sido celebrado um protocolo em 2010 para instalação da *Oeiras International School*, funcionando presentemente como instalação principal de uma escola que leciona do 2º ciclo EB ao ensino secundário (Oeiras International School, 2010).

3.3.4 Quinta do Morval

Situada na freguesia de Carnaxide, esta Quinta de Recreio é parte integrante da propriedade que pertenceu ao Visconde Moreira de Rey (1838-1891), membro fidalgo da Casa Real e deputado às Cortes por Fafe. Originalmente foi uma vasta propriedade agrícola, remontando ao tempo em que o Visconde Moreira de Rey mandou construir dentro da imensa propriedade nos finais do séc. XIX, a Quinta do Morval, a Quinta das Torres e a Casa Gabri, esta uma vivenda para a sua filha Gabriela de Melo. Desconhece-se a data de constituição da citada propriedade, embora o portão principal tenha data de 1884 (Figura 37).



Figura 37 – Portão Quinta do Morval

Fonte: Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt>²⁰, 2017, s.p.

²⁰ A imagem que se apresenta foi acedida em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.

Para além das casas principais, fazem também parte da propriedade, cavalariças e picadeiro, uma pequena estufa, um campo com exploração agropecuária e jardins. Inserida numa zona rural, especificamente na Serra de Carnaxide, a sua utilização inicial e atual manteve-se inalterada, tratando-se de uma quinta para residência permanente (Câmara Municipal de Oeiras, 2015).

O edificado da propriedade apresenta em termos arquitetónicos características onde impera o gosto romântico do castelo medieval, com as suas torres e ameias, revivalismo muito apreciado no séc. XIX. Da Casa Gabri destacam-se os painéis de azulejos do 3º quartel do séc. XIX (Câmara Municipal de Oeiras, 2015).

A Quinta do Morval, originalmente uma vasta propriedade agrícola conheceu vários donos, atualmente a propriedade mantém-se como residência privada e preserva a sua traça arquitetónica original.

3.3.5 Quinta dos Grilos

Extensa propriedade de interesse arquitetónico e paisagístico, esta Quinta de Recreio localiza-se na freguesia de Carnaxide, é composta por uma casa solarenga e belos jardins românticos de conceção “à inglesa”. Desconhece-se a data de construção do edifício, embora haja referências a um convento de Agostinhos Descalços (Frades Grilos) neste local. A propriedade pertenceu ao visconde de Carnaxide, António Baptista de Sousa que a remodelou no início do séc. XX (Rocha, 1996).

Esta quinta foi fundada no ano de 1256 pelos frades Agostinhos que normalmente escolhiam meios rurais para viverem.

A quinta e o palacete existente chegaram a ser residência oficial do Senhor Dom António Baptista de Sousa, Visconde de Carnaxide que remodelou todo aquele espaço no início do séc. XX.

A quinta assumiu o nome de Grilos na segunda metade do séc. XIX; sabe-se que na década de 1960 foi habitada por uma família estrangeira, destacando-se o nome de Madame Bayloni, supostamente de nacionalidade jugoslava e sob a sua responsabilidade esta quinta chegou a funcionar como Fábrica de Conservas (Fernandes, 2013).

“Estamos a 1 de Novembro, a Igreja celebra, solenemente, todos os Santos (...) nesta aldeia de Linda-a-Velha e de modo geral nas demais, desde muito cedo as crianças correm as ruas batendo de porta em porta para pedirem o “pão por Deus” (...) na Quinta dos Grilos, antiga residência do Visconde de Carnaxide, havia uma fábrica de conservas, onde davam latinhas de conserva”

(Fernandes, 2013, em <https://estoriasdalindaavelha.wordpress.com>, s.p.)

Os jardins românticos são de conceção inglesa e o edifício principal da casa apresenta pormenores arquitetónicos singulares, nomeadamente, nos azulejos e pavimentos.

A Quinta dos Grilos em Carnaxide permanece como propriedade privada, tendo função essencialmente residencial.

3.3.6 Quinta Real de Caxias

A Quinta Real de Caxias, localizado em Caxias e junto à foz da ribeira de Barcarena, tem a sua origem no séc. XVIII, quando D. Pedro III (1717-1786) filho de D. João VI iniciou a sua construção de forma a estender a Quinta de Queluz. Entre 1826 (data da morte D. João VI) e 1833 a quinta esteve abandonada, até que D. Miguel de Bragança a ocupa durante alguns meses. Anos mais tarde serve de residência de Verão da Imperatriz e Duquesa de Bragança. Em 1985 é celebrado um protocolo entre o Estado-Maior do Exército e a CMO que procedeu à recuperação, manutenção e reutilização do jardim e da cascata (Rocha, 1996, pp. 93-94).



Figura 38 – Quinta Real de Caxias (Proteção especial a azul / Proteção geral a amarelo)

Fonte: Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>, 2018, s.p.

Na Quinta Real de Caxias identifica-se como IIP no Paço Real, o salão nobre e o quarto da Duquesa, os Jardins e a Cascata também recebem esta valorização (Figura 38).

Localizada em terreno urbano, a quinta desenvolve-se em terreno plano e elevado, sendo que no primeiro encontrava-se os jardins, pomares e bosque, e no segundo cultivavam-se os cereais. O Jardim da Cascata é de traçado geométrico, ornado por 5 lagos, estátuas de barro e a Cascata é formada por galerias e encimada por um pavilhão (Figura 39) (DGPC, 1999).



Figura 39 – Quinta Real de Caxias

Fonte: Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt>²¹, 2017, s.p.

O Paço Real (Figura 40) apresenta uma planta poligonal, de dois pisos e cobertura diferenciada em telhados de duas e quatro águas. O frontispício encontra-se orientado a oeste, de cunhais acentuados por pináculos e revestida a azulejos. O edifício principal de pequena/média dimensão, funcionalmente organizado em volta de um corredor central e de salas adjacentes no primeiro andar. No piso térreo localizavam-se as áreas de apoio. Dos elementos de revestimento interior do primeiro andar já pouco resta no local, uma vez que ocorreu a degradação e furto da maior parte deles (pinturas, revestimentos de parede e azulejos antigos). Existe também uma edificação secundária de apoio à Edificação Principal (DGPC, 1999).

²¹ A imagem que se apresenta foi acedida em outubro de 2016 e devido a uma atualização do site em 2017 não é possível aceder ao formato em que se apresenta.



Figura 40 – Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Em termos de intervenções realizadas, e tendo em conta o que nos foi revelado por um dos entrevistados, é de realçar as obras efetuadas pelo Ministério da Defesa em 1969, ao nível da cobertura de alguns dos edifícios; em 1981 obras de conservação e reabilitação dos espaços de trabalho e em 1982, a recuperação geral das coberturas dos espaços. A sua utilização inicial destinava-se a ocupação residencial temporária do Paço Real. Mas atualmente todo o complexo edificado do Paço Real se encontra devoluto e degradado, embora seja reconhecido como património histórico-cultural. A propriedade permanece à responsabilidade do Ministério da Defesa, embora o imóvel se encontre inscrito no projeto REVIVE²² para afetação de uso turístico em modelo jurídico de concessão (Turismo de Portugal, s.d.).

3.4 Síntese conclusiva

Com o propósito de perceber e enquadrar a área de implantação da Quinta de Recreio em análise, este capítulo procurou fazer uma breve contextualização do concelho de Oeiras no passado e na atualidade.

Numa primeira análise foi possível perceber que a localização geográfica deste território potenciou o desenvolvimento social e económico da população residente, na

²² O Projeto REVIVE é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças, com o objetivo de promover a requalificação e subsequente aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetónico, patrimonial, histórico e cultural que não estão a ser devidamente usufruídos pela comunidade em que se inserem e em alguns casos, encontram-se em adiantado estado de degradação, <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiao-pt>, consultado em 02 de maio de 2018.

medida em que o clima, a abundância de água, os solos agrícolas e a proximidade do Rio Tejo favoreceram a fixação das populações. Em termos históricos, culturais e sociais evidencia-se a figura do Marquês do Pombal como determinante para o futuro do concelho, a partir do séc. XVIII. Ao construir o seu legado em Oeiras, surge a proliferação de vários palácios e quintas, destinadas ao recreio e à exploração agrícola, privilegiando a sua localização junto do curso das ribeiras de Oeiras. A partir do séc. XIX constatou-se uma grande alteração a nível social com o crescimento das atividades de veraneio no concelho, o que veio incrementar as vias de comunicação e redes de transporte para Oeiras.

Através da análise SWOT que consta no PDM de Oeiras de 2013 foi possível compreender que o concelho na atualidade apresenta perspetivas de crescimento em termos socioeconómicos e do território. No entanto, não deixa de ser preocupante o envelhecimento populacional e as carências ao nível do apoio aos idosos, assim como, a falta de creches e jardins-de-infância, enquanto respostas de apoio à família e à comunidade. Em termos estratégicos, verificou-se que é uma preocupação constante oferecer espaços públicos de qualidade, de frente ribeirinha, espaços culturais e grandes espaços verdes (parques urbanos, vales das ribeirinhas, espaços qualificados) neste território. De realçar, ainda, a promoção de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, quer seja ao nível da mobilidade, quer ao nível dos espaços naturais mas também uma procura de inovar em matéria de ambiente, atraindo setores ligados à cultura e ao lazer.

Ainda neste capítulo foram caracterizadas em termos genéricos as Quintas de Recreio de Oeiras identificadas com valor histórico, arquitetónico e ambiental, segundo edital da CMO. Em termos dos aspetos semelhantes identificam-se nestas Quintas de Recreio a localização junto de ribeiras ou cursos de água no concelho, assim como, o facto de serem detentoras de uma área privilegiada para a produção agrícola e para a implantação de jardins de buxo.

Em termos espaciais, refira-se que nas quintas de maior área de implantação, a configuração formal da casa-jardim-capela assume uma localização distinta, constituindo-se a capela como elemento central. São exemplo desta configuração a Quinta do Marquês do Pombal, a Quinta do Torneiro, a Quinta da Nossa Senhora da Conceição.

Em termos de dissemelhanças, registam-se a área de edificação, o tipo de acabamentos e o grau de relevância dado à entrada para a Quinta de Recreio. Constatou-se que as Quintas de Recreio, em função do estatuto do seu senhorio, apresentam maior ou menor área edificada, verificando-se que na Quinta dos Grilos as casas principais são pouco imponentes. Ao nível dos acabamentos, embora se tenha registado o uso de azulejos como material nobre de revestimento nas Quintas de Recreio em análise, o nível

de detalhe e pormenorização das fachadas na Quinta Real de Caxias em contraposição à Quinta do Torneiro, revelam um tratamento diferenciado. Isto porque, sendo a primeira para usufruto do Rei e da corte, embora de uso temporário, e a segunda de utilização permanente, mas para uma família nobre, houve maior preocupação de detalhe destes elementos construtivos no primeiro caso. Por fim, como último elemento dissonante regista-se a localização e a importância da entrada nas Quintas de Recreio analisadas. É bastante evidente que o estatuto do Marquês do Pombal obrigava a uma entrada na sua propriedade bastante visível e demarcada no território, pelo contrário na Quinta da Nossa Senhora da Conceição o próprio acesso ao local é ainda nos dias se hoje de difícil (re)conhecimento.

Capítulo 4. Paço Real de Caxias: do estado atual à sua transformação

No presente capítulo procedeu-se à análise do caso selecionado, relembre-se o Paço Real de Caxias. Segundo Sérgio Júnior (2012) o método de estudo de caso:

“é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo no seu contexto de vida real, mesmo que os limites entre o fenómeno estudado e o contexto não estejam claramente definidos. (...) o estudo de caso se presta nas investigações de fenómenos sociais contemporâneos nos quais o pesquisador não pode manipular comportamentos relevantes que influenciam e/ou alteram seu objeto de estudo. O método possibilita ao pesquisador lidar com uma ampla variedade de evidências, provenientes de análise documental, visitas de campo, entrevistas e observação participativa”

(Junior, 2012, p. 3)

A iniciar este capítulo, apresenta-se uma caracterização exploratória das Quintas de Recreio como fenómeno arquitetónico que proliferou do norte ao sul do país durante os séculos XVII e XVIII. Neste sentido, interessa perceber a génese das Quintas de Recreio como modelo importado da arquitetura do Renascimento, contudo, devidamente adaptado ao local de implantação em Portugal. De forma a facilitar a compreensão do conceito de Quinta de Recreio e a sua expressividade em termos de estruturação de espaços e vivências, este capítulo permite identificar já e a título exploratório, alguns indicadores que a nosso ver contribuem para uma reabilitação sustentável.

Em particular, será qualificado o conjunto arquitetónico da Quinta Real de Caxias quanto ao tipo de arquitetura, estrutura e principal funcionalidade. Apresentar-se-á a história do local onde a quinta está inserida, com o intuito de se analisar o edifício para fins de reabilitação, uma vez que as duas salas com pintura decorativa do antigo Paço Real de Caxias encontram-se classificadas como IPP²³. Através da tipologia construtiva do edifício são identificadas as características arquitetónicas e do edificado, designadamente: fundações, fachadas, paredes interiores, cobertura, varandas e terraços, vãos, revestimentos exteriores e interiores.

²³ O Paço Real de Caxias encontra-se classificado como IIP segundo o Decreto n.º 39 175, DG, 1.ª série, n.º 77 de 17 abril 1953 (jardins, esculturas e duas salas com pintura), disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6082, acedido a 27 de julho de 2018.

Apresenta-se ainda neste capítulo uma análise sucinta às opiniões e percepções dos utilizadores da Quinta Real de Caxias e residentes na envolvente, bem como, das entidades com responsabilidades administrativas, culturais e/ou de salvaguarda deste património.

4.1 Quintas de Recreio: considerações gerais

As Quintas de Recreio constituem-se num paradoxo cultural, inseridas no meio da natureza e na fronteira com a cidade, distinguindo-se das *Villas* italianas e das quintas agrícolas, por assumirem um programa construtivo mais ideológico, contrariando o funcionalismo rural característico das quintas no campo.

As Quintas de Recreio são uma conceção da vida do campo e das suas virtudes, contrastando com a vida citadina, apresentando-se como habitações alternativas dos senhorios. Procuram definir-se como um lugar de permanência com vista ao bem-estar físico, junto ao ar puro e à natureza, num espaço recreativo entre o campo e a metrópole, privilegiando das vias de comunicação e dos recursos hídricos, através de um ordenamento topológico que procura relações próximas entre o interior e o exterior, de proximidade e continuidade afirmando assim a singularidade desta arquitetura.

As quintas no campo serviam essencialmente para a produção agrícola, como sustento principal do seu senhorio. Segundo Joana Quintas (2011), citando Marieta Dá-Mesquita, as Quintas de Recreio são uma conceção da vida do campo e das suas virtudes, contrastando com a vida citadina, constituíam-se em habitações alternativas dos senhorios, ou seja, propriedades rústicas que incluíam terrenos de cultivo, espaços de exploração agrícola e pecuária, habitação dos trabalhadores rurais, com zonas de lazer como jardins, fontes, lagos, matas, localizando-se junto da residência do proprietário, variavam em função da posição social do mesmo (Quintas, 2011, p. 30)

Este conceito arquitetónico que proliferou em Portugal a partir do séc. XVI serviu essencialmente de pretexto para descanso da classe nobre. As principais características deste tipo de arquitetura erudita recaíam na proximidade à zona urbana, existência de uma casa nobre ou palácio, uma capela, fontes, lagos, uma grande zona de pomares e jardins de luxo, terrenos agrícolas junto a cursos de água e residência para os trabalhadores afastada do edifício principal ().

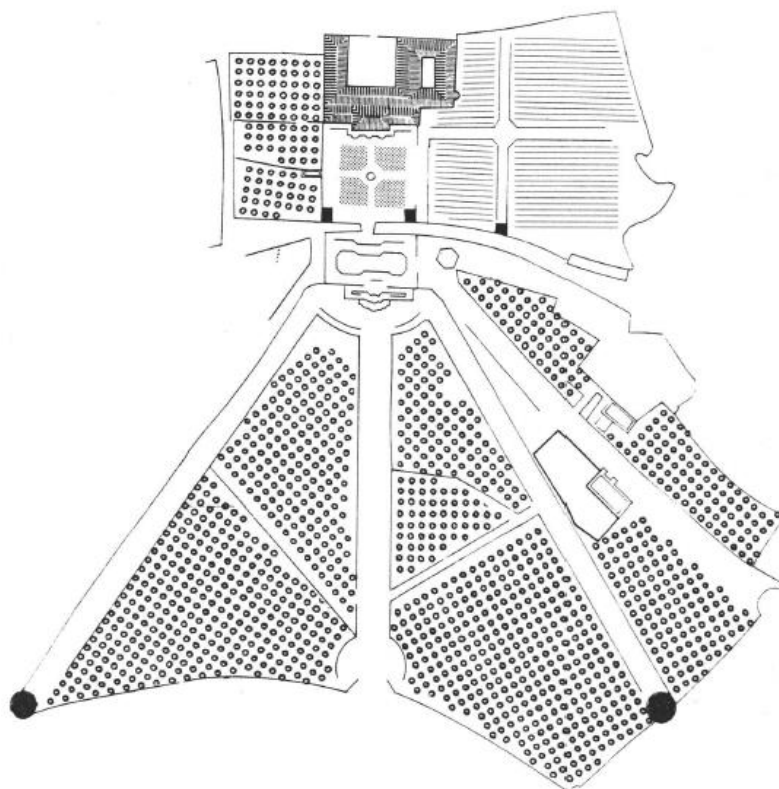


Figura 41 – Quinta do Palácio de Estói (Faro)

Fonte: Carapinha, 1995, p. 100

Verifica-se que pretendiam refletir o padrão de vida daqueles que as ordenaram e a época em que viviam – o Tempo do Iluminismo e da Razão, permitindo um contato direto com a natureza, para usufruto privado, obedecendo no seu traçado a um conceito de geometrismo rigoroso, reunindo e articulando as componentes recreativa (grandes jardins e matas) e lucrativa (a propriedade rural) (Rocha, 1996).

Realizaram-se projetos bastante arrojados, com casas senhoriais imponentes, onde o projeto de arquitetura baseava-se na soma de unidades funcionais diferentes, adotando o conceito do jardim virado para o que o rodeia, tirando partido da paisagem natural, em contraponto aos jardins medievais e claustros conventuais da época, tornando as Quintas de Recreio um fenómeno de arquitetura paisagística particular.

Existem em Portugal várias modelos de arquitetura das Quintas de Recreio que, segundo Pires (2013), podem ser apresentados através duma seriação e distribuição tipológica definida em esquemas estruturantes de base, a partir das seguintes variáveis: configuração formal e espacial da Quinta de Recreio como complexo arquitetónico; relação da casa com o espaço; elementos arquitetónicos como composição geral do edificado e as suas conotações simbólicas, através de escadas exteriores e elementos construídos importantes.

O programa tipo da Quinta de Recreio materializa-se pela casa do proprietário, ou Palácio, sendo este o edifício mais importante e centralizante da quinta – constituído por diferentes estruturas, como sejam o Pátio de Entrada, a Capela, a Sala de Entrada, etc. – e pelo exterior da casa, onde existem outro tipo de construções relacionadas com a atividade produtiva da quinta, variando em função do peso desta função na quinta.

As áreas verdes, os jardins e as parcelas de cultivo – jardim formal, pomar, horta e mata – têm grande expressão e importância para a Quinta de Recreio, sendo-lhes atribuída uma dimensão considerável, uma organização quase geométrica e uma natureza ordenada, segundo unidades regulares e elementos estruturantes e de organização espacial, alguns com uma dupla função como o pomar/horta ou a mata.

4.2 Enquadramento da Quinta Real de Caxias

A Quinta Real de Caxias está situada em Caxias e pertence à União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço D'Arcos e Caxias. Encontra-se implantada junto ao Jardim Municipal de Caxias e à Estação de Comboios que conforma com a Avenida marginal ao Rio Tejo.

Caxias apresenta-se como a mais recente freguesia do concelho de Oeiras, criada no dia 3 de julho de 2001, estendendo-se por uma área com cerca de 3, 49 Km², o que representa cerca de 3, 41% da área total do concelho. Esta freguesia é um centro urbano classificado como Vila e tem como rede hidrográfica principal a ribeira de Barcarena, que corre de norte para a margem estuarina, a sul (Câmara Municipal de Oeiras, 2015, p. 19).

Em 2011 (INE, 2011) registava-se um total de 9 007 residentes, sendo que a maioria dos residentes tem idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, predominando famílias mais numerosas, sobretudo, na freguesia de Caxias, especialmente na área onde se procedeu ao realojamento de bairros degradados exemplo destas zonas: Laveiras e Pedreira Italiana (Câmara Municipal de Oeiras, 2015, p. 34).

A Quinta Real de Caxias construída durante o séc. XVIII (1785) constitui um conjunto arquitetónico do tipo residencial senhorial, onde os jardins e as esculturas, o salão nobre e o quarto da Duquesa no Paço Real, encontram-se classificados como IPP segundo o Decreto nº39º/175, da 1.ª série, nº 77 de 17 de abril de 1953 (figura 42) (DGPC, 1999, s.p.).

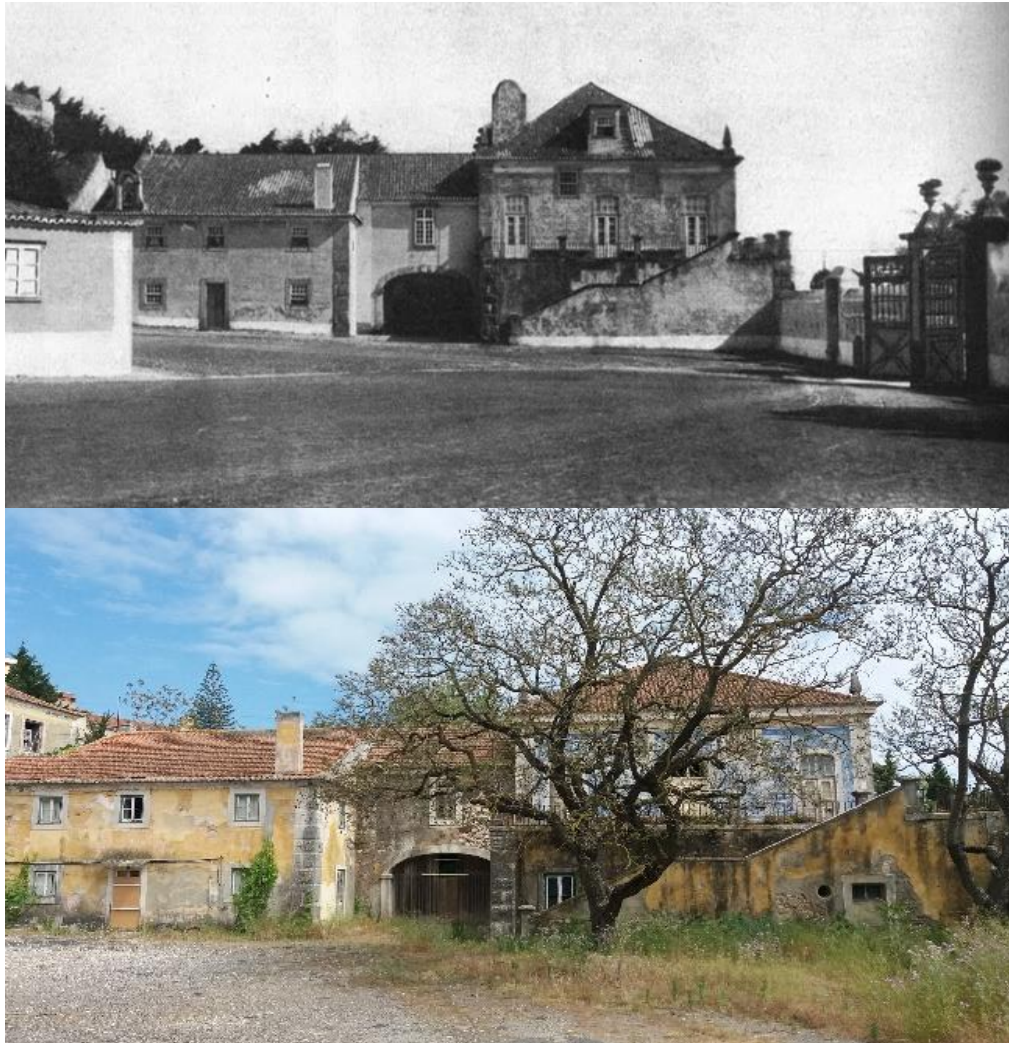


Figura 42 – Paço Real de Caxias 1905 e na atualidade

Fonte: Ilustração Portuguesa, 1905, p. 748 e elaboração própria, 2018

Esta Quinta de Recreio apresenta um enquadramento urbano, desenvolve-se em terreno plano e o seu jardim, de influência do barroco italiano estrutura-se em malhas geométricas orientadas segundo um alinhamento entre pontos notáveis, como a ligação entre o Forte de S. Bruno a sul e o Convento da Cartuxa a norte. Como elemento fundamental para uma Quinta de Recreio, a água está presente desde a ribeira de Barcarena a oeste, até aos lagos, fontes, aquedutos e noras, tendo por cenário a Cascata, que é alimentada por um complexo sistema hidráulico que funciona através da gravidade (Figura 43) (DGPC, 1999, s.p.).

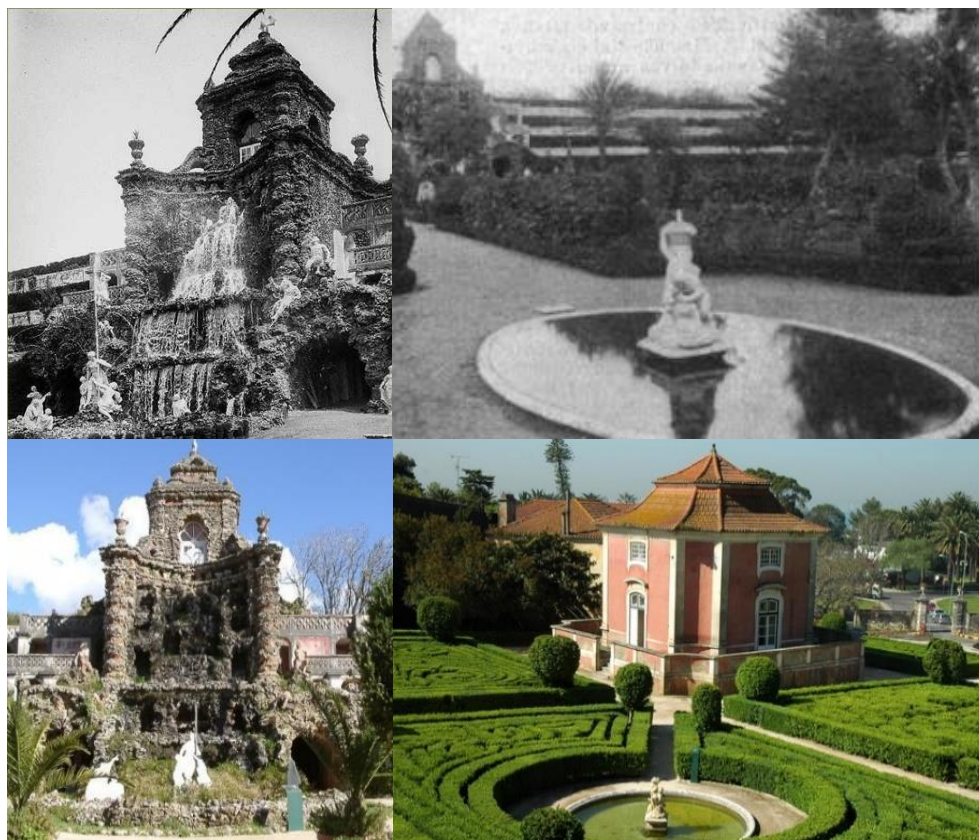


Figura 43 – Cascata e Jardim da Quinta Real de Caxias 1905 e na atualidade

Fonte: Ilustração Portuguesa, 1905, p. 748 e elaboração própria, 2018

Em termos de enquadramento do património construído, os elementos circundantes que formam os eixos de integração no local são: o Convento da Cartuxa, a ribeira de Barcarena e o Forte de S. Bruno. Todos estes elementos circundam a Cascata e Jardim da Quinta Real de Caxias, assim como o seu Paço Real Caxias ().

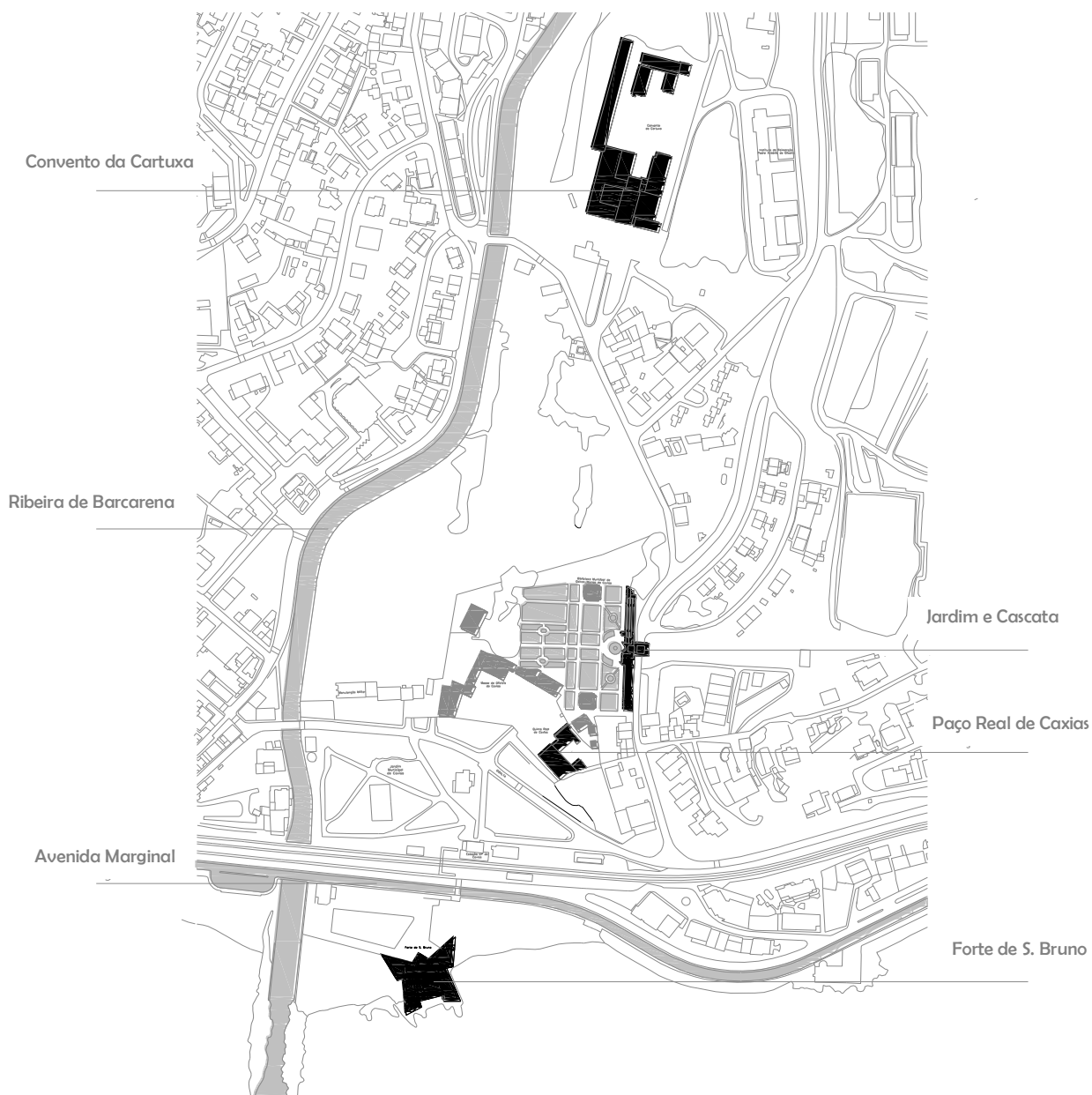


Figura 44 – Eixos de integração do local

Fonte: Elaboração própria, 2018

A tutela de toda a herdade encontra-se dividida por várias entidades, sendo que o Paço Real está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, concretamente do EME – Direção de Infraestruturas do Comando da Logística ().

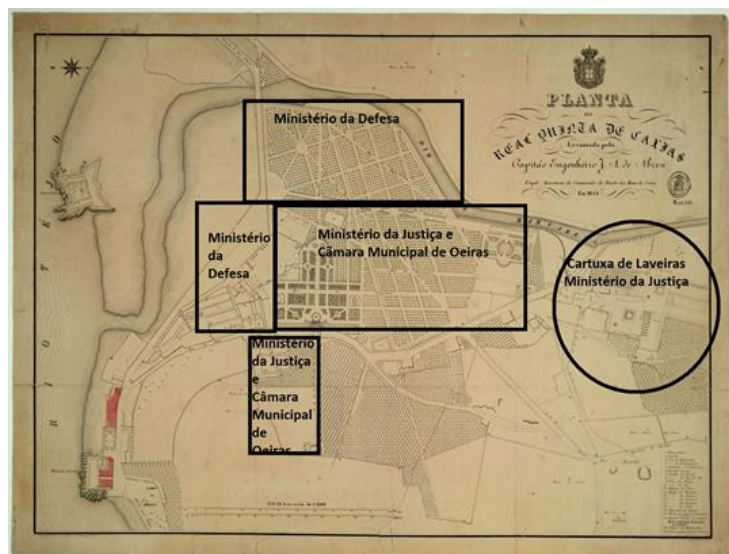


Figura 45 – Planta de Divisão tutelar da Quinta Real de Caxias

Fonte: Disponível em <http://valedaterrugem.blogspot.com/>, 2018, s.p.

4.2.1 Caracterização morfológica, tipológica e espacial

No que se refere à configuração formal, esta Quinta de Recreio revela uma organização em função dos recursos naturais existentes, verificando-se a proximidade à ribeira de Barcarena e ao rio Tejo.

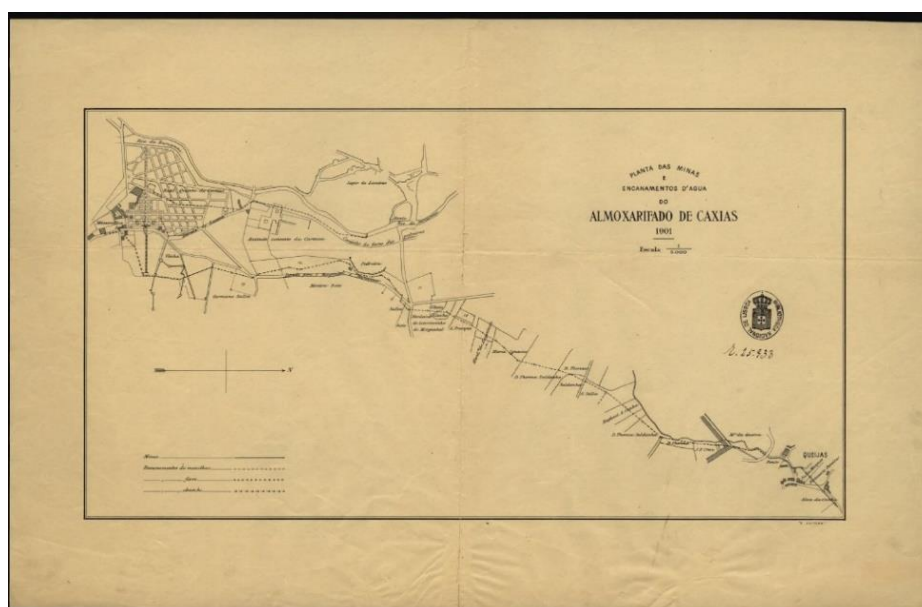


Figura 46 – Aproveitamento de águas através do Sistema hidráulico de Caxias

Fonte: Correia, 2015, p.86

A proximidade aos recursos naturais permitiu o desenvolvimento de sistemas de grande sustentabilidade, como é o caso do habilidoso sistema hidráulico, quer para a rega dos

jardins, hortas e pomares, quer para aos efeitos cenográficos da Cascata (Figura 46 e **Erro!** **A origem da referência não foi encontrada.**).



Figura 47 – Levada e Sistema hidráulico da Cascata

Fonte: Elaboração própria, 2018

Fazem parte integrante da configuração formal desta Quinta de Recreio os seguintes componentes: o Paço Real, a Capela, o Jardim, a Cascata, as Cocheiras e Cavalariças, os Pavilhões Oitavados, a Casa do Almojarife, uma Horta, Pomares e a Mata.

O Paço Real, localizado no extremo sul da composição do jardim, desenvolve-se numa volumetria única e sobre o qual são criados os espaços abertos para o exterior (Figura 48). Este corpo formado pela casa revela uma autonomia e autossuficiência estrutural e formal. Esta análise e o desenvolvimento da estratégia de intervenções vão centrar-se nesta componente.

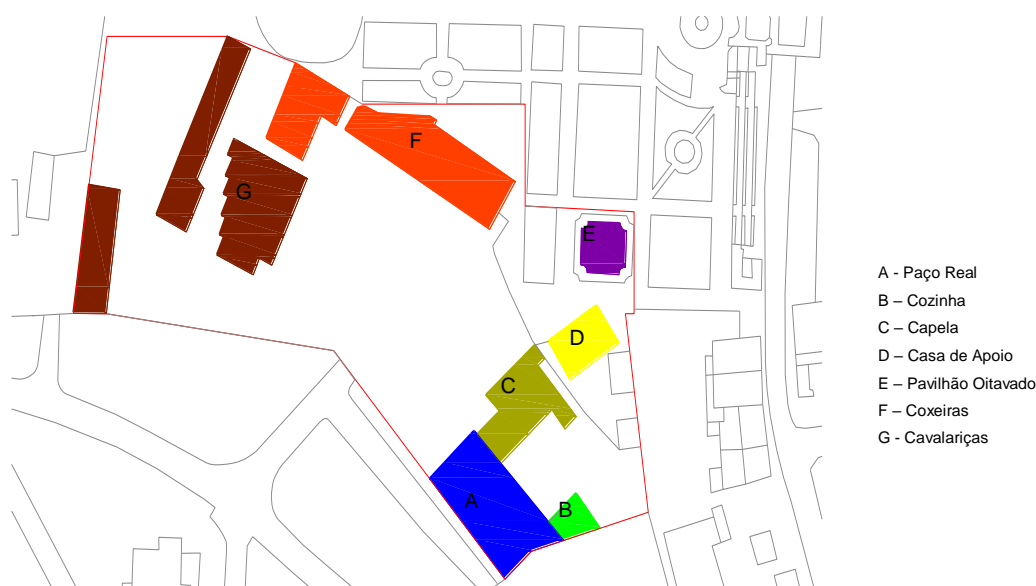


Figura 48 – Espaços edificadas da Quinta Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Os jardins apresentam um conceito de adição espacial, pois assumem uma identidade autónoma e com uma composição geométrica e espacial muito própria. No jardim é possível descortinar o jardim formal, o bosque, as grutas, os lagos e o mirante, embora encerrados numa área de perímetro irregular tendo como limite um muro. No referente às vistas é possível verificar que a interpretação completa do conjunto só é possível junto da casa e do jardim, concretamente, no Pátio de Entrada do Paço Real e no topo da Cascata.

No programa da Quinta de Recreio de Caxias verifica-se a existência do Terreiro, de um muro exterior rasgado por um portão alto em grade de ferro forjado, de uma Capela e um Paço Real composto por sala de entrada, corredor, casa de jantar e cozinha, esta com a particularidade de estar numa casa adjacente à casa principal. O Terreiro constitui-se no local que dá acesso ao Paço Real e à Capela, localizando-se junto ao portão de entrada pública, o que permitia também o acesso da população que se encontrava à volta e que por vezes assistia à missa neste espaço. A Capela de planta retangular e com tetos em abóbada de berço encontra-se anexa ao Paço Real, justaposta ao corpo da habitação, com entrada direta através do Coro.

A sala de entrada ou espaço de receção é uma área de pequenas dimensões em virtude desta Quinta de Recreio ser usada apenas por curtos períodos de tempo. O pequeno corredor sugere ser um espaço de ligação entre a sala de apoio e o salão nobre, estabelecendo por isso uma separação entre zona de refeição e zona nobre (Figura 49).

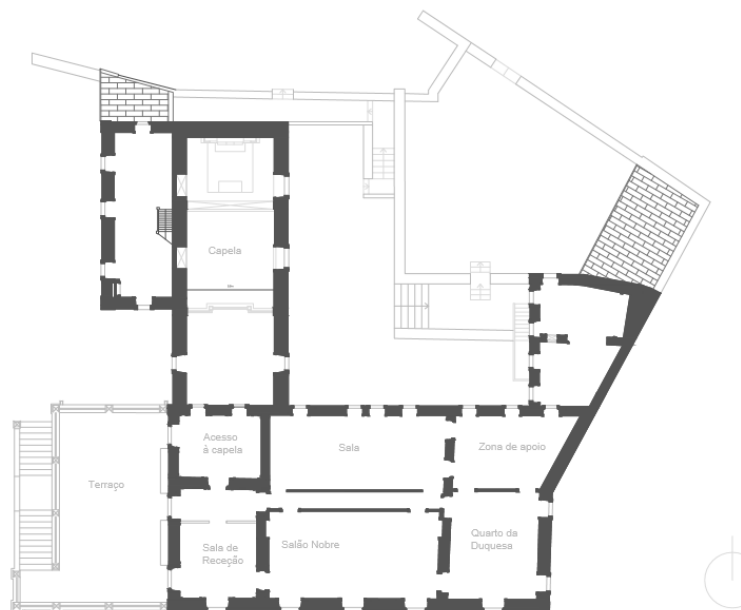


Figura 49 – Planta do piso 1 do Paço Real de Caxias e da Capela

Fonte: Elaboração própria, 2018

O salão nobre e o quarto de dormir, conforme referido atrás, apresentam uma composição bastante trabalhada nos revestimentos dos tetos e paredes, sendo estes os espaços qualificados como IIP do Paço Real de Caxias.

4.2.2. Cronologia e obras de intervenção realizadas

“Foi D. Pedro III que mandou plantar a quinta e acabar as obras do paço que herdara do seu tio como representante da casa do infantado, (...) sendo já rei ia por vezes passar as tardes em Caxias, passeava na quinta entre esses arruados de buxo de fidalgo corte com sua mulher Maria I e conta-se que por vezes desciam até à praia onde entretinham conversas com os pescadores que encalhavam os barcos na areia junto a um fortim hoje quasi abandonado. D. João VI e Carlota Joaquina também acompanhavam os seus reaes parentes e mais tarde, à volta do Brazil, as infantas D. Maria d’Assunção e D. Isabel Maria por ali iam de passeio. Desde 1820 e até 1832 o velho paço esteve abandonado até que D. Miguel, quando rei, para lá foi passar o verão.”

(Ilustração Portuguesa, 1905, p. 748)

Através da recolha documental dos arquivos históricos presentes na DHCME foi possível reconstituir uma análise cronológica das operações efetuadas ao Paço Real de Caxias desde a sua génese ao estado atual.

Desde a sua construção em 1785 a Quinta Real de Caxias foi alvo de várias intervenções significativas, que por um lado tiveram como objetivo a conservação do edifício para residência da família real e por outro, a reconfiguração dos espaços para servir novos usos.

A construção final da Quinta Real de Caxias e em especial do seu Paço, sob orientação de D. Pedro III, arrastaram-se até ao final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Esta quinta fazia parte do conjunto de propriedades da Casa do Infantado e constituía uma extensão do Palácio de Queluz, era utilizada na época do verão pelo rei e a sua esposa, rainha D. Maria I, para atividades de recreio, tal como o fazia D. João VI (1785-1826c) com as suas filhas depois do regresso do Brasil.

Entre 1826 e 1833, segundo fonte documental consultada na Direção de História e Cultura Militar do Exército, o Paço Real de Caxias esteve abandonado até que D. Miguel de Bragança o ocupou durante meses, retornando ao abandono até que anos mais tarde serviu de residência de Verão da Imperatriz e Duquesa de Bragança.

Após a morte de D. Pedro V em 1861, é D. Luís I que toma o Paço Real de Caxias como residência própria embora temporária, antes de se estabelecer no Palácio da Ajuda. Com a saída de D. Luís I o Paço Real de Caxias entra em rápido declínio.

Em 1908 é D. Manuel II que cede toda a propriedade afeta à Quinta Real de Caxias ao Estado, dividindo entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Justiça, o Paço Real e o Jardim da Cascata e a área de cultivo, respetivamente.

Com a intenção do Ministério da Guerra em instalar a Escola Central de Oficiais no Paço Real de Caxias, em 1922 é construído um muro a delimitar as áreas afetadas a cada ministério.

Entre 1927 e 1928 há registos de vários levantamentos do estado de conservação do Paço Real de Caxias de modo a se proceder às obras de reabilitação e melhoria das condições de habitabilidade. Regista-se nesta referência que o Paço Real se encontra em estado regular de conservação, possui boas fundações, mas, apresenta infiltrações no telhado e nas paredes interiores.

O Paço Real de Caxias volta novamente ao abandono a partir de 1958, encontrando-se na época em razoável estado de conservação. Esta situação foi motivada pela mudança das instalações do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) para Pedrouços. Registou-se ainda que, apenas a Messe da Manutenção Militar ficaria a funcionar nos edifícios construídos onde se localizavam as antigas cavaleriças, situação que permanece até aos dias de hoje.

Em 1969, como consequência do sismo, foram registados estragos no Paço Real de Caxias, o que proporcionou uma pequena revisão e reparação da cobertura.

Entre 1981/82 foram registadas obras de conservação e reparação geral das coberturas do Paço Real de Caxias, Capela e outros edifícios adjacentes.

De forma a se proceder à recuperação, manutenção e utilização do Jardim Real de Caxias e a sua cascata, foi celebrado em 1985 um protocolo entre o Estado-Maior do Exército e a CMO que desenvolveu um projeto de conservação e restauro do conjunto escultório e dos jardins de buxo, que decorre até aos dias de hoje.

A partir desta data, 1985 não foram realizadas quaisquer obras de conservação ou reabilitação do Paço Real de Caxias, encontrando-se atualmente o seu interior vedado ao público.

4.3 Características arquitetónicas do edifício

O Paço Real de Caxias integra o período da Arquitetura Barroca, finais do séc. XVII e todo o séc. XVIII, manifestando-se numa construção do tipo regular ao estilo renascentista. Em termos de sistema construtivo, corresponde à tipologia de edifícios com estrutura de alvenaria da época pombalina²⁴ e similares (1755 a 1880), por ter sido construído após o sismo de 1755 e por obedecer a um plano de construção reticulado e regular. A definição de edifício antigo remete para o tipo de construção que foi praticada até ao início do séc. XX, concretamente até aos anos 40, coincidindo com a construção sem betão armado. Por tratar-se de um edifício antigo importa reter que já terá cumprida a função para que foi concebido, cerca de 50 anos, representando por este efeito uma parte do património construído.

Na fachada principal do Paço Real de Caxias, o frontispício encontra-se orientado a Oeste e é revestido com um painel de azulejos em azul-cobalto, que se integram no período Pombalino, semelhantes aos azulejos do Palácio de Queluz. As portas de entrada e as janelas são de madeira resinosa de pinho pintada, as portas são encimadas por postigos de vidro de forma promover a iluminação e ventilação para o interior da habitação e as janelas são de sacada. Nas restantes fachadas verificam-se vários tipos de sistemas de fechamento nas janelas, designadamente, batente, guilhotina, uma porta ou duas postas; nas varandas e no terraço verificou-se como proteção guardas em ferro forjado e de traço simples; em relação às cantarias, socos, sacadas e algumas guarnições das janelas, a pedra lioz é o principal material utilizado, justificado pela abundância do material no local.

²⁴ A época Pombalina surge com o processo de reconstrução da cidade de Lisboa danificada pelo sismo de 1755, aliada à expansão por falta de habitação e à reconversão de setores da cidade, junta-se a necessidade de construir de forma segura para evitar desastres futuros (LNEC - Departamento de Estruturas, 2005).



Figura 50 – Fachada principal do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Os vãos de portas e janelas (de sacada) do Paço Real de Caxias são em madeira pintada, construídas sobre lintel em placa de pedra calcária ou em madeira. As janelas são engradadas e constituídas por almofadas simples de duas folhas, com bandeiras fixas e pelo interior têm portadas de madeira.

As paredes exteriores são autoportantes ou paredes-mestras, de alvenaria mista (tijolo e pedra calcária) com aparelho irregular, bastante resistentes com cerca de 0,80m de espessura. São argamassadas com areia e cal e verticalmente, também variam de espessura, devido à economia e redução do peso das paredes.



Figura 51 – Parede exterior da fachada da Capela

Fonte: Elaboração própria, 2018

Nas paredes interiores observou-se alvenaria mista e paredes de tijolo, assumindo a função de gerar a separação entre espaços interiores no edifício, a sua função estrutural é praticante nula. A espessura destas paredes é mais fina do que as paredes exteriores, variando de 0,60m a 0,40m, já as paredes do corredor assumem uma espessura de 0,20m aproximadamente. As paredes interiores do salão nobre e do quarto da Duquesa apresentam como revestimento telas pintadas, atualmente estas telas encontram-se guardados sob a responsabilidade do Museu Militar de Lisboa. Refira-se ainda que o salão nobre tem lambris de azulejos policromos decorados com motivos florais até 96cm altura.



Figura 52 – Parede interior do quarto da Duquesa

Fonte: Elaboração própria, 2018

Nos pavimentos interiores a madeira assume-se como material estrutural e de revestimento, embora existam registos onde o principal elemento da estrutura do pavimento são arcos e abóbadas de alvenaria. Os pavimentos interiores são revestidos por tábuas de solho sobre vigamentos de madeira de pinho, material abundante na região, mas que apresenta como suscetibilidade o ataque de parasitas e fungos. A solução mais frequente e simples consiste num sistema de vigas paralelas colocadas a distâncias variáveis entre 0.20m e 0,40m, apoiadas sobre paredes resistentes de alvenaria. Os pavimentos exteriores assentam sob uma estrutura metálica, utilizados nas varandas, terraços, zonas húmidas, constituindo-se o revestimento exterior em mosaicos.



Figura 53 – Pavimento exterior e interior do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

A cobertura do Paço Real de Caxias é em telhados de 4 águas e cunhais acentuados por pináculos, revestimento de telha cerâmica e utiliza como solução estrutural a asna de madeira possibilitando o aproveitamento do sótão. Por forma a criar grandes vãos livres, foram utilizadas abóbadas e arcos de alvenarias de pedra e tijolo, no caso do salão nobre e do quarto da Duquesa, o teto foi forrado por vigamento de madeira ou caixotão sobre o qual foram colocadas telas pintadas.



Figura 54 – Pavimento exterior e interior do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

No caso do Paço Real de Caxias o revestimento das paredes interiores é com forro de madeira pintada, apresentando como vantagem a compatibilidade da madeira com a base, tornando simples as ligações e os remates. Esta solução apresenta como desvantagem, problemas de durabilidade do material, apodrecimento por efeitos da humidade e baixo isolamento acústico.

Na sua planta original as escadas do Paço Real que ligam o piso térreo ao primeiro piso são de pedra e pelo exterior, apresentando uma dimensão generosa cerca de 2,5m de largura. As escadas de ligação ao sótão, por sua vez, são de madeira e de dimensão bastante reduzida cerca de 0,90m de largura. As escadas exteriores desempenham não só o papel funcional de meio de ligação entre os diferentes níveis da habitação, como também elemento decorativo da composição formal do Paço Real. Nestas escadas, o espalho dos degraus apresenta uma altura de 0,20m, desenvolvendo-se por dois lanços de degraus e patamar intermédio.

A presente caracterização procurou identificar as características arquitetónicas mais importantes e com maior incidência na identidade do edifício, de modo a readaptá-las à contemporaneidade, mas sem intervir de forma intrusiva no edifício.

4.4 Opiniões e percepções dos utilizadores da Quinta Real de Caxias

Considerou-se como pertinente, desde o início desta investigação, conhecer de perto e de forma direta a opinião dos habitantes de Caxias e dos utilizadores do Paço Real de Caxias, nomeadamente sobre uma eventual intervenção com vista a reabilitação deste edifício. Na nossa perspetiva, a definição de uma estratégia de reabilitação sustentável e a formulação das premissas para um programa de intervenção deve ter em linha de conta as memórias e o imaginário dos residentes em torno deste lugar. Para além disso, julgamos que a responsabilidade social e ética do arquiteto implica ter em linha de conta a leitura e interpretação sobre o lugar de intervenção e as necessidades da população residente.

Assim e a título exploratório foram realizados 52 inquéritos por questionário a residentes e utilizadores do Jardim e Cascata da Quinta Real de Caxias e 3 entrevistas semiestruturadas a atores institucionais,

O objetivo desta recolha de dados passou pela necessidade de conhecermos as opiniões e percepções dos habitantes e dos atores institucionais com responsabilidades sobre aquele património; interessou-nos perceber a pertinência de uma eventual reabilitação sustentável do património arquitetónico qualificado e o tipo de programa mais adequado às necessidades locais.

A realização dos inquéritos foi efetuada por via de dois procedimentos: primeiro, através do contato direto e em espaços públicos, nomeadamente a residentes locais que se encontravam na Quinta Real de Caxias assim como, quando estavam a usufruir dos espaços adjacentes à quinta, e o segundo, através da transposição do inquérito por questionário para uma plataforma eletrónica de questionários, procedendo-se posteriormente ao seu envio quer para habitantes, quer para ex-residentes de Caxias.

Trata-se de uma pequena amostra não probabilística (n=52) e não estatisticamente representativa, mas ilustrativa em termos qualitativos das opiniões e perceções dos inquiridos residentes e/ou utilizadores deste espaço.

O inquérito era composto por três blocos temáticos de questões, a saber:

- a. Questões sobre as características sociodemográficas do inquirido e a sua ligação e pertença a Caxias;
- b. Questões sobre a utilização dos espaços públicos de lazer afetos à área de intervenção, assim como, a perceção dos inquiridos sobre as necessidades e problemas que caracterizam Caxias.
- c. Questões a respeito da perceção dos inquiridos sobre a Quinta Real de Caxias e sobre o nível e tipo de relação que mantém com este edificado.

4.4.1 Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Do total dos inquiridos (n=52), 19 têm entre os 31 e os 40 anos de idade, 9 localizam-se entre os 14 e os 20 anos, 8 entre os 21 e os 30 anos e mais de 65 anos, respetivamente (Gráfico 1). Relativamente ao género, 23 são homens e 29 são mulheres e a sua esmagadora maioria é de nacionalidade portuguesa.

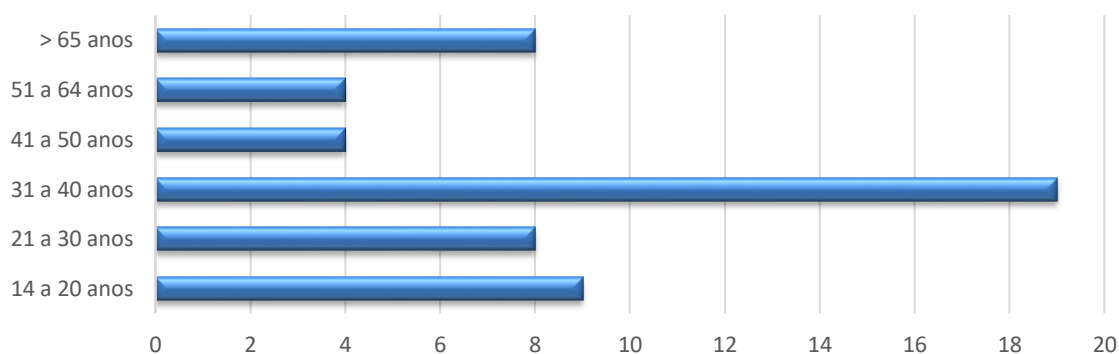


Gráfico 1 – Inquiridos segundo os grupos etários

Fonte: Elaboração própria, 2018

Do total de inquiridos, 32 residem em Caxias e 20 residem, sobretudo nas áreas limítrofes, como Oeiras, Barcarena e Porto Salvo. Dos inquiridos residentes em Caxias, a cerca de metade ($n=15$) vive na área de Caxias há mais de 10 anos. Em relação à sua condição perante a atividade económica, 27 exercem uma atividade económica, 14 são estudantes e os restantes 11 encontram-se reformados ou desempregados ($n=4$). Dos inquiridos que têm emprego, apenas 8 trabalham na zona de Caxias. De referir ainda, que 13 respondentes pertencem a algum tipo de associação ou grupo localizado em Caxias.

4.5 Perceções e usos dos espaços públicos

De modo a verificar o nível de conhecimento e utilização que os inquiridos mantêm com os espaços públicos que confinam com área de estudo, procurou-se aferir as perceções e os usos face a estes espaços.

Foi possível verificar que 40 pessoas afirmam conhecer algum espaço público de lazer em Caxias, sendo a Quinta Real de Caxias a mais citada, a par da Praia de Caxias e da Baía dos Golfinhos (Gráfico 2). É de realçar que a maioria dos inquiridos ($n=26$) que respondeu a esta questão considera que os espaços públicos de lazer são insuficientes.



Gráfico 2 – Conhecimento e uso dos espaços públicos em Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

A maioria dos inquiridos considera que Caxias tem potencial para ter mais espaços públicos e de lazer, alegando que os existentes são pequenos e pautam-se pela falta de dinamismo.

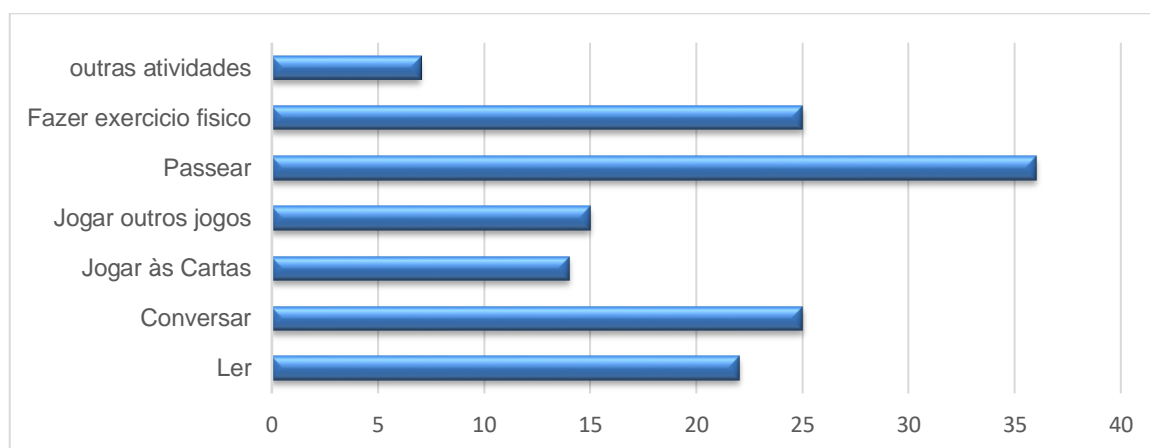
Precisava de mais espaços verdes.
São espaços com pequenas dimensões, pouco atrativos e com pouco sombreamento.
Considero que a freguesia de Caxias tem potencial e espaços que poderiam ser restaurados e bem explorados de forma a dar vida à localidade.
Os espaços públicos são essenciais como oferta de qualidade de vida e fixação da população residente no concelho, sendo que a qualidade ambiental dos espaços verdes é uma ótima forma de qualidade em família. Os espaços culturais são outra forma de qualidade e interação da população com o património do Concelho que penso que não está devidamente dinamizado e requalificado.
Com as devidas melhorias (infraestruturas) e de serviços ao cidadão são espaços com elevado potencial.
São poucos e falta dinamismo, gostava que houvesse mais.
Considero que a freguesia de Caxias tem potencial e espaços para serem melhor aproveitados.

Tabela 3 – Opiniões relativas aos espaços públicos em Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Sobre a frequência dos espaços públicos de Caxias, mais de metade (28) costuma frequentar estes espaços públicos por motivos de lazer, sendo que entre as atividades mais frequentes, se evidenciam a atividade física, caminhar e conversar.

Relativamente às atividades que gostariam de praticar nos espaços públicos de lazer, as respostas são similares: passear (n=37), conversar e fazer exercício físico (n=25) e ler (n=22) (Gráfico 3). Surgiu também a indicação de outro tipo de atividades, como a necessidade de se implementar espaços de estudo, mais comércio e a realização de eventos de caráter cultural e histórico.

**Gráfico 3 – Atividades que gostaria de realizar em espaços públicos de lazer**

Fonte: Elaboração própria, 2018

Conforme opinião dos inquiridos, os três principais problemas associados aos espaços públicos de Caxias são: a falta de manutenção e de limpeza e por fim a falta de

espaço físico e/ou mobiliário (Gráfico 4). Subsistem ainda outros problemas, sendo de realçar a pouca oferta de comércio e a insegurança e/ou vandalismo nestes espaços.

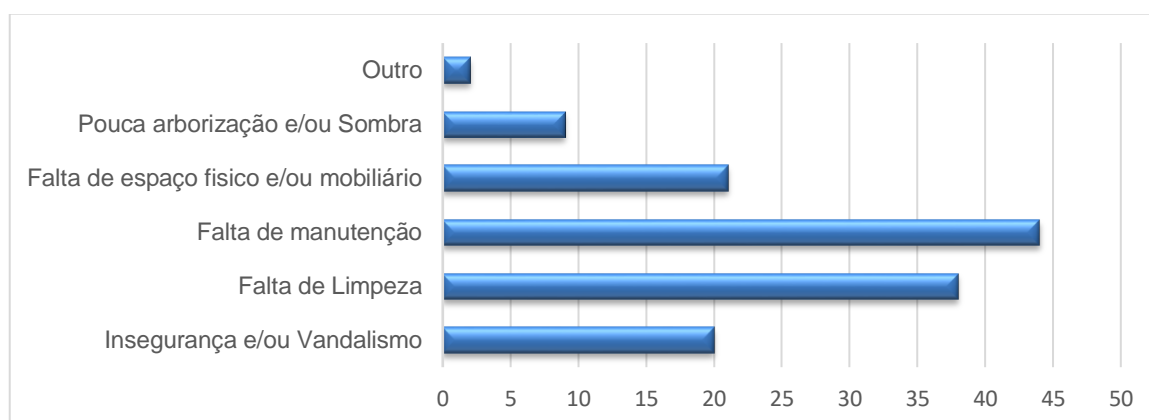


Gráfico 4 – Principais problemas dos espaços públicos de lazer

Fonte: Elaboração própria, 2018

Relativamente à questão sobre as necessidades de equipamentos e serviços em Caxias, a biblioteca surge como uma necessidade prioritária ($n=27$), seguindo-se em segundo lugar, o centro cultural ($n=24$), em terceiro, um auditório ($n=23$) e ainda a necessidade de se dispor de um espaço de restauração associado ao equipamento a implementar (Gráfico 5).

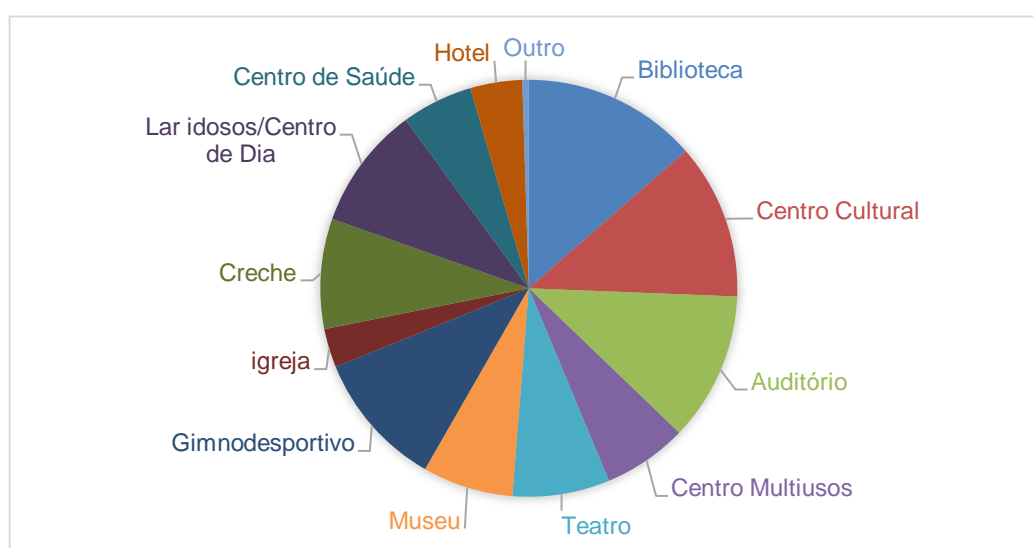


Gráfico 5 – Necessidades e tipos de equipamentos em Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

4.5.1 O imaginário dos residentes em torno do Paço Real de Caxias

Do total dos 52 inquiridos, 35 revelam conhecer a Quinta Real de Caxias e 17 afirmam não a conhecer, embora tivessem a noção sobre a sua localização. Sobre a utilização do espaço público da Quinta, das 35 respostas obtidas, 15 afirmam frequentá-lo semanalmente, 9 mensalmente e 9 raramente. Sobre o estado de conhecimento quanto ao valor patrimonial do Paço Real de Caxias, das 43 respostas registadas, 24 declaram não dispor conhecimentos sobre este assunto e 19 indicam que conhecem, embora não saibam indicar de forma específica as partes do edifício que estão qualificadas (Gráfico 6).



Gráfico 6 – Conhecimento e uso do espaço da Quinta

Fonte: Elaboração própria, 2018

No que se refere ao conhecimento sobre a Quinta quando esta ainda estava em funcionamento, das 47 respostas obtidas, 42 indicam não conhecer e apenas 5 detalham o seu tipo de funcionamento. De entre as atividades indicadas quando a Quinta estava em funcionamento é de destacar a ocupação militar, a escola dos Oficiais do Exército e as atividades da CMO.

No que se refere aos aspetos que os inquiridos mais gostam na Quinta, surge em primeiro lugar, os espaços verdes (n=17), a sua localização (n=6), e a tranquilidade, história e arquitetura (n=2, respetivamente). Os aspetos que os inquiridos menos gostam neste espaço são: a limpeza (n=18), a degradação (n=16) e a insegurança/vandalismo (n=7).

Sobre as memórias e recordações que ainda mantêm vivas sobre o Paço Real de Caxias e o seu Jardim, os respondentes evocam atributos como a natureza, a tranquilidade, a agradabilidade, o património histórico, lugar de lazer e o abandono (Tabela 4).

Tranquilidade, natureza, sorriso
Agradável espaço de passeio
Jardim grande e bonito, lugar de lazer
Riqueza histórica do património que infelizmente se encontra abandonado
Espaço de calma em comunhão com a natureza
Precisa de reabilitação urgente
Vem-me ao pensamento agricultura, pecuária e criação de animais

Tabela 4 – Atributos do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

4.6 Opiniões sobre a eventual reabilitação do Paço Real

Todos os inquiridos indicaram que seria importante reabilitar a Quinta Real de Caxias e que este espaço deveria ser um polo promotor de atividades e de dinâmicas sociais e culturais destinadas à população local e a públicos de fora da freguesia. Perante a questão: caso a Quinta Real de Caxias seja reabilitada, que serviços/equipamentos poderiam integrar? A maioria assinala como primeira opção a disponibilização de uma Biblioteca (n=30), seguindo-se um Centro Cultural (n=29) e como terceira opção, um Museu (27) (Gráfico 7).

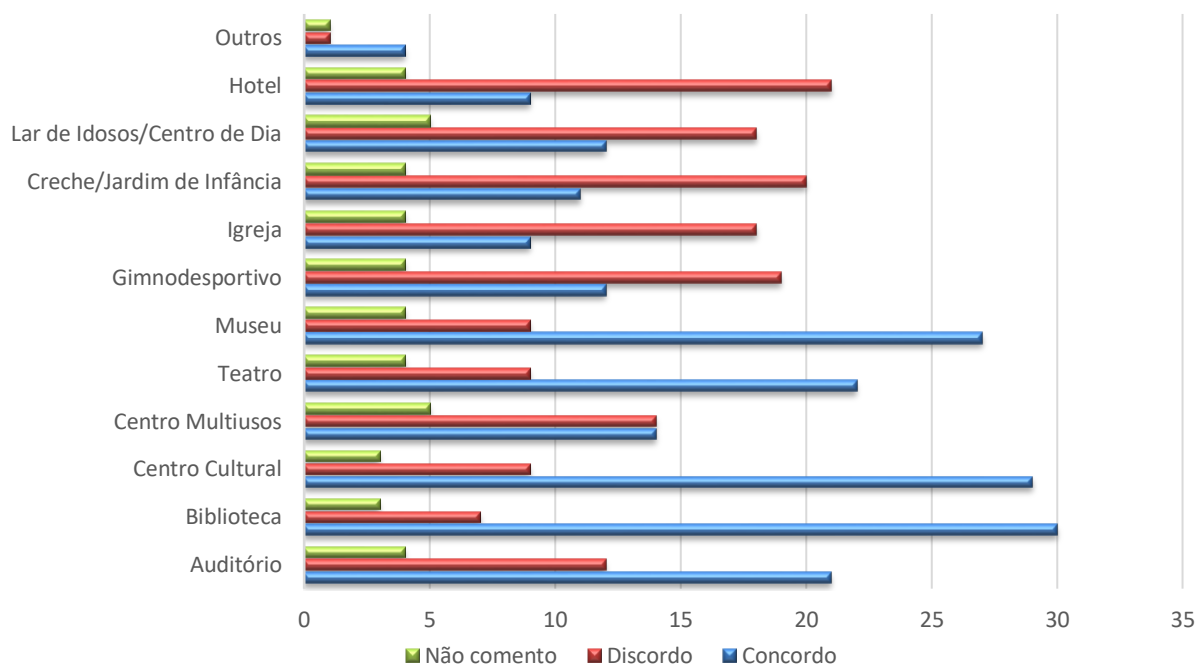


Gráfico 7 – Serviços/equipamentos a integrar no Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Outros usos foram aventados, tais como a integração de uma piscina, de um espaço comercial e de restauração.

Os inquiridos discordam da reabilitação para outros usos, como por exemplo, um Hotel (n=21), Creche/Jardim de Infância (n=20) e Lar de Idosos/Centro de Dia (n=18).

A maioria dos inquiridos não conhece outras Quintas de Recreio (n=30) e apenas um segmento delimitado dos respondentes afirma as conhecer (n=16). As Quintas de Recreio mais conhecidas são: o Palácio do Marquês do Pombal em Oeiras, o Palácio dos Arcos em Paço de Arcos e a Quinta da Regaleira em Sintra.

Sobre o conhecimento relativo às atividades que são geralmente promovidas em outras Quintas de Recreio, as principais respostas indicam: atividades lúdicas, eventos e encenações.

4.6.1. Posicionamento dos entrevistados face à reabilitação

As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados com o apoio de um guião de entrevista (ver anexo B a D), o qual está em consonância com a questão principal de investigação e com as hipóteses formuladas.

Realizaram-se 3 entrevistas exploratórias a técnicos e/ou responsáveis que ocupam posições chave no domínio da reabilitação e/ou que conhecem bem o Paço Real de Caxias: Dra. Maria Alexandra Fernandes, Coordenadora do Núcleo de Património Histórico e Museológico da CMO (Entrevistado 1); Professor e Arqueólogo Carlos Beloto, responsável do projeto de conservação dos conjuntos escultóricos da Quinta Real de Caxias (Entrevistado 2); Primeiro-sargento José Rodrigues da DHCME, responsável pelo levantamento e estudo do património militar afeto ao EME (Entrevistado 3).

Sobre a intervenção nas Quintas de Recreio

Os discursos são unânimes ao considerar o desinvestimento, a falta de intervenção e a escassez de recursos neste domínio.

“Francamente considero que a intervenção ao nível do nosso património, em Oeiras, tem sido pouco mas, começa-se agora a olhar mais para estas questões do património e da sua preservação (...)” (Entrevistado 1, 2017)

“A última intervenção no Paço Real de Caxias que tenho memória foi no início dos anos 80 (..) Seria bom uma reabilitação da Quinta (...) acho que estão a tentar vender ou conceder o espaço para outra atividade (...)” (Entrevistado 2, 2018)

“As obras feitas em Caxias foram sempre com o compromisso de manter a dignidade do Paço Real de Caxias (...) não existe nenhum programa de intervenção, porque não há dinheiro (...) em todo o caso a Quinta Real de Caxias foi inscrita no Projeto REVIVE (...)” (Entrevistado 3, 2018)

Integração de estratégias bioclimáticas na intervenção das Quintas de Recreio

Os três entrevistados revelam a falta de interesse nesta área e o facto de estas estratégias ou não são implementadas ou quando o são, nem sempre são bem-sucedidas, como aconteceu com a reabilitação do Palácio do Marquês do Pombal.

“Posso falar em específico da reabilitação do Palácio do Marquês do Pombal, verificando que estas estratégias bioclimáticas não foram bem conseguidas, (...) tentou-se respeitar a arquitetura do palácio e os seus interiores mas com o sentido apenas de conservar e restaurar, não houve assim uma adaptação para as necessidades atuais (...)” (Entrevistado 1, 2017)

“Esta discussão já vem tarde, pois uma reabilitação com integração destas preocupações bioclimáticas deveria ter ocorrido aquando das intervenções feitas na década de 80 (...)” (Entrevistado 2, 2018)

“O Paço Real de Caxias foi usado como espaço de aulas e gabinetes de apoio à Messe Residencial de Caxias, por isso nunca houve assim uma preocupação com as questões do conforto (...)” (Entrevistado 3, 2018)

Pertinência da criação de um espaço/equipamento que promova a valorização do património arquitetónico

Os entrevistados consideram pertinente a reabilitação da Quinta Real de Caxias para a implementação de um espaço/equipamento público. Consideram adequado criar um espaço que promova o convívio e as sociabilidades e que esteja disponível não só para as pessoas que frequentam o Jardim da Quinta Real de Caxias, mas também para a generalidade dos residentes no concelho.

“(...) acho que poderia ser uma Casa de Chá com espaços para leitura, ou então dar lugar a uma pequena biblioteca com serviço de cafetaria e promoção de eventos culturais (...)” (Entrevistado 1, 2017)

“Acho que a proposta de reabilitação do Paço Real e de toda a parte edificada da Quinta Real de Caxias é bem vinda e se integrar essas estratégias de qualificação do património em termos ambientais, ainda melhor (...)” (Entrevistado 2, 2018)

“Na minha opinião acho que o que querem fazer da Quinta Real de Caxias é um hotel (...) a ideia de reabilitação do espaço é positiva, pois como está não deve continuar (...)” (Entrevistado 3, 2018)

Importa referir ainda que os entrevistados revelaram que nos processos de reabilitação a desencadear, seria importante transpor para o futuro espaço da área edificada da Quinta Real de Caxias, o espírito do lugar, a serenidade e a tranquilidade, enquanto atributos marcantes das memórias que ainda subsistem sobre este espaço.

4.7 Síntese conclusiva

Com o propósito de perceber a pertinência de se propor de forma justificada a reabilitação sustentável do edifício aqui em análise, começamos este capítulo por apresentar a Quinta Real de Caxias, enquanto arquitetura de Quinta de Recreio do concelho de Oeiras, com notório valor patrimonial.

Esta Quinta localiza-se numa freguesia populosa, evidenciando-se perspetivas de crescimento. As respostas sociais ao nível de instituições de infância e de apoio a idosos são escassas, o que se constitui um fator de vulnerabilidade desta freguesia.

Esta Quinta de Recreio desde a sua construção no séc. XVIII até ao início do séc. XX destacou-se como espaço de dinamização cultural para a corte, embora fosse um espaço de ocupação temporária destinado quase exclusivamente ao lazer e à fruição. A presença da água é preponderante na localização desta Quinta, encontrando-se limitada a sul pelo Rio Tejo, a oeste pela ribeira de Barcarena e recebendo de norte o sistema hidráulico de Caxias que alimenta os lagos, fontes, noras e a Cascata. No que toca aos eixos de integração local, para além dos elementos de água já referidos, de salientar o Convento da Cartuxa a norte, e o forte de S. Bruno a sul.

Em termos da morfologia do espaço verificou-se que o lugar serve os propósitos da racionalidade da arquitetura, onde a partição funcional do solo foi efetuada com ponderação em termos de representação estética e dentro de uma certa ordem utilitária. O programa da Quinta, embora contido, obedece aos elementos espaciais principais: Terreiro, Paço, Capela, muro, sala de entrada, corredor, casa de jantar e cozinha.

Através da pesquisa documental efetuada nas instalações da DHCME foi possível traçar uma cronologia de intervenções de que a Quinta foi alvo desde a sua construção. Desta análise foi possível concluir que foram muito poucas as intervenções de reabilitação na Quinta, sendo de salientar que o edifício possui boas fundações e a cobertura e as paredes interiores apresentam infiltrações desde 1927, segundo os documentos consultados. Como marca da última intervenção em 1981/82 realizaram-se obras de conservação e reparação das coberturas.

Após a análise dos inquéritos aplicados à população local e das entrevistas a atores institucionais, constatou-se um interesse generalizado na reabilitação do Paço Real de Caxias enquanto potencial espaço dinamizador da Vila de Caxias. De sublinhar que um número residual de inquiridos presenciou e experienciou a Quinta Real, embora a grande maioria já tenha frequentado o Jardim da Quinta Real de Caxias para caminhar, conversar e fazer exercício físico.

Relativamente aos problemas associados aos espaços públicos em Caxias, identificam-se a falta de limpeza, a falta de manutenção e a falta de espaço físico e/ou mobiliário. Os inquiridos revelaram que sentem falta principalmente de uma biblioteca, de um centro cultural e de um auditório em Caxias, que poderiam por um lado, servir de espaço dinamizador de atividades e por outro, trazer vida à Vila. Na sua maioria consideram que a Quinta Real de Caxias poderia servir para uma biblioteca, um centro cultural ou um museu, embora integrando algum tipo de serviço de restauração para estimular a visita e uso por parte da comunidade local. As memórias em torno deste espaço centram-se em qualidades como a tranquilidade, a comunhão com a natureza, o património; contudo, este espaço sugere atributos como o abandono e o desleixo, sendo urgente a sua reabilitação.

As entrevistas exploratórias complementam esta análise, sobressaindo uma preocupação generalizada em preservar esta tipologia de arquitetura, em harmonia com o seu passado, sendo necessário enaltecer os seus atributos patrimoniais e identitários.

Para além disso, as necessidades de conforto térmico e acústico, assim como, as questões de redução do consumo de energia são, na opinião de todos os interlocutores essenciais, quer para uma utilização atual, quer para a preservação do património. Sobre o possível funcionamento em rede das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras, apenas

um dos entrevistados respondeu, indicando que embora seja uma boa iniciativa, será de difícil execução na medida em que muitas das Quintas de Recreio em proposta, são de propriedade privada. Mas a intenção de gerar uma interação entre este tipo de património arquitetónico com vista à valorização cultural do concelho é perspetivada como uma iniciativa positiva.

Conclui-se que os entrevistados, bem como, os inquiridos consideram pertinente a reabilitação da Quinta Real de Caxias para o desenvolvimento de um espaço/equipamento. Consideram igualmente adequado criar um espaço que promova o convívio e que esteja disponível para os locais e visitantes do Jardim da Quinta Real de Caxias. Existe, no entanto, uma preocupação generalizada em transferir o espírito do lugar, a serenidade e a tranquilidade para o espaço que se venha a desenvolver sob a área edificada do Paço Real de Caxias.

Capítulo 5. Metodologia de reabilitação sustentável – critérios/princípios orientadores

Tendo por base a análise efetuada no capítulo anterior, dando conta da história do Paço Real de Caxias, das suas características arquitetónicas, das intervenções e usos ao longo do tempo e das opiniões e perceções dos residentes sobre o lugar, o presente capítulo pretende definir uma estratégia de intervenção fundamentada em orientações na forma como os materiais, técnicas construtivas e novas soluções tecnológicas podem ser utilizadas na reabilitação do edifício. Para além disso, procura-se definir um programa que permita reavivar a memória do lugar, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Como foi descrito anteriormente, as necessidades prioritárias e os atributos identificados pelos inquiridos e entrevistados, cruzadas com a análise documental, sugerem valências e atividades promotoras de convívio e de sociabilidade. Estes aspetos combinados com a necessidade de salvaguardar o espírito do lugar e a harmonia com a natureza foram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma estratégia e de um programa de reabilitação do Paço Real de Caxias.

5.1 Critérios para uma estratégia de valor na escolha de materiais e técnicas para a reabilitação sustentável

De modo a reconhecer a qualidade do objeto arquitetónico em estudo e todos os fatores que revelem significância para a sua identidade, estabeleceram-se critérios para uma estratégia de valor como ponto de partida para a reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias.

A Lei-quadro 107/2001 de 8 de setembro estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, identificando que o interesse cultural, concretamente, o arquitetónico, deve refletir alguns valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade e reversibilidade. Para além disso, interessa adotar orientações de valor como a autenticidade da obra arquitetónica, o conhecimento do objeto e a manutenção futura, a intervenção mínima e pouco intrusiva, a durabilidade, repetibilidade e replicabilidade (Aguar, 2008, p. 8).

Assim, os princípios orientadores e critérios essenciais para a estratégia de reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias, com vista à sua reabilitação, remetem para escolhas quanto aos materiais e técnicas construtivas a usar e baseiam-se numa

estratégia de valor. Apresentam-se de seguida os princípios orientadores e critérios essenciais a ter em consideração para uma estratégia de valor, tendo em vista a reabilitação do património arquitetónico e que se fundam na conceção elaborada por José Aguiar (Tabela 5).

CrITÉrios de Valor	
Autenticidade	Da conceção, dos materiais, da execução e do ambiente. O problema fundamental da procura e do alcance da verdade (estética e científica) em todo o processo de reabilitação
Conhecimento do objeto	Estudar o contexto físico e cultural do bem patrimonial, aceitando toda a sua história, considerando os edifícios antigos como «documentos» onde se regista a passagem do tempo. Implica também perceber as modificações introduzidas e avaliar a sua importância relativa na afetação do valor do objeto
Intervenção mínima e pouco intrusiva	Desenvolver esforços no sentido de manter o mais possível os materiais originais, evitando a sua substituição. Implica antes manter que reparar; antes reparar que restaurar; antes restaurar que renovar
Reversibilidade	Possibilidade de um dado material ou solução construtiva poderem ser removidos no final da sua vida útil, sem causar danos aos restantes materiais que com eles contactem, sem afetar a autenticidade da obra e sem implicar excessivos custos de remoção
Durabilidade	Não é lógico projetarmos hoje soluções que vão comprometer, já amanhã a durabilidade do objeto sobre o qual pretendemos intervir
Compatibilidade	As tecnologias e os materiais a mobilizar para a reabilitação, devem possuir características químicas, físicas e termomecânicas compatíveis com os materiais utilizados nas partes antigas
Repetibilidade e replicabilidade	A capacidade de repetir a aplicação de um determinado tratamento no tempo, sem que dessa repetição resultem danos, incompatibilidades ou alterações substantivas nas propriedades físicas, químicas e de aspeto dos materiais tratados
Manutenção futura	As exigências e implicações futuras da manutenção têm de ser consideradas com o maior cuidado no projeto das intervenções atuais
Documentação	O ato de intervir sobre a obra passa a fazer parte integrante da história do objeto sobre o qual incide, pelo que deve ser reconhecível e ficar claramente registado

Tabela 5 – Princípios orientadores e critérios essenciais para a reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias

Fonte: Adaptado de Aguiar, 2014, pp. 9-22

Esta primeira estratégia de valor, contribuiu para a estruturação e inventariação do que se deve reabilitar, com implicação nas escolhas quanto aos materiais e técnicas construtivas a utilizar, de modo a reabilitar, restaurar ou substituir de forma definitiva.

Na nossa perspetiva, a reabilitação sustentável do património com valor arquitetónico com intuito da sua salvaguarda deverá partir das orientações acima indicadas e organizados em função de uma definição de valor, definição esta que varia consoante aspetos, como por exemplo, o valor arquitetónico, em virtude da relevância e

reconhecimento que este tipo de arquitetura evidencia; valor histórico, por refletir os tipos de vivências de uma dada classe social (da nobreza), os ambientes e atividades desenvolvidas durante o séc. XVIII; mas também o valor artístico, cultural e de memória, para os residentes na freguesia.

Estes critérios e valores ajudam a reconhecer a qualidade do que é “arte e património”, a sua representatividade e significância como forma de manter e até reavivar a identidade cultural.

5.2 Fases do processo de reabilitação sustentável

Atendendo que a reabilitação se configura como alternativa à construção nova e apresenta uma relação custo benefício superior, na medida em que aproveita a construção já existente e reduz os gastos de obra, consideramos que faz sentido adotar uma política de construção sustentável no processo de reabilitação de edifícios antigos.

Por conseguinte, importa dar relevância à sustentabilidade dos materiais, privilegiar técnicas construtivas antigas na resolução das anomalias dos edifícios antigos, assim como, promover a melhoria das condições de habitabilidade e conforto, o que irá permitir uma intervenção autêntica e de qualidade.

Na determinação de uma estratégia que tem como objetivo a reabilitação de um edifício antigo, tal como o Paço Real de Caxias emerge a necessidade de se fasear as intervenções necessárias. As fases do processo de reabilitação desenvolvem-se essencialmente em cinco, a saber: análise e diagnóstico; estratégia de intervenção; planeamento e execução; utilização/manutenção e desconstrução (Zacarias, 2012, p. 60). Contudo, consideramos que neste processo de reabilitação sustentável do património edificado, em específico para o Paço Real de Caxias, o projeto e a definição da equipa multidisciplinar deverá ser considerado desde o início. Deste modo, foi identificado que logo na primeira fase deverá existir um coordenador de projeto, que deve ser um arquiteto especialista na área da reabilitação, na medida em que estamos a intervir em pré-existências. Identifica-se, de seguida, as várias etapas inerentes ao processo de reabilitação sustentável adotado para o Paço Real de Caxias (Gráfico 8):

Fase 1 – Constituição da equipa de projeto; análise do edifício e elaboração do diagnóstico relativo ao seu estado de conservação;

Fase 2 – Estratégia e prioridade de intervenção, onde são definidas as técnicas e materiais sustentáveis a introduzir na obra de reabilitação, definindo-se a precedência das operações a executar;

Fase 3 – Planeamento e execução, procurou-se definir um programa de atividades e funções para o edifício, indo ao encontro do estudo efetuado no capítulo anterior. Esta fase envolve igualmente a execução da obra, contudo, no âmbito desta investigação, estabelecem-se apenas algumas linhas de orientação para a entrada da equipa de projeto em obra.

Fase 4 – Utilização e Manutenção, na medida em que o nível de eficiência e eficácia da implementação de todo o processo de reabilitação depende do tipo de utilização futura do edifício.

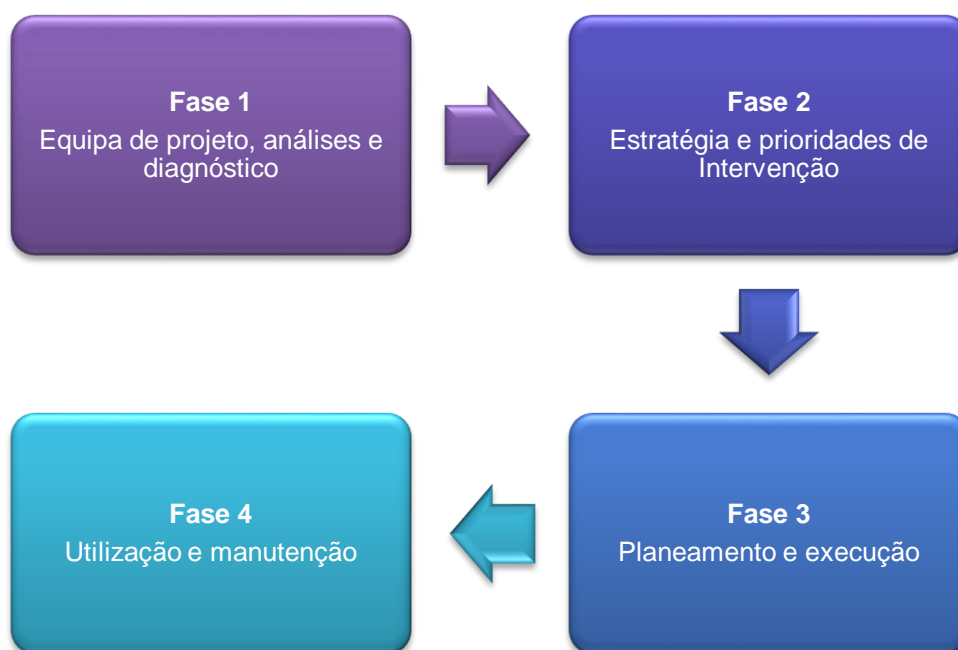


Gráfico 8 – Processo de reabilitação sustentável para o Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Na formulação que esboçamos da estratégia de intervenção do Paço Real de Caxias foram desenvolvidas estas quatro fases do processo de reabilitação de um edifício. Salienta-se, no entanto que, estas fases não são estanques e que estas podem interferir umas nas outras, como por exemplo, na fase três (planeamento e execução) poderá existir a necessidade de se efetuar uma nova análise e diagnóstico.

Apresenta-se de seguida e com mais detalhe o estudo desenvolvido no âmbito das 4 fases do processo de reabilitação sustentável para o Paço Real de Caxias, desde a fase um (equipa de projeto, análises e diagnóstico) até à fase quatro (utilização e manutenção do edifício).

5.2.1 Fase da Equipa de Projeto, Análises e Diagnóstico

A primeira tarefa para o início de um do processo de reabilitação sustentável é a constituição da equipa de projeto, conforme referido no ponto anterior. Consideramos que o elemento-chave para a coordenação do processo é o arquiteto, que deve ser especializado em reabilitação, uma vez que este conhece melhor as metodologias associadas à reabilitação sustentável e tem competências para coordenar as várias especialidades envolvidas. Para uma intervenção no património construído e classificado como IPP, como o caso do Paço Real de Caxias, a equipa a constituir deverá ser de carácter multidisciplinar congregando especialistas de diferentes áreas científicas e técnicas, incluindo para além do arquiteto, arqueólogo, historiador, arquiteto paisagista, sociólogo, engenheiro civil, técnicos de especialidade, designadamente peritos em segurança de edifício (devido ao estado de conservação do Paço Real de Caxias).

O passo seguinte desta fase envolve a realização de análises e do diagnóstico do Paço Real de Caxias. Esta é uma das etapas mais importantes e está associada à metodologia de trabalho, uma vez que desta depende todas as medidas a adotar, bem como, a definição de estratégias e prioridades de intervenção. Foram recolhidos nesta fase todos os dados sobre o tipo de construção do edifício, de modo a proporcionar uma compreensão das alterações a que esteve sujeito, designadamente em termos estruturais e ao nível dos acabamentos, mas também se procedeu à interpretação de valores simbólicos, sem descurar os recursos técnicos constantes no edifício e a sua situação inicial.

A Quinta Real de Caxias integra o período da Arquitetura Barroca (finais do séc. XVII e todo o séc. XVIII), manifestando-se numa construção do tipo regular ao estilo renascentista, correspondente à tipologia de edifícios com estrutura de alvenaria da época pombalina²⁵ e similares (1755 a 1880), por ter sido construído após o sismo de 1755 e por obedecer a um plano de construção reticulado e regular. A definição de edifício antigo remete para o tipo de construção que era usual edificar até ao início do séc. XX, concretamente até aos anos 40, coincidindo com a construção sem betão armado. Por se tratar de um edifício antigo importa lembrar que o Paço Real de Caxias já cumpriu certamente a função para que foi concebido, fazendo parte do património construído.

Para uma análise do estado do edifício qualificado como IIP, procedeu-se ao levantamento do estado de conservação e segurança do Paço Real de Caxias. Através da

²⁵ A época Pombalina surge com o processo de reconstrução da cidade de Lisboa danificada pelo sismo de 1755, aliada à expansão por falta de habitação e à reconversão de setores da cidade, junta-se a necessidade de construir de forma segura para evitar desastres futuros (LNEC - Departamento de Estruturas, 2005).

elaboração de uma Ficha de Avaliação do Estado de Conservação do edifício, realizada durante a recolha de dados no local (ver anexo G). Desta forma, foi possível verificar que o edifício se encontra em mau estado de conservação, está implantado no lote de forma isolada, sendo constituído por dois pisos e um sótão, composto por quatro fachadas e uma cobertura de quatro águas. Foi possível constatar que o tipo de cobertura é em telha lusa, com coroamento em cimalha, beirado simples, suporte de beirado em alvenaria e não apresenta tubo de queda ().



Figura 55 – Cobertura do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

As cores predominantes nas fachadas são areia e o azul-cobalto e em termos de revestimento, verifica-se na fachada principal a utilização de reboco areado fino pintado, reboco de cal, azulejo decorativo em azul-cobalto e o soco em pedra (Figura 56). O principal material dos pavimentos é tijoleira no exterior e madeira no interior. Ao nível dos acessos verticais verifica-se o uso de escadas de pedra pelo exterior e de madeira no interior, para o sótão.



Figura 56 – Fachada sul e poente do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Os vãos apresentam moldura em pedra e as janelas são no geral de sacada, falsas ou em varanda. As portas e as janelas têm caixilho em madeira pintada, o tipo de vidro utilizado é simples e o sistema funcional das janelas varia entre guilhotina e de abrir em duas folhas (Figura 57). Em termos de depósitos de oclusão verificam-se portadas exteriores e interiores. Relativamente às alterações exteriores o edifício é isento, contudo verificam-se elementos dissonantes, como por exemplo a instalação dos cabos elétricos.



Figura 57 – Estado atual do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Como primeira avaliação para diagnóstico das principais anomalias presentes no edifício, foi considerada a capacidade de resistência estrutural e por conseguinte as condições de segurança efetivas. Constatou-se que este edifício apresenta elevado risco no que se refere à segurança estrutural, por apresentar no seu interior as coberturas e os pavimentos no geral em elevado estado de degradação. Ao nível do risco de incêndios o edifício apresenta elevado risco na medida em que é composto maioritariamente por madeira. Outro aspeto importante e que foi aferido em termos de segurança foi a rede de instalação elétrica, que é deficiente, incipiente e perigosa potenciando a ocorrência de curtos-circuitos iniciadores de incêndios (Figura 58).



Figura 58 – Risco associados à instalação elétrica

Fonte: Elaboração própria, 2018

Em termos de patologias dos elementos estruturais verificou-se a presença de fendilhação nas paredes de alvenaria do Paço Real de Caxias, principalmente nas zonas onde se situam as aberturas de vãos e onde existe ligação entre paredes ortogonais (Figura 59).



Figura 59 – Fendilhação

Fonte: Elaboração própria, 2018

Constatou-se igualmente, fendas oblíquas que sugerem assentamentos diferenciais das fundações, uma das principais causas da fendilhação oblíqua. Neste campo, pode-se afirmar que existe ação sísmica sobre as fundações do Paço Real de Caxias porque as fendas observadas apresentam inclinação aproximada de 45° (Figura 60).



Figura 60 – Fendilhação oblíqua

Fonte: Elaboração própria, 2018

Outra patologia identificada foram os esmagamentos por compressão nas paredes de alvenarias, esta situação observada in loco (Figura 61) resultou de um aumento de carga, ou da pouca capacidade resistente dos materiais do Paço Real de Caxias.

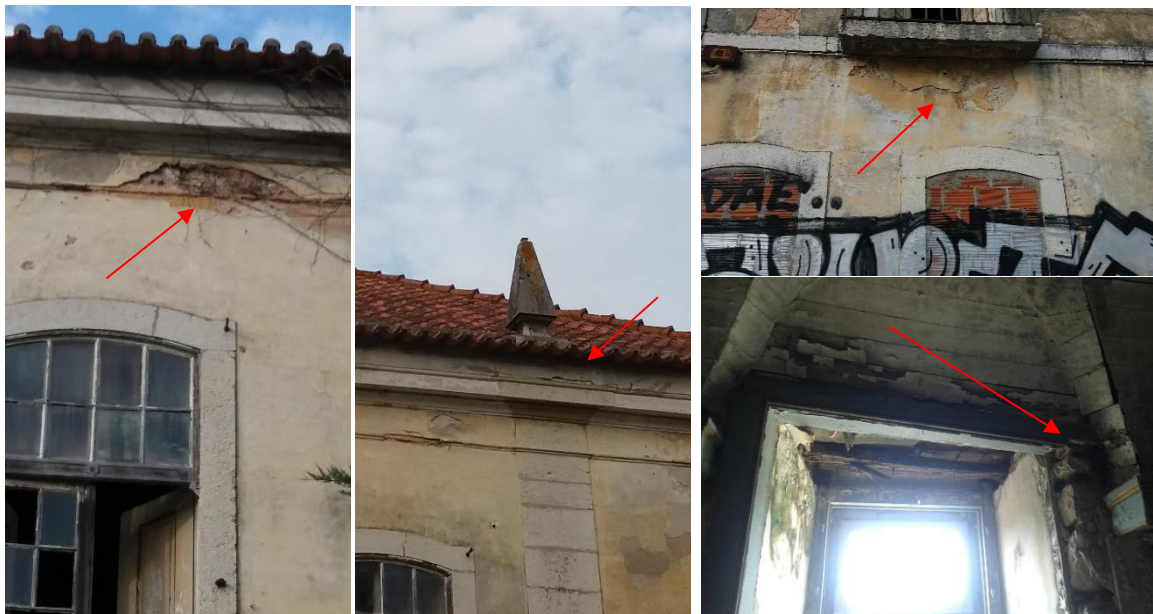


Figura 61 – Esmagamento por compressão

Fonte: Elaboração própria, 2018

Verificou-se também, abaulamentos e desagregações superficiais dos materiais, situação provocada não só pela expansão da parede por ação da humidade, mas também pela movimentação de alguns elementos superficiais (Figura 62).

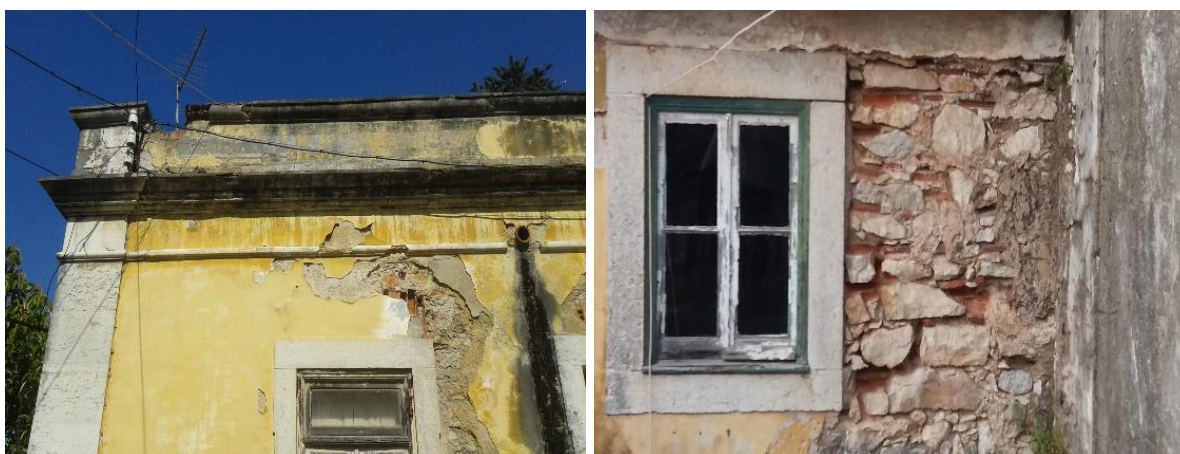


Figura 62 – Desagregações superficiais

Fonte: Elaboração própria, 2018

De referir que no Paço Real de Caxias se registou na década de 80 uma grande intervenção ao nível da cobertura. No entanto, a Capela em abóbada de berço apresenta elevado estado de degradação, causada em grande parte por infiltrações de águas pluviais, observando-se desagregação e fendilhação (Figura 63).



Figura 63 – Descolamento do material de revestimento do teto ou colapso

Fonte: Elaboração própria, 2018

Nas escadas de pedra foi muito evidente o desgaste do material, designadamente fendas e fraturas, especialmente quando se trata de escadas no exterior. Constatou-se também a existência de elementos de ferro nas escadas, que pela ação do tempo, presença de água e falta de manutenção, apresentavam elevada oxidação (Figura 64).



Figura 64 – Escada exterior do Paço Real

Fonte: Elaboração própria, 2018

Como elemento de segunda ordem de anomalias, verificaram-se fissurações nas paredes interiores do Paço Real de Caxias (Figura 65). Estas patologias estão geralmente associadas à ocorrência de patologias estruturais, antevendo-se que ao solucionar a patologia principal resolvem-se duas situações.



Figura 65 – Fissurações nas paredes interiores

Fonte: Elaboração própria, 2018

A presença da água no Paço Real de Caxias provocou a desagregação nos revestimentos das paredes interiores e exteriores, observando-se bolhas, empolamentos e fragmentação (Figura 66). De referir ainda que, a presença de reboco em betão para solucionar este tipo de patologia é altamente inadequada pois as características deste material são pouco permeáveis ao vapor de água e incompatíveis com materiais naturais, aumentando deste modo a extensão da patologia.



Figura 66 – Desagregações pelo efeito da humidade

Fonte: Elaboração própria, 2018

O efeito da humidade no percurso interior da parede provocou ao nível do revestimento da parede desagregações do reboco, situação característica dos rebocos de baixa resistência mecânica, ou seja, rebocos de argamassa de cal ou quando existem acabamentos à base de pinturas pouco permeáveis ao vapor (Figura 67).



Figura 67 – Desagregação de reboco

Fonte: Elaboração própria, 2018

Constatou-se que a alteração do aspeto e da cor do reboco em argamassa de cal e areia presente nas paredes exteriores do Paço Real de Caxias foi originada pela sujidade acumulada e efeito das radiações solares, em particular dos raios ultravioletas (Figura 68). Verificou-se também que a tentativa de corrigir estas anomalias no edifício, designadamente com a aplicação de betão nos rebocos e utilização de tintas pouco permeáveis, teve como consequência o impedimento da transpiração da parede e deste modo a migração de água para o interior.



Figura 68 – Anomalias no revestimento exterior

Fonte: Elaboração própria, 2018

Refira-se ainda a utilização de azulejaria como acabamento do revestimento de paredes no interior e no exterior em elevado estado de degradação e vandalizado. No Paço Real de Caxias a fachada principal, orientada a poente, encontra-se totalmente revestida com um painel de azulejos em azul-cobalto a representar cenas de caçadas ao estilo pombalino e no interior, as paredes do piso nobre apresentam painéis até a uma altura de 0,96m, muitos deles vandalizados (Figura 69).



Figura 69 – Painéis de azulejos da fachada e das paredes interiores

Fonte: Elaboração própria, 2018

Verificou-se também, a presença de fungos de podridão (Figura 70), onde os ataques de insetos xilófagos (térmitas e carunchos), assim como, a presença de humidade, estão na base da deterioração dos elementos de madeira dos vãos e do revestimento interior das paredes. A água ao infiltrar-se nas paredes por ação da chuva ou por capilaridade provocou a degradação destas madeiras, o que originou empolamento dos materiais de revestimento e empenamento das portas dos vãos.



Figura 70 – Fungos de podridão na madeira dos vãos

Fonte: Elaboração própria, 2018

Verifica-se que a caixilharia de madeira do Paço Real de Caxias está num elevado estado de degradação, nomeadamente ao nível da madeira e dos vidros (Figura 71). Esta situação está associada à falta de manutenção periódica ao longo do tempo e à exposição direta ao sol e à chuva por parte dos seus elementos constituintes, a humidade é principal fator de deterioração.



Figura 71 – Caixilharias de madeira em elevado estado de degradação

Fonte: Elaboração própria, 2018

Ao nível dos pavimentos de madeira observou-se anomalias relacionadas com o envelhecimento do material através da presença de água, provocando não só uma deformação excessiva das vigas de pavimentos, assim como, a presença de fissuras e

outras deteriorações. A presença de fungos de podridão e o ambiente húmido favoreceram a deterioração do material levando ao limite da secção útil das peças (Figura 72).



Figura 72 – Pavimento de madeira apodrecido

Fonte: Elaboração própria, 2018

Existem no Paço Real de Caxias pavimentos com estruturas à base de elementos metálicos e vigas de ferro (Figura 73). Assinala-se como anomalias principais, a fissuração e a desagregação de tijolos nas pequenas abóbadas de alvenaria. Contudo, a anomalia que correntemente mais se observa é a corrosão dos elementos de ferro devido à presença de humidade que provocada essencialmente oxidação do ferro ou de outros metais e ligas.



Figura 73 – Pavimento com estruturas de outros materiais

Fonte: Elaboração própria, 2018

Constatou-se que nos locais de ligação entre estes dois elementos, ferro e alvenaria, a corrosão do ferro potenciou a destruição do reboco, levando à fendilhação das alvenarias e á diminuição da resistência mecânica nos elementos de ferro (Figura 74).



Figura 74 – Corrosão nos elementos de ferro e fendilhação

Fonte: Elaboração própria, 2018

Os revestimentos de tetos do Paço Real de Caxias são em madeira, designadamente em caixotão nas salas e abóbada de berço na capela, apresentam um quadro de patologias semelhante aos pavimentos com revestimento de madeira (Figura 75).



Figura 75 – Revestimento dos tetos

Fonte: Elaboração própria, 2018

De ressaltar o tipo de acabamento dos tetos do Paço Real no salão nobre e na sala da Duquesa que são dotados de assinalável valor artístico e cultural, devido às telas pintadas, observando-se entre as anomalias mais frequentes o descolamento da tela, destacamento, mancha, falta de aderência e alteração da cor (Figura 76).



Figura 76 – Acabamento dos tetos em tela pintada

Fonte: Elaboração própria, 2018

As anomalias em revestimentos de coberturas estão associadas a problemas de estanqueidade em relação à água das chuvas. No Paço Real de Caxias nas coberturas inclinadas com revestimentos à base de telha cerâmica verifica-se de forma recorrente a existência de telhas partidas, mal colocadas, inexistência de telhas de ventilação e danificação do sistema de drenagem de águas pluviais.

Nas coberturas em terraço, observou-se uma elevada deterioração da própria cobertura, do sistema de impermeabilização, do sistema de drenagem, captação e evacuação da água, apresentando como patologia a deformação excessiva e a fendilhação dos revestimentos (Figura 77).



Figura 77 – Anomalia na cobertura em terraço por deformação

Fonte: Elaboração própria, 2018

A pedra das cantarias do Paço Real de Caxias apresenta desgaste associado aos comportamentos mecânicos de materiais diferentes, ou seja, na alvenaria aparelhada com

a cantaria, constatou-se a presença de fendilhação, presença de elementos vegetais, eflorescência (no interior) e sujidade. Apesar da observação destas patologias verifica-se que por ser um material nobre apresenta uma grande durabilidade e boa resistência aos agentes externos (Figura 78).



Figura 78 – Anomalias nas cantarias

Fonte: Elaboração própria, 2018

As anomalias nas instalações elétricas, de abastecimentos de águas, esgotos residuais e esgotos de águas pluviais são bastantes intrusivas nas construções de edifícios antigos colocando-os em situação grave de risco de incêndio, risco nocivo para a saúde, risco de fendilhação grave da construção entre outras. No Paço Real de Caxias constatou-se que a rede de instalação elétrica se encontra em elevado risco de degradação e de segurança (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).



Figura 79 – Anomalias associadas aos vários tipos de instalações

Fonte: Elaboração própria, 2018

Através da análise e diagnóstico do estado de conservação efetuada ao Paço Real de Caxias com recurso a uma Ficha de Levantamento do Estado de Conservação do Edifício, foi possível aferir que as principais patologias presentes nos elementos estruturais do edifício são a fendilhação, a desagregação e o esmagamento. Ao nível dos elementos não estruturais e dos revestimentos verificou-se, com frequência, fissurações, desagregação pela presença de água, fungos de podridão nos elementos de madeira, assim como sujidade, corrosão dos elementos em ferro. Na verdade, o edifício apresenta elevado desgaste do material devido à exposição prolongada às intempéries do clima, falta de manutenção e vandalismo.

No âmbito da investigação desenvolvida foi possível constatar que o Paço Real de Caxias encontra-se em mau estado de conservação e os elementos registados permitiram efetuar uma avaliação cabal sobre a viabilidade de se realizar o projeto de reabilitação sustentável, assim como, perceber as condicionantes logo à partida, de forma a ter uma visão global sobre o estado em que se encontra este bem cultural e arquitetónico, de forma a garantir metodologias e níveis adequados de intervenção.

5.2.2 Fase da Estratégia e prioridades de intervenção

Com base no levantamento do estado do edifício foi delineada uma proposta de solução para as patologias identificadas, dando-se início à Estratégia de Intervenção. Nesta fase o papel da reabilitação sustentável é preponderante na medida em que se tende a aproveitar ao máximo os materiais presentes no edifício e procurar materiais que sejam compatíveis com os existentes, de modo a promover a qualidade habitacional, a diminuição de custos e a reduzir impactos no comportamento e características dos materiais existentes.

A título exploratório delineou-se a viabilidade de reabilitação do edifício pelo que se sugere de seguida algumas metodologias e técnicas para uma intervenção corretiva das principais patologias identificadas no Paço Real de Caxias, com recurso às técnicas e a materiais sustentáveis segundo os princípios orientadores e critérios essenciais para a reabilitação sustentável do património

A estratégia de intervenção delineada é baseada em toda a sua extensão nos princípios de autenticidade e documentação, pois a reabilitação deste tipo de edifício obriga a uma investigação detalhada, na medida em que se prende com aspetos complexos relacionados com a constituição dos materiais, conhecimento de técnicas e materiais utilizados e principalmente sobre o ambiente em que se inserem. Qualquer intervenção numa obra arquitetónica faz parte da sua história e como tal deve ser registada em todos os momentos do processo de reabilitação.

Seguidamente apresentam-se alguns indicadores para uma intervenção corretiva das patologias identificadas na fase anterior tendo como base de referência autores que desenvolveram trabalhos e obras no âmbito da reabilitação sustentável, designadamente: Appleton (2003 e 2010), Paulo (2009), Zacarias (2019) e Mascarenhas (2014).

Como medida orientadora para a proteção do edifício contra o risco de incêndios recomenda-se a aplicação do princípio da manutenção futura, o que implica a mobilização de soluções de prevenção e manutenção regulares, como por exemplo a aplicação de uma camada de intumescente²⁶ para proteger as estruturas de madeira, reduzir a inflamabilidade e a propagação das chamas. Poderá ser utilizada também a lã de rocha para envolver condutas de ar quente, o gesso cartonado nos tetos e chapas de aço nas zonas adjacentes às fontes de calor. A segurança estrutural poderá ser solucionada com a minimização dos riscos naturais, pelo que se deve proceder ao reforço dos elementos estruturais do edifício, através do coroamento de paredes, fortalecimento das paredes

²⁶ A aplicação direta de um material intumescente consiste num tratamento para reduzir a combustibilidade da madeira (Autoridade Nacional da Proteção Civil, 2011).

interiores com placas de suporte de cargas (*Oriented Strand Board* (OSB), gesso cartonado, etc) e encamisamento das paredes-mestras com rede em aço galvanizado.

Apresenta-se como solução para as patologias dos elementos estruturais observadas nas paredes de alvenarias, designadamente, fendilhação, esmagamento e desagregação, aplicar-se o princípio da reversibilidade para a consolidação e reforço de fundações. A correção destas patologias poderá ser feita mediante três formas distintas: aumentar a capacidade resistente e de deformação do solo, de modo a melhorar as características da fundação e eliminar as causas dos assentamentos; alargar a superfície de contacto sapata-solo ou procurar camadas mais profundas do terreno de modo a melhorar as características de resistência e diminuir as pressões transmitidas ao solo; atuar diretamente nas cargas ou na estrutura do edifício, de modo a reduzir ou transferir as cargas, por meio de ligações estruturais suplementares, enrijecendo determinadas zonas ou aligeirando elementos de revestimento e compartimentação.

Para as situações observadas ao nível da fendilhação nas paredes resistentes sugere-se aplicar os princípios da intervenção mínima e da compatibilidade, apresentando-se como solução de consolidação e reforço da alvenaria a injeção de ligantes, substituição de materiais degradados, adição de elementos metálicos para cozer as fendas, como por exemplo, o aço galvanizado ou inoxidável. Refira-se que o uso do betão como solução é altamente intrusivo, na medida em os materiais utilizados nas construções antigas reagem negativamente à sua presença.

Nas paredes rebocadas e nas paredes interiores, a resolução das patologias associadas à presença de água, tais como os empolamentos, bolhas, desagregações, fendilhação do reboco ou descolamentos, devem seguir o princípio da durabilidade, ou seja, aplicação de um novo reboco, com características tão semelhantes ao existente, removendo-se o anterior na íntegra de forma a conservar o objeto que se pretende intervir. Em específico, nos rebocos que utilizem argamassa de cal e areia, poderá ser utilizada uma nova argamassa de cal e areia aditivadas com adjuvantes naturais ou artificiais. No caso de se pretender um acabamento em tinta, devem ser usadas tintas à base de cal ou com a presença de silicatos e evitar na máxima extensão possível utilizar tintas plásticas devido ao facto de impedirem a passagem do vapor de água.

Nos casos de fendilhação de arcos e abóbadas como pavimento em estruturas de alvenaria, sugere-se aplicar igualmente o princípio da durabilidade e a solução que se apresenta inclui a utilização de tirantes ou recorrer a soluções tradicionais tão próximas quanto possível das soluções aplicadas na origem.

Ao nível dos pavimentos de madeira propõe-se adotar o princípio da repetibilidade e replicabilidade quer seja nas medidas corretivas para o nivelamento dos elementos de

suporte, através de uma estrutura de apoio dos pavimentos, quer seja, na aplicação de produtos poliméricos para a reabilitação dos elementos de madeira que estão degradados. A título de exemplo recomenda-se a injeção de resina *epóxida* para a reconstituição e reforço das zonas da madeira que estão deteriorados. Refira-se que não é nada sustentável utilizar vernizes na manutenção da madeira, em virtude de não permitirem a passagem de vapor de água e consequentemente não deixarem a madeira respirar. É recomendável a utilização de óleos e ceras como tratamento, permitindo a conservação das suas características principais, como exemplo o isolamento térmico.

Nos pavimentos de alvenaria do Paço Real de Caxias, tendo presente as anomalias associadas recomenda-se aplicar o princípio da compatibilidade. Para tal, é necessário efetuar uma avaliação dos danos das vigas de ferro nas zonas dos apoios, permitindo desta forma identificar o grau de gravidade da deterioração e para os casos de corrosão superficial é necessário verificar a secção do elemento e as condições de segurança do pavimento, sendo esta inspeção indicadora do nível de reforço que é necessário introduzir. A resolução das anomalias indicadas será através do reforço local de uma secção do elemento de ferro ou a substituição de um vigamento, efetuado com chapas ou perfis metálicos em aço, aparafusados ou colados aos perfis de ferro a reforçar, devendo-se utilizar resinas epóxicas como solução compatível.

Ao nível da cobertura do Paço Real de Caxias recomenda-se a aplicação do princípio de intervenção mínima e pouco intrusiva, através da substituição das telhas partidas por outras idênticas e as atuais que se encontrem em boas condições de conservação devem ser limpas e repostas. A estrutura de madeira deve levar um tratamento para madeira, por exemplo com borato de sódio que tem propriedades desinfetantes e antifúngicas, constituindo-se numa substância 100% natural. Devem ser substituídas as peças degradadas, neste caso deve-se aplicar o critério da compatibilidade, existindo a preocupação de utilizar uma madeira compatível com a existente, com cortes e samblagens feitas da mesma forma original. Relativamente ao isolamento térmico, a sua correção deverá utilizar soluções de isolamento sob a estrutura de suporte da cobertura e de uma membrana de impermeabilização.

As cantarias assumem uma função estética e estrutural e os elementos de cantaria correspondem a reforços da estrutura, como por exemplo, embasamentos, cunhais e as aberturas de vãos. Na resolução das patologias nas cantarias, sugere-se aplicar o princípio da compatibilidade, principalmente quando causadas por fendilhação devendo neste caso ser solucionada com a injeção de argamassas em calda de cal aérea ou de resinas epóxicas, acrílicas ou de poliéster, de forma a garantir ao máximo a colagem. Para as patologias por desagregação, recomenda-se uma análise específica das características

físicas, químicas e estéticas dos materiais usados como solução. Na limpeza das cantarias por sujidade do material, o método mais natural e pouco intrusivo será a lavagem com água a baixa pressão.

O mau estado dos vãos de janela ou de porta presentes no Paço Real de Caxias sugerem a aplicação do princípio da reversibilidade, pois, se por um lado os atuais contribuem para o agravamento dos índices de isolamento térmico e acústico, por outro a desintegração dos vãos ou a sua substituição integral podem levar à descaracterização do edifício. O princípio orientador das soluções a aplicar nos vãos deverá respeitar a ventilação natural dos compartimentos, tradicionalmente efetuada através de frinchas e outras imperfeições das caixilharias.

Nos edifícios antigos a construção de instalações sanitárias ocorre após processos de intervenção posterior à construção do edifício. No Paço Real de Caxias, estas instalações localizam-se fora do edifício principal, o que é incompatível com as condições de habitabilidade e conforto atuais. Neste campo, é necessário prever em projeto a construção de novas instalações sanitárias, salientando-se a necessidade de se efetuar primeiro uma análise cuidada da sua localização de forma a garantir uma interferência mínima nas características construtivas do edifício.

A elevada espessura das paredes exteriores deste tipo de construção, conduz a uma grande inércia térmica contribuindo deste modo para o conforto térmico do edifício. O facto da fachada frontal orientar os vãos de janelas e portas a sul, assim como, a utilização de uma cor clara nesta fachada potenciam o aquecimento interior, sendo este considerado um sistema térmico passivo.

Ao nível dos vãos de janela, como medida de conforto térmico e acústico, poderá ser utilizado o vidro duplo reforçado, que reúna propriedades de baixa emissividade, atenuação acústica enquanto garante o controlo solar e reduzindo a entrada de calor quando o sol incidir sobre a sua superfície.

Os elementos que poderão contribuir para o isolamento acústico da construção no processo de reabilitação sustentável podem passar pelo uso de elementos fibrosos ou porosos. Estes elementos, constituídos por um esqueleto sólido coberto por poros que comunicam entre si apresentam excelentes desempenhos como absorventes sonoros.

Em termos de materiais, indicam-se os aglomerados negros de cortiça, os ressoadores de cavidade amortecimento de reverberações e corte de frequências médias. Como solução passiva e pouco intrusiva apresenta-se o uso de alcatifas, lã de vidro e de tecidos que em função da sua espessura, textura e composição, apresentam maior ou menor absorção sonora.

A instalação das redes de reabastecimento de águas, de esgotos residuais pluviais e domésticos, de eletricidade e de gás nos edifícios antigos é bastante precária, vulgarmente instaladas após a construção deste tipo de edifícios. A solução de intervenção neste campo implica uma total renovação das redes. Porém é importante frisar que se tratando de um novo projeto, será importante considerar as características construtivas do edifício e assegurar uma interferência mínima no existente.

Embora os edifícios classificados como IIP estejam isentos das exigências do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), através da reabilitação sustentável poderemos garantir a integração de melhores soluções técnicas, de modo a que um edifício consuma menos energia, proporcionando simultaneamente um maior conforto e tirando partido das energias renováveis.

Sugerem-se deste modo, a aplicação de energias renováveis através da inclusão de sistemas fotovoltaicos estáticos, sistemas elétricos autossuficientes e sistemas de climatização eficientes, exemplo telhas fotovoltaicas. Os sistemas fotovoltaicos apresentam como vantagens a facilidade de manutenção; a possibilidade de armazenar a eletricidade gerada em baterias e ter impacte relativamente reduzidos. Como desvantagens indicam-se: os custos de implementação associados; as condicionantes inerentes à natureza da energia solar; a necessidade de manutenção e substituição de baterias e os impactes negativos durante as fases de produção, construção e desmantelamento.

Ao nível do conforto térmico, existem já no mercado vários sistemas de climatização que utilizam no seu funcionamento fontes de energias renováveis/alternativas, nomeadamente, solar térmico, biomassa, solar térmico + biomassa e bomba de calor geotérmica. Sugere-se como sistema de climatização eficiente, o sistema misto solar térmico + biomassa, na medida em que permite aquecer no Verão águas sanitárias através do painel solar e no inverno, o painel solar contribui para o aquecimento do edifício através do pré-aquecimento da água, que circula no sistema biomassa, por piso radiante.

Entende-se que a estratégia de prioridades de intervenção deve focar-se primeiramente na resolução das patologias dos elementos estruturais, designadamente, fendilhações, desagregações e esmagamentos por compressão; como segunda prioridade intervir nos elementos não estruturais e resolver patologias relativas a fissurações, desagregações derivadas pela presença de águas e recuperação dos elementos de madeira pela presença de fungos de podridão; como terceira prioridade indica-se a intervenção nos elementos de revestimento, desde os tetos até aos painéis de azulejos. A par da estratégia de prioridades de intervenção indicada, considera-se de extrema importância decorrerem os projetos de reabilitação das redes de reabastecimento de

águas, de esgotos residuais pluviais e domésticos, de eletricidade e de gás, assim como a execução do projeto para adequação do edifício termos de conforto térmico e acústico.

As soluções apresentadas devem, no entanto, ser precedidas de um ensaio de compatibilidade de materiais, de modo a reduzir choques de material, eflorescências e outras contaminações.

5.2.3 Fase de Planeamento e Execução

Esta terceira fase do plano de reabilitação sustentável, designada de Planeamento e Execução, compreende a organização das atividades, estratégia de prioridades e execução faseada por zonas críticas. Trata-se basicamente da realização da obra de reabilitação, cuja importância reside essencialmente na correta coordenação dos intervenientes.

Partindo do objetivo inicial deste estudo: definir uma estratégia de reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias, apresenta-se de seguida uma possível abordagem para o desenvolvimento de um programa que concorra para a formulação de uma estratégia de intervenção. Para a definição desta proposta foi essencial o trabalho patenteado no capítulo anterior, designadamente a caracterização do local e enquadramento, o conhecimento sobre a história do edifício e a sua ocupação ao longo do tempo e principalmente os resultados das entrevistas e dos inquéritos.

Desde início foi perceptível que não seria viável aplicar uma estratégia de reabilitação sustentável à totalidade dos edifícios que compõem a Quinta Real de Caxias, na medida em que o mau estado de conservação de todos os edifícios iria exigir um elevado esforço financeiro. Deste modo, o presente trabalho focou-se na aplicação da reabilitação sustentável ao Paço Real de Caxias, pese embora a estratégia e definição do programa de intervenção tenha abrangido as áreas edificadas e espaços exteriores que se encontram devolutos e sem projeto de requalificação ().

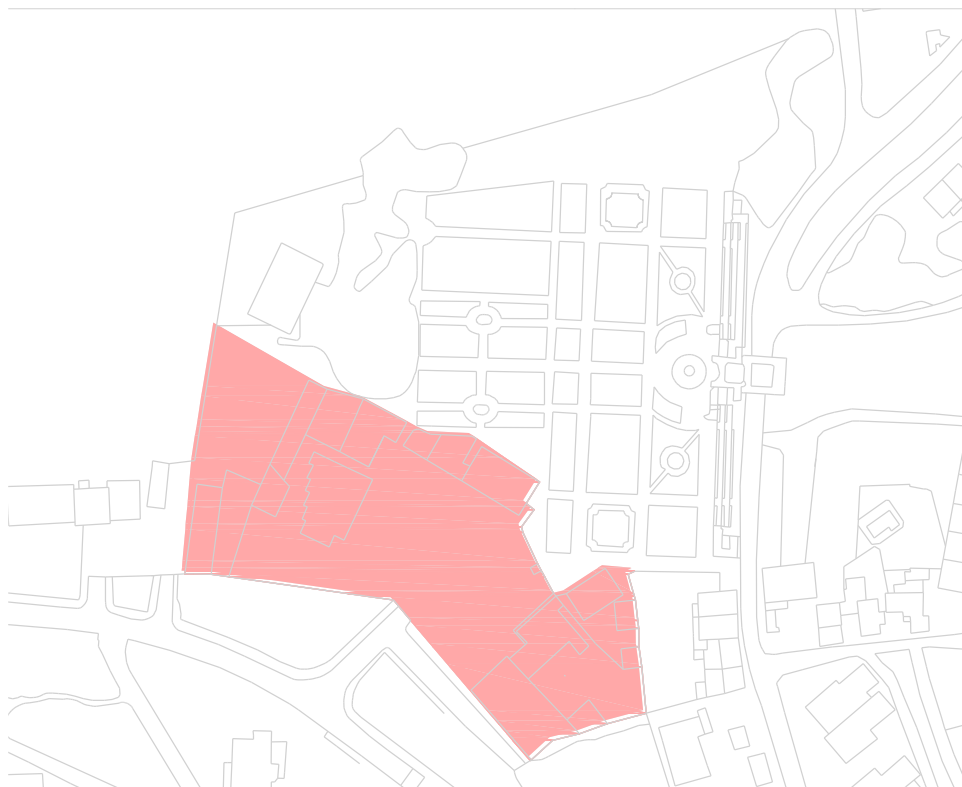


Figura 80 – Proposta de área de intervenção no Paço Real de Caxias a rosa

Fonte: Elaboração própria, 2018

A proposta de programa desenvolvida visa agregar atividades e funções que uma Quinta de Recreio pode proporcionar, ou seja, a relação edifício - natureza. Pretende-se, essencialmente, reavivar as memórias associadas ao lazer e harmonia com a natureza. Deste modo propõe-se a demolição de alguns dos edifícios que funcionavam como elementos de apoio ao Paço Real de Caxias, esta sugestão deve-se ao facto destes elementos não apresentarem características relevantes para a imagem simbólica do lugar e a sua eliminação permitirá incluir mais espaços exteriores e assim integrar o programa do Jardim da Quinta Real de Caxias, nomeadamente com a criação de hortas, pomares e jardins de cheiros (Figura 81).



Figura 81 – Proposta de edifícios a demolir e a integrar o programa

Fonte: Elaboração própria, 2018

Em termos de programa, seguiu-se uma abordagem para eventuais atividades a desenvolver nas áreas edificadas ao nível dos espaços interiores e exteriores com vista à dinamização do lugar e reintegração na vida social dos residentes de Caxias. Ao nível dos edifícios a estratégia pretende criar espaços intergeracionais e espaços de aprendizagem não formal; para os espaços exteriores propõem-se atividades de lazer que integrem o jardim, as hortas e os pomares.

Apresenta-se como programa de atividades para o Paço Real de Caxias a organização do espaço para a reavivar a memória cultural, materializado por uma Casa museu, com uma área afeta para exposição permanente sobre as Quintas de Recreio de Oeiras com valor histórico, arquitetónico e ambiental e outra área de exposição temporária para os artistas residentes ou convidados. Ainda neste espaço considera-se eventualmente pertinente criar um espaço que reatualize a arte nobre de receber, poderá ser por exemplo, um espaço de convívio e degustação, materializado numa Casa de Chá. Em termos de estratégia para a Capela a proposta de atividades visa integrar um espaço

de leitura, ou seja, responder à necessidade social de existir uma biblioteca na freguesia. Propõe-se igualmente que este espaço seja multifuncional, ou seja, que não se cinja apenas à leitura, mas também propicie atividades culturais, como pequenas encenações, concertos, lançamento de livros, sessões de cinema de autor, entre outras (

Figura

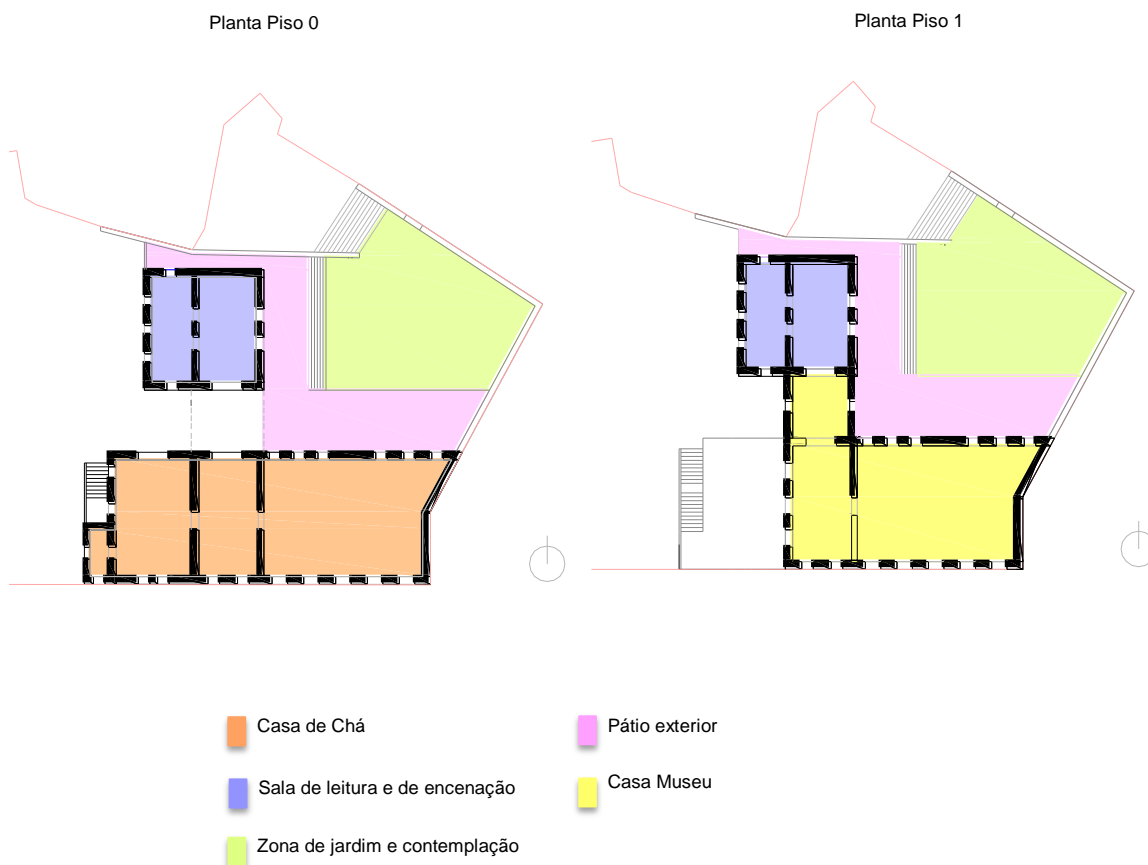


Figura 82 – Proposta de programa para o Paço Real de Caxias e Capela

Fonte: Elaboração própria, 2018

A estratégia proposta para o edifício onde se encontravam as antigas coxeiras visa criar espaços de aprendizagem não formal, ou seja, recuperar o edifício de forma a proporcionar atividades centradas em oficinas que propiciem uma convivência intergeracional, podendo aí ser promovidas atividades ligada à culinária, costura, horticultura, Tecnologias de Informação e Comunicação, atividades físicas, por exemplo ().

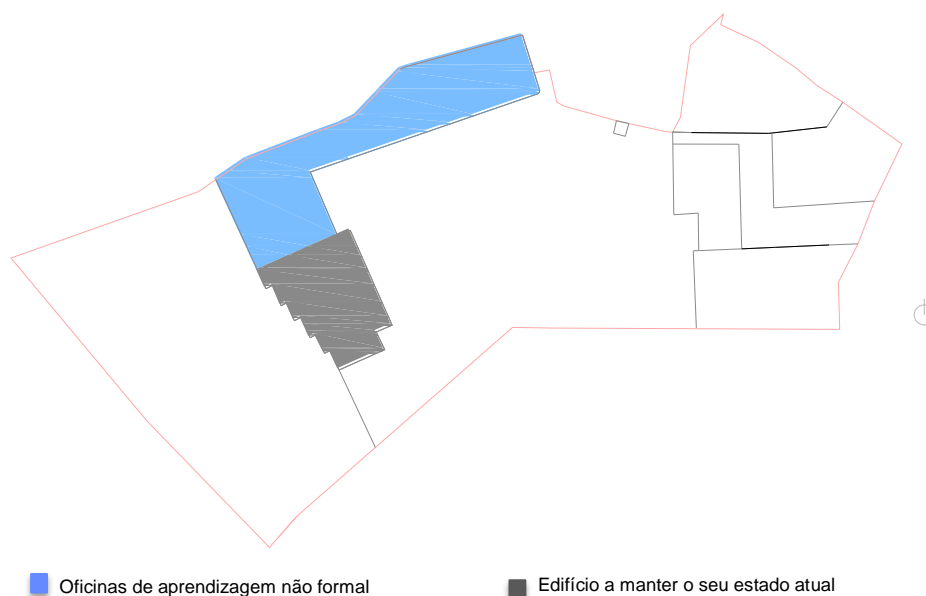


Figura 83 – Espaço afeto ao programa de oficinas

Fonte: Elaboração própria, 2018

Relativamente aos espaços exteriores sugere-se criar um novo espaço ajardinado sobre o edifício a demolir e que está adjacente à Capela, propondo-se este novo espaço para dinamizar atividades no exterior, como seja, atividade física ligeira, meditação, zona de recolhimento e permanência. No espaço adjacente ao edifício das oficinas e com a demolição dos edifícios devolutos, propõe-se criar uma zona de hortas biológicas, jardins dos sentidos com cheiros, um pomar como extensão à oficina de horticultura e orientado para a biodiversidade local. Neste campo de dinâmicas torna-se evidente a necessidade de programar zonas de estacionamento, identificando-se a zona do Terreiro junto ao muro que encerra o espaço da Quinta Real de Caxias, como área a afetar para parqueamento. Ainda nesta área de intervenção, especialmente sobre o espaço exterior que não se encontra sob a responsabilidade da CMO, considera-se pertinente propor a sua requalificação, promovendo a reabilitação do sistema hidráulico, como sejam os tanques de água e levadas, na zona do Terreiro e nas traseiras do Paço Real de Caxias, de forma a criar espaços frescos, contemplativos, e de interação social (Figura 84).



Figura 84 – Proposta de programa para os espaços exteriores

Fonte: Elaboração própria, 2018

Considera-se de extrema importância recuperar a memória do elemento água e dos percursos da água desta Quinta de Recreio, propondo-se espaços contemplativos e de recreio neste sentido, o que permitirá devolver o valor estético, cultural e identitário a este lugar. Deste modo, prevê-se a combinação de uma estratégia com a integração da água e da biodiversidade local, proporcionando cheiros, sons, sensações de tranquilidade, frescura, para que sejam reafirmados os percursos pedonais da quinta, seja a passo lento, moderado ou rápido (

Figura 85). Esta definição de percursos remete na sua essência para a experiência do lugar, traduzindo-se na celeridade com que se efetua determinado percurso com o objetivo de apreender o espírito que cada espaço sugere e não pela sua extensão ou grau de dificuldade.



Figura 85 – Proposta de percursos exteriores do Paço Real de Caxias

Fonte: Elaboração própria, 2018

Observa-se assim que o programa de atividades proposto permite, por um lado organizar a utilização do espaço para atividades diversificadas e por outro, responder às necessidades identificadas como prioritárias. Entende-se que a estratégia de prioridades para a execução desta fase do processo de reabilitação deve atender à seguinte ordem: como primeira prioridade, reabilitar o Paço Real de Caxias e a Capela; segunda prioridade reabilitar os espaços exteriores e terceira prioridade reabilitar o edifício das oficinas. Esta definição de prioridades proposta é concorrente com a execução faseada por zonas críticas do projeto e potencia uma correta coordenação dos intervenientes.

De realçar que o elemento-chave da fase de planeamento e execução da reabilitação sustentável de um edifício de construção antiga, identificado como património classificado, é a sua Carta de Risco. Nela são observadas as principais patologias e introduzidas as medidas de prevenção de modo a auxiliar as ações de reabilitação, utilização e manutenção do edifício. Para o Paço Real de Caxias foi desenvolvido a título exploratório, uma Carta de Risco da fachada sul, conforme se observa no Anexo H.

5.2.4 Fase de Utilização e Manutenção

Tendo em consideração que este trabalho propõe uma estratégia de reabilitação sustentável para o patrimônio arquitetônico, concretamente, o Paço Real de Caxias, o nível de eficiência e eficácia da implementação de todo o processo de reabilitação depende do tipo de utilização futura do edifício.

Tratando-se de uma construção antiga a necessidade de uma utilização correta do edifício em termos de atividades, assim como, a realização de inspeções periódicas ao estado do material e a concretização de pequenas ações de manutenção, são de extrema importância e integram a fase de utilização e manutenção do edifício.

As fases de diagnóstico e da estratégia de intervenção contribuem de forma decisiva para o programa de manutenção do edifício, na medida em que é possível desde a observação inicial da patologia identificar a causa-efeito e determinar com rigor a solução a aplicar no momento da reabilitação e ainda definir o plano para a sua manutenção futura.

Na nossa perspetiva, não pode existir reabilitação sem uma estratégia clara de manutenção. Deste modo apresentam-se de seguida algumas medidas que pretendem orientar para práticas adequadas na utilização e, principalmente, na manutenção do Paço Real de Caxias com o objetivo de manter o edifício no seu estado original. A estratégia proposta integra um plano de manutenção programada que é composto por duas fases essenciais: a primeira fase visa melhorar e atualizar o desempenho do edifício e a segunda fase tratar da manutenção preventiva das patologias mais frequentes.

A primeira fase do plano de manutenção programada passa por melhorar e atualizar o desempenho do Paço Real de Caxias e aqui se incluem as operações ao nível estrutural, térmico, acústico, segurança contra incêndios, que devem ser alvo de inspeção anual. Apresentam-se de seguida alguns elementos e ações preponderantes a efetuar durante a inspeção e que dizem respeito à primeira fase do processo de manutenção programada (Tabela 6).

Elemento	Inspeção a realizar
Fundações	Verificar nas paredes exteriores a presença de fendilhações, desagregações e esmagamentos Nível freático empenos
Paredes interiores e exteriores	Observar fendilhações, desagregações e esmagamentos Empenos globais
Isolamento térmico de paredes	Inspeção pelo interior do estado da camada de isolamento Inspeção pelo exterior do revestimento superficial
Isolamento acústico de paredes	Verificar as características acústicas de paredes de compartimentação (ex. dos painéis de gesso cartonado, perfis de madeira, etc)
Isolamento térmico de coberturas	Verificar o estado das membranas de impermeabilização; Verificar ao nível dos forros o estado das mantas isolantes;
Coberturas	Estado de consolidação das asnas Verificar zonas de selagem Avaliar os percursos de escoamento das águas pluviais Estado de conservação das telhas, elementos de fixação e telas de impermeabilização
Pavimentos	De alvenarias: Verificar estado do reforço ao pavimento; De madeira: estado de conservação das vigas e madeira
Vãos de porta	Estado do revestimento intumescente, dos forros e do acabamento
Resistência ao fogo de pavimento nos pavimentos de madeira	Verificar a espessura das tábuas de solho e dos vigamentos de madeira; Verificar a espessura das placas de gesso, contraplacados e acabamento
Resistência ao fogo de elementos metálicos	Verificar o estado dos forros, das tintas e vernizes intumescentes

Tabela 6 – Fase 1 do Plano de Manutenção Programada

Fonte: Elaboração própria, 2018

A segunda fase do plano de manutenção programada - a manutenção preventiva -, visa acompanhar e corrigir as patologias que ocorrem com mais frequência e constituem-se como elementos de segunda ordem na afetação do comportamento do edifício. Trata-se de patologias que são alvo de observação direta e nesse sentido procura-se reforçar a durabilidade dos materiais e acabamentos, através de processos de beneficiação. Seguidamente, observam-se os elementos e as ações de inspeção a executar durante esta fase do plano de manutenção programada (Tabela 7).

Elemento	Inspeção a realizar
Vãos	Folgas, empolamentos, estanqueidade Estado dos elementos de fixação Nível de degradação Humidades
Paredes interiores e exteriores	Empolamentos Manchas, humidade, sujidade vandalismo
Revestimentos	Verificar a regularidade e homogeneidade do revestimento Manchas de humidade Descolamentos e empolamentos Estado das juntas Sujidade, fungos e presença de vegetação
Redes (elétricas, esgotos, águas)	Verificar caudais Observação de odores Temperatura de funcionamento redes elétricas

Tabela 7 – Fase 2 do Plano de Manutenção Programada

Fonte: Elaboração própria, 2018

Entende-se que a atuação no processo de manutenção programada deve ser efetuada através de um documento que procure servir de guia, com o objetivo de orientar a escolha do tipo de correção a efetuar. Considera-se também importante salientar que devem ser efetuadas inspeções aleatórias de forma a monitorizar o comportamento e estado de conservação do Paço Real de Caxias, enquanto meio auxiliar e de apoio às duas fases do plano de manutenção programada.

5.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo procedeu-se ao desenvolvimento da aplicabilidade do processo de reabilitação sustentável ao Paço Real de Caxias, definindo-se uma estratégia segundo princípios orientadores e critérios que valorizam a aplicação de técnicas e materiais sustentáveis e que devem estar presentes no tratamento de um edifício identificado como património arquitetónico, de modo a preservar a sua identidade cultural e simbólica.

A abordagem faseada que se adotou iniciou-se com a identificação básica da equipa de projeto, onde a figura central é o arquiteto especialista em reabilitação, procedeu-se ao levantamento do estado de conservação atual do edifício através da análise, o que

conduziu ao diagnóstico das principais patologias presentes nos elementos estruturais e não estruturais do edifício. Nesta fase, observou-se de imediato que o Paço Real de Caxias apresentava elevado risco em termos de segurança estrutural e de segurança contra incêndios.

Na fase seguinte do processo de reabilitação sustentável aplicado ao Paço Real de Caxias, procedeu-se à definição da estratégia de intervenção onde foram apresentadas possíveis soluções para resolução das patologias identificadas na fase anterior, soluções estas que concorrem para o princípio da sustentabilidade. Procurou-se estabelecer um equilíbrio entre a reabilitação deste tipo de edifício e a sua valorização. A proposta apresentada baseou-se na observação direta ao edifício e o tratamento de dados, tendo-se para esse efeito realizado visitas ao local para reconhecimento e levantamento do estado de conservação do edifício. Desta análise, verificou-se que o desgaste do material é evidente em todos os elementos de construção do edifício, devido à exposição prolongada às mudanças climáticas, falta de manutenção e vandalismo. Concretamente, chegou-se à conclusão que nos elementos estruturais as patologias mais frequentes são a presença de fendilhação e desagregação das alvenarias e materiais constituintes; nos elementos não estruturais apresentam-se igualmente as fendilhações associadas aos elementos estruturais, as desagregações/descolamentos pela presença de água, assim como, a presença de fungos de podridão; por sua vez, nos revestimentos e acabamentos verificou-se a sujidade, os grafitis e a corrosão nos elementos de ferro.

Baseada numa eventual resposta às necessidades prioritárias em termos de resposta a necessidades e expectativas identificadas pelos residentes na freguesia de Caxias, desenvolveu-se a fase de planeamento e execução. Definiu-se um programa de funções e atividades para as zonas edificadas e para os espaços exteriores com o propósito de criar ambientes, potenciadores de relações intergeracionais, suscitadores de partilha de memórias e que contribuam para o bem-estar geral. No fundo, procurou-se delinear uma orientação para o espaço interior do Paço Real de Caxias e espaços exteriores que não têm estratégias definidas para reavivar memórias, dinamizar o território e no fundo acrescentar valor. Em suma, pretende-se devolver o edifício e as suas áreas adjacentes ao lugar, reclamando o seu espírito através da reintegração dos elementos água e biodiversidade.

Por último, delinearam-se algumas linhas de orientação para a fase da utilização e manutenção do edifício. Nesta proposta, apresentou-se um plano de manutenção programada em duas fases, onde a primeira procura responder aos principais problemas do edifício e relacionados com o seu desempenho, estrutural, eficiência energética, conforto, entre outros aspetos; a segunda fase: pretende tratar da manutenção preventiva

das patologias mais frequentes. Apesar desta fase, dentro do processo de reabilitação, surgir como a penúltima, verificou-se que desde o momento que se inicia a análise e diagnóstico do edifício, ou seja, logo na primeira fase se deve iniciar o registo de elementos e inspeções a realizar durante o plano de manutenção programada.

Este capítulo encerra o estudo e a estratégia a implementar no Paço Real de Caxias segundo os princípios da reabilitação sustentável, consonantes com as necessidades identificadas pelos residentes e informantes contatados na fase de trabalho de campo. A resposta que pode ser pública, traduz-se na oferta de equipamentos e serviços que procuram mitigar e atenuar carências e problemas da freguesia, ao mesmo tempo que promove a qualidade de vida, acrescenta valor ao território e recupera o espírito do lugar.

Capítulo 6. Conclusões e recomendações em termos de investigação e intervenção

Tendo-se chegado ao fim desta pesquisa torna-se possível expor de forma sucinta algumas notas conclusivas organizadas em torno dos capítulos desenvolvidos. Concomitantemente, procura-se ainda aqui apresentar algumas recomendações e refletir sobre os contributos deste estudo para outras e futuras investigações.

Fazendo o percurso deste estudo, relembre-se que no primeiro capítulo se deu a conhecer alguns dos conceitos que estruturam esta investigação, designadamente, os de património, identidade e memória cultural. O conceito de património versa sobre herança cultural, tradição e valores de interação entre o Homem e o Lugar, dimensões de análise que estão manifestas na tipologia arquitetónica das Quintas de Recreio. Tornou-se, assim, claro que para intervir no Paço Real de Caxias foi necessário perceber os seus valores culturais, de modo a preservar a autenticidade do seu carácter e as características que são mais marcantes e distintivas.

O conceito de identidade surge na arquitetura associado ao conceito de lugar e como algo inerente à ação do Homem. É com base neste tipo de relações e interações que se originam as referências identitárias, seja por via da apropriação do espaço, seja pelo próprio habitar do lugar. As Quintas de Recreio são lugares que apresentam uma realidade e sensibilidade próprias, configurando um modo de habitar singular. A memória como definição indica que é constituída por heranças simbólicas e que podem ser materializadas, funcionando como cristalizadores de experiências individuais e coletivas do passado, constituindo desta forma, também uma referência identitária. É a memória cultural que permite conectar três dimensões temporais que estão articuladas entre si, ao remeter para o passado, mas evocando o presente e permitindo perspetivar o futuro. No processo de reabilitação da Quinta Real de Caxias tornou-se fundamental equacionar as memórias e evocações deste lugar, o que permitiu desenhar uma estratégia assente na premissa de se recuperar e reabilitar referências identitárias marcantes e positivas.

O capítulo dois versou sobre a prática da sustentabilidade na construção e sobre as várias dimensões de análise que envolvem a arquitetura e a reabilitação sustentável. Mostrou-se como já é relevante a existência de uma preocupação em prolongar o ciclo de vida dos edifícios, de forma a reduzir o consumo, produção e transporte de matérias-primas. A Nova Carta de Atenas de 2003 destaca a sustentabilidade no seio das políticas europeias com vista à promoção de medidas que reforcem o desenvolvimento sustentável da sociedade, respeitando o passado, protegendo os lugares e valorizando as culturas. Ao nível da arquitetura sustentável apurou-se que desde sempre existiu uma preocupação em

integrar nas construções dos edifícios a componente ambiental, tirando partido do terreno, do clima e dos recursos naturais existentes. Esta harmonia entre ambiente e construções revela-se de extrema importância para enquadrar o modelo de arquitetura das Quintas de Recreio, como é o caso do Paço Real de Caxias. O conceito de reabilitação foi entendido como o conjunto de operações com vista à recuperação e beneficiação do edifício, de modo a recuperar a sua identidade e adicionar qualidade. De facto, os processos de reabilitação sustentável utilizam técnicas pouco intrusivas, respeitadoras da pré-existência dos materiais, procurando melhorar o desempenho energético dos edifícios de modo a adequá-los ao mesmo uso ou a novos usos. Neste campo, foram analisados alguns casos de referência que permitiram entender e clarificar a utilização de estratégias sustentáveis na reabilitação de edifícios antigos e qualificados como património arquitetónico. As soluções construtivas apresentadas permitiram recobrir intervenções desde o invólucro exterior do edifício até ao seu comportamento estrutural, passando pelas técnicas de melhoria das condições de habitabilidade. Estes casos foram cruciais para o desenvolvimento da estratégia de reabilitação sustentável que propomos implementar na Quinta Real de Caxias.

De referir ainda que os conceitos de património arquitetónico, identidade, memória, sustentabilidade, arquitetura sustentável e reabilitação sustentável, para além de terem estruturado o enquadramento teórico deste trabalho, foram utilizados durante a fase de recolha de dados como guia-orientador na delimitação dos aspetos e indicadores de carácter mais específico e empírico.

O capítulo três focalizou-se sobre o enquadramento e implantação das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras classificadas com valor arquitetónico e ambiental. Identificou-se que o potencial deste território está intimamente ligado à sua localização geográfica, o que favoreceu o desenvolvimento social e económico deste lugar, na medida em que, o clima, a presença da água, os solos férteis e a proximidade ao rio Tejo promoveu a fixação da população. A análise SWOT do PDM de Oeiras de 2013 evidencia a existência na atualidade de boas perspetivas de crescimento socioeconómico do concelho; para além da existência de incentivos em termos de salvaguarda do património, reconhecendo-se até que já foram implementadas algumas respostas ao nível da reabilitação, renovação e regeneração urbana como elementos de promoção da identidade local. Contudo, subsistem fatores de vulnerabilidade que afetam este território: o envelhecimento da população e as carências em termos de apoios destinados aos idosos e às crianças. Neste capítulo, foram ainda caracterizadas em termos gerais as Quintas de Recreio de Oeiras com valor arquitetónico, histórico e ambiental, verificando-se como aspetos semelhantes a configuração formal casa-jardim-capela com localização distinta dentro da propriedade, a

implantação perto de ribeiras ou de cursos de água, as áreas privilegiadas para a produção agrícola e áreas bastante expressivas destinadas a jardins de buxo. Como aspetos dissemelhantes registaram-se os acabamentos, a área edificada, a própria entrada na propriedade e aspetos relacionados com o estatuto do seu senhorio.

O capítulo quatro centra-se de forma mais pormenorizada no caso de estudo – o Paço Real de Caxias – tendo como enfoque o edifício com o propósito de perceber a sua história, tipo de construção, ocupações ao longo dos tempo; de forma complementar, afigurou-se como pertinente compreender as aspirações dos residentes e entrevistados em torno deste edifício. De facto, as Quintas de Recreio representam um tipo de arquitetura que proporciona uma dupla função: a produção agrícola e um lugar de lazer, sendo importante referirmos que este conceito arquitetónico se evidenciou em Portugal a partir do séc. XVI, mas foi apenas em 1785 que a Quinta Real de Caxias teve o seu projeto final terminado. Enquanto, extensão do Palácio de Queluz, esta Quinta foi utilizada para ocupação temporária da família real, exclusivamente como lugar de lazer e fruição. Em termos de elementos estruturantes que se encontram no seu entorno, de salientar o Convento da Cartuxa a norte, a ribeira de Barcarena a oeste, o rio Tejo e o Forte de S. Bruno a sul. O programa da Quinta Real de Caxias embora contido obedece aos elementos espaciais principais de uma Quinta de Recreio, designadamente: Terreiro, Paço (sala de entrada, corredor, casa de jantar e cozinha), Capela, muro, jardins de buxo, fontes, lagos, cascata, pomares e hortas. Uma das grandes mais-valias desta Quinta de Recreio é a qualificação como IPP, designadamente o complexo formado pelo jardim e a cascata, o salão nobre e o quarto da Duquesa do Paço Real, pelo valor cultural, histórico e artístico, princípio que desencadeou o desenvolvimento do presente trabalho. Efetuou-se de seguida um levantamento acerca das obras aí realizadas e sobre o tipo de utilização de que foi alvo o Paço Real de Caxias, tendo-se concluído que a ocupação do lugar foi sempre de cariz temporário e por esse motivo, as obras realizadas nunca foram integrais.

Tendo-se constatado que o edifício se encontra devoluto e sem estratégia de intervenção futura, procedeu-se à recolha e análise das opiniões e perceções da população local, tendo-se apurado um forte consenso em torno do interesse em reabilitar o Paço Real de Caxias como espaço promotor de atividades socioculturais, sendo um polo de atratividade para residentes e visitantes. Entre as carências e necessidades manifestadas, emergiu a necessidade de equipamentos como por exemplo, uma biblioteca, um centro cultural ou um auditório, sobressaindo a indicação da falta de um serviço de restauração integrado no equipamento, o que poderia estimular o interesse e uma maior presença/ocupação deste local por parte da população residente e visitante. Das entrevistas conduzidas a entidades com responsabilidades sobre o património da Quinta

Real de Caxias, foi evidenciada uma preocupação generalizada em preservar este tipo de arquitetura em harmonia com a imagem visual que marcou o seu passado, sendo assim viável a sua valorização em termos de património e recuperação da sua identidade.

Por fim, no capítulo cinco foi possível refletir sobre a forma como os materiais, as técnicas e as novas tecnologias podem promover a reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias. Tendo como princípio a preservação da autenticidade da obra, da sua identidade cultural e significância, identificaram-se nove princípios orientadores e critérios essenciais para uma estratégia de valor e que trespasam todo o processo de reabilitação, contribuindo assim para o desenho de uma estratégia que concorre para a preservação da identidade do património. Este processo de reabilitação é composto por várias fases, tendo iniciado com a fase um onde se refletiu sobre a equipa de projeto, efetuou-se uma análise e diagnóstico para se perceber a viabilidade da intervenção. Verificou-se que, no geral o estado de conservação do edifício é mau, pois é evidente o desgaste do material, os elementos estruturais apresentam patologias graves (fendilhação e desagregação) e os elementos não estruturais encontram-se igualmente com patologias que vão desde as desagregações/descolamentos, assim como, a presença de fungos de podridão, ações de vandalismo, corrosão, entre outros. Na segunda fase do processo de reabilitação sustentável delinearam-se as estratégias para a correção das patologias e anomalias identificadas na fase anterior. Este processo foi conduzido com recurso a técnicas e materiais sustentáveis, princípio orientador da reabilitação, ressaltando-se como essencial a aplicação dos princípios e critérios para a estratégia de valor na escolha da metodologia. Desenvolveu-se na terceira fase do processo de reabilitação sustentável, a fase do planeamento e execução, tendo-se procurado responder às necessidades identificadas pela população residente e entrevistados, tendo-se ainda em consideração a análise documental que revelou carências em termos de equipamentos e serviços sociais neste território. Daqui emergiu um programa composto por várias valências e atividades, que interrelaciona as atividades com o tipo de espaços, sejam exteriores ou interiores e que procura promover relações intergeracionais, propiciadoras de partilha em termos de memórias e referências simbólicas e culturais. No fundo, procurou-se imprimir uma orientação para o espaço interior do Paço Real de Caxias e espaços exteriores com o intuito de reavivar memórias, dinamizar o território e acrescentar valor. De modo a finalizar o processo de reabilitação sustentável foram identificadas medidas no sentido de se integrar a fase da utilização e manutenção do edifício, ou seja a fase quatro do processo de reabilitação sustentável delineado para o Paço Real de Caxias. Foi apresentado um plano de manutenção programada, para responder aos problemas do edifício relacionados com o seu desempenho e responder cabalmente às ações patológicas mais frequentes.

No culminar desta investigação e como resposta à questão de partida é possível afirmar que a memória e a identidade do Paço Real de Caxias poderão ser recuperadas através de um processo de reabilitação sustentável que devolva algum do valor e autenticidade ao edifício, nomeadamente em termos materiais e estéticos, através do uso de técnicas pouco intrusivas e principalmente que procurem uma intervenção mínima e eficiente no edifício.

Neste estudo foi claramente evidente que o espírito do lugar do Paço Real de Caxias se manifesta em atributos ligados à natureza, tranquilidade, ao recreio e ao lazer; deste modo, a estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico e os seus princípios orientadores assentam na utilização dos materiais existentes; na utilização dos conceitos de eficácia e eficiência em todas as fases da intervenção e na mobilização de poucos recursos para se atingir este objetivo. Teve-se ainda em linha de conta, a reversibilidade dos materiais sob pena de provocar danos à construção original e a necessidade de preservar a durabilidade dos materiais, reutilizando na totalidade ou parcialmente alguns dos seus componentes. No fundo, estas são algumas das estratégias que concorrem para a significação do objeto arquitetónico e para a sua permanência ao longo do tempo. Esta estratégia de intervenção apresenta procedimentos que possibilitam o processo de (re)construção do edifício, privilegiando estratégias que valorizem a autenticidade da obra e que recorram a elementos sustentáveis.

Em termos das hipóteses formuladas, as mesmas foram corroboradas. Com efeito na hipótese um confirma-se que a reabilitação sustentável do património potencia a preservação da identidade do edifício, na medida em que neste processo é promovida uma intervenção mínima na construção, procurando-se beneficiar o edifício de modo a adicionar qualidade e recuperar a sua identidade, em suma, trata-se de o tornar habitável sem o descaracterizar. Na hipótese dois sugere-se que melhorar o desempenho energético e o nível do conforto do edifício, permite devolvê-lo a usos e funções atuais, na medida em que os materiais e técnicas de reabilitação sustentável concorrem para este propósito e contribuem para a conservação dos materiais existentes. Por último, na hipótese 3, constatou-se que persistem entre os residentes algumas reminiscências sobre o Paço Real de Caxias, contudo e caso nada seja feito, estas lembranças acabarão por se desvanecer. A redinamização deste lugar e a integração de um espaço expositivo que remeta para as Quintas de Recreio de Oeiras com valor histórico, arquitetónico e ambiental constituirá um contributo importante para o reavivar percursos e memórias identitárias.

Nos dias de hoje a reabilitação dos edifícios pressupõe que para além da resolução das anomalias construtivas, exista ainda a intenção de melhorar o desempenho local ou geral do edifício, sendo necessário mobilizar um conjunto de operações destinadas a aumentar os níveis de qualidade, por forma a atingir a conformidade com níveis de exigência funcionais mais severos do que aqueles para os quais o edifício foi concebido. Já a reabilitação sustentável do património e a implementação de valências e atividades associadas à cultura, recreio e lazer poderão potenciar e sustentar um processo de desenvolvimento e de gestão sustentável, criando condições para a atração das gerações vindouras e de promotores e públicos não residentes no local. No desenvolvimento de uma intervenção segundo os princípios atrás descritos, deve-se evitar a todo o custo soluções que resultem em transformações irreversíveis, que impossibilitem ou dificultem operações futuras de beneficiação e/ou adaptação que podem comprometer futuras intervenções.

Na verdade, o abandono e/ou utilização inadequada de um edifício com valor arquitetónico é um dos usos mais danosos que este pode ter. O Paço Real de Caxias como exemplo do património construído merece uma análise individualizada, consciente e reflexiva, como a que aqui se pretendeu apresentar. Uma das principais finalidades desta dissertação passou por chamar a atenção dos interventores e decisores neste domínio, para o estado de degradação e abandono dos edifícios identificados como Imóveis de Interesse Público como é o caso por exemplo do aqui analisado, sendo notória a emergência e a viabilidade da sua reabilitação segundo princípios sustentáveis.

Um dos motivos principais para a realização desta dissertação prendeu-se com a nossa forte ligação ao local em estudo. De facto, Oeiras detém um rico e singular espólio arquitetónico, nomeadamente, palácios, palacetes e quintas, lugares de elevado interesse histórico e cultural. Das Quintas de Recreio existentes no concelho de Oeiras, encontram-se identificadas no Edital 679/2003 da CMO um total de seis quintas com valor histórico, arquitetónico e ambiental a preservar, nomeadamente: o Palácio do Marquês do Pombal, a Quinta da Nossa Senhora da Conceição, a Quinta Real de Caxias, a Quinta do Torneiro, a Quinta do Morval e a Quinta dos Grilos. Estes conjuntos arquitetónicos são referências da arquitetura erudita do séc. XVI a XVIII e refletem o tempo, lugares, memórias, vivências com uma singularidade ímpar. Neste contexto, este trabalho tentou apresentar uma estratégia possível para lidar e mitigar com a desvalorização e incerteza futura que marca o presente de muitas destas obras arquitetónicas.

Neste trabalho efetuou-se um estudo pormenorizado sobre o Paço Real de Caxias, mais concretamente da parte do edifício classificado como IIP, de forma a servir de referência para propostas de reabilitação sustentável de outras Quintas de Recreio com as mesmas características arquitetónicas. Apresentam-se indicadores concretos, para que

este lugar seja reabilitado segundo os princípios de uma reabilitação sustentável, a qual poderá ser replicada em edifícios com características e patologias similares.

A mais-valia desta dissertação centra-se no processo de investigação desenvolvido e que se pautou sempre pela procura de soluções ao nível das intervenções, respeitando as características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitetura das Quintas de Recreio, apresentando também recomendações que visam adequar o edificado com condições de higiene, conforto, bem como de segurança contra incêndios e outros riscos associados a causas naturais. O nosso contributo termina aqui e tratando-se de uma dissertação de natureza científica, pensamos que esta vai além do que habitualmente comporta este tipo de trabalho, uma vez que apresentamos aqui uma estratégia de intervenção sustentável para o edificado do Paço Real da Quinta de Caxias.

Identifica-se como aspeto menos bem conseguido o facto de não ter sido possível aceder de forma regular ao interior do edifício, em virtude de este se encontrar em elevado risco estrutural e o seu acesso estar encerrado ao público. Efetuaram-se três visitas ao interior do Paço Real de Caxias, mas apenas ao nível do primeiro andar, o sótão e o piso térreo encontravam-se vedados para acesso devido ao seu elevado estado de degradação. Refira-se, no entanto que, para a aplicação prática da estratégia aqui indicada, será crucial efetuar um levantamento detalhado do edifício, situação que irá obrigar ao acompanhamento permanente por parte de peritos em segurança de edifícios.

Considera-se que a missão inicialmente proposta foi cumprida e considera-se igualmente que esta dissertação coloca na agenda da discussão e prática da arquitetura, a temática da reabilitação sustentável nas Quintas de Recreio em Portugal. Este estudo, que procurou evidenciar o valor histórico, arquitetónico, patrimonial e identitário do Paço Real de Caxias, chama a atenção para a necessidade de se executar mais projetos de reabilitação sustentável nos edifícios devolutos e com características construtivas semelhantes ao caso analisado, de modo a responder às necessidades mais prementes do território onde se encontram inseridas. Deste modo, propõe-se como pistas para o desenvolvimento futuro desta área: em primeiro lugar, recuperar a memória e a identidade do elemento água na Quinta Real de Caxias, através da reabilitação do seu sistema hidráulico, o que iria permitir reavivar o seu valor arquitetónico, histórico e cultural para a freguesia e concelho de Oeiras; como segunda pista, sugere-se um estudo pormenorizado no tipo de programa e atividades a desenvolver para o Paço Real de Caxias, ao nível social, ambiental, cultural, de atividade física, entre outros, integrando-as com as atividades proporcionadas atualmente pela CMO nos Jardins da Quinta Real de Caxias; e como terceira pista, sugere-se promover um estudo de revitalização das Quintas de Recreio de Oeiras, com valor arquitetónico, histórico e ambiental de forma a estabelecer um percurso

de ligação entre elas, procurando recuperar a sua autenticidade e singularidade, tendo como propósito responder às diferentes carências e necessidades sentidas localmente.

Para além disso, reconhecemos que existe ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito à adequabilidade dos materiais e técnicas a utilizar no âmbito da reabilitação sustentável, sendo importante promover uma reflexão mais alargada e multidisciplinar sobre esta temática, de modo a que esta não se encerre apenas na academia, mas que extravase os muros da universidade, envolvendo organismos do poder central e local, serviços públicos, empresas, *ateliers*, arquitetos freelancers, Ordem dos Arquitetos, entre outros.

Como estratégia de intervenção enquanto cidadã e futura arquiteta, tenciono encaminhar e devolver este estudo aos organismos com intervenção direta sobre este espaço, nomeadamente à CMO, à DHCME e à entidade que tutela o projeto REVIVE, sendo este o nosso contributo para uma futura intervenção na Quinta Real de Caxias, respeitando acima de tudo o seu valor patrimonial e os seus traços distintivos e identitários.

Bibliografia

Livros

ADENE - Agência para a energia, 2013. *Guia de eficiência energética*. Lisboa: ADENE.

Appleton, J., 2003. *Reabilitação de Edifícios Antigos*. 1ª ed. Amadora: Edições Orion.

Câmara Municipal de Águeda, 2011. *Construção e reabilitação sustentável - linhas orientadoras*. 1ª ed. Águeda: Câmara Municipal de Águeda.

Câmara Municipal de Oeiras, 2009. *Oeiras, Factos e números*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Câmara Municipal de Oeiras, 2015. *PDM Oeiras 2013 - Relatório de caracterização e diagnóstico*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Choay, F., 2011. *As questões do Património*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70.

Choay, F., 1984. *Avant-Propos de Alois Riegl – Le Culte Moderne des Monument*. 1ª ed. Paris: Seuil.

Dias, R. A. R., 1987. *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal Oeiras*. 1ª ed. Sintra: Câmara Municipal de Oeiras.

Dias, R. A. R., 1998. *Barroco e Iluminismo, influência na paisagem oeirense. Paisagens recreio, prazer, versus paisagem produtiva*. 1ª ed. Oeiras: Celta Editora.

Fernandes, A., 2014. *Vivências no Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras, Séc. XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Fernandes, J., Mateus, R. & Bragança, L., 2016. *Arquitetura vernácula portuguesa: Lições de sustentabilidade para a arquitetura contemporânea*. Arcos de Valdevez, Universidade do Minho.

Ferreira, J., 2016. *Palácio Condes de Murça: Uma reabilitação com classe A pelo sistema LíderA*, Lisboa: Plano sustentável.

Kibert, C. J., 2013. *Sustainable Construction - Green Building design and delivery*. 3ª ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc..

Nabokov, V. M., 1986. *Na outra margem da memória*. s.l.:Difel.

Norberg-Schulz, C., 1984. *Genius Loci, Towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque: Ed. Rizzoli.

Ordem dos Arquitetos - Secção Regional Sul, 2016. *Reabilitação e conservação do património arquitectónico*. 1ª ed. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Pinheiro, M. D., 2006. *Ambiente e Construção Sustentável*. 1ª ed. Amadora: Instituto do Ambiente.

Pinheiro, M. D., 2010. *LiderA - Sistema voluntário para a sustentabilidade dos ambientes construídos*, Lisboa: LiderA - Sistema de avaliação da sustentabilidade.

Pires, A. G., 2013. *A quinta de recreio em Portugal - Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*. 1ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Rocha, F. I. L. C. S., 1996. *Oeiras. O património - A história*. Câmara Municipal de Oeiras ed. Oeiras: Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Sector de Património Construído.

Rua, M. H., 1998. *Os dez livros de arquitectura de Virúvio*. 1ª ed. Lisboa: IST.

Sassi, P., 2006. *Strategies for sustainable architecture*. 1ª ed. London: Taylor and Francis.

Serrão, F., 2005. *As Quintas de Recreio no Século XVIII - Espaço de recreio e espaço de lavoura*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Soromenho, A. M. I., Ribeiro, A. C. P., Batalha, D. E. G. & Rocha, D. F. S., 1999. *Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras ed. Oeiras: Palma Artes Gráficas, Lda.

Sousa, M. J. & Baptista, C. S., 2011. *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. 5ª ed. Lisboa: Pator.

Artigos em revistas e jornais

Câmara Municipal de Oeiras, 2015. Carnaxide - Um percurso de descoberta pela história e tradições da vila. *30 Dias em Oeiras*, MAR-ABR, pp. 18-19.

Câmara Municipal de Oeiras, 1996. O mosaico romando de Oeiras. *Estudos arqueológicos de Oeiras*, Vol. 6, p. 368.

Cóias, V., 2016. Património e futuro. *Património e Cultura*, junho, pp. 6-8.

Costa, A. F. d., 2002. Identidades Culturais Urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº48, pp. 15-30.

Ilustração Portuguesa, 1905. O Paço Real de Caxias. 25 setembro, pp. 748-749.

Mikhailova, I., 2004. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento* - nº16, pp. 22-41.

Moreira, C., 2006. OPPIDUM. *O entendimento do Património no contexto local*, *Revista OPPIDUM*, 1, pp. 127-140.

Pires, A. d. G. e., 2008. Carácter da arquitetura e do lugar. *Artitexto nº 06*, julho, pp. 1-18.

Pollack, M., 1992. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, vol.5, nº10, janeiro, pp. 200-212.

Sobral, J. M., 1995. Memória e identidades sociais - dados de um estudo de caso num espaço rural. Em: *Análise social*, Vol XXX, pp. 29 (131-132), pp. 298-312.

Legislação

Assembleia da República, 1990. Resolução n.º 5/91. Convenção para a Salvaguarda do Património Architectónico, 16 outubro.

Assembleia da República, 2008. Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade. Diário da República, 1.ª série — N.º 177 — 12 de Setembro de 2008, 27 outubro, pp. 6640-6652.

Autoridade Nacional da Proteção Civil, 2011. *Nota Técnica nº9 - Proteção e selagem de vãos, abertura para a passagem de cablagens e condutas*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Câmara Municipal de Oeiras, 2003. *Editais 679/2003, Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Conselho de Ministros, 2009. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. *Decreto-lei*, 03 setembro.

Atas de Conferências

Aguiar, J., 2008. *Património Cultural e os paradigmas da conservação e da reabilitação: Ontém!.* Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Appleton, J., 2010. *Reabilitação de edifícios antigos e sustentabilidade.* VI Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Civil. Évora: Universidade de Évora.

Correia, P. V. D. & Lobo, I. M. d. C., 2003. *2º Congresso Nacional da Construção - Nova Carta de Atenas 2003.* Porto: Artes Gráficas.

Fialho, J. P. C., 2013. *Inovação Tecnológica e novos materiais.* 1ª ed. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Junior, S. d. S. C., 2012. Estudo de Caso x Caso de estudo. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 16 e 17 novembro, pp. 1-12.

Rodrigues, A. D., 2011. *A importância da natureza, dos jardins e da arte da jardinagem nas utopias de Morus e Howard.* Açores: Eurotopia 2100.

Teses

Carapinha, A. P., 1995.. *Da essência do Jardim Português - Vol II*. Tese de Doutoramento em Arquitetura Paisagística e Arte dos Jardins. Évora: Universidade de Évora.

Correia, L. M., 2015. *Hidráulica nos jardins barrocos*. Tese de Mestrado em Arquitetura Paisagística. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Martins, A. E. d. D., 2010. *Reabilitação da Quinta da Graça para Hotel de Charme*. Tese de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Paulo, L. R., 2009. *A reabilitação do património como factor de desenvolvimento local : o modelo de aldeia sustentável*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Quintas, J. d. A. T. C., 2011. *Acções de salvaguarda e reabilitação do património: o exemplo do Palácio Fronteira*. Tese de Mestrado em Reabilitação da Arquitetura e núcleos urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Sobral, K. V., 2014. *Prova Final de Estágio em Arquitetura - Habitar a paisagem*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Vaz, P. N. d. B. S., 2016. *Conservação do Património e funções de Estado (A Presidência no Palácio de Belém)*, Tese de Doutoramento em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Zacarias, N. A. S. G., 2012. *Reabilitação sustentável de edifícios antigos com valor patrimonial*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Documentos eletrónicos e sites

Archdaily, 2008. *Clássicos da Arquitetura: Casa da Cascata*. [Em linha] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-53156/classicos-da-arquitetura-casa-da-cascata-frank-lloyd-wright> [Acedido em 27 abril 2018].

Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2015. *Atualidade - Protocolo de Quioto celebra 10 anos*. [Em linha] Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31761-protocolo-de-quioto-celebra-10-anos-onu-afirma-que-este-primeiro-passo-essencial-deve-levar-a-novo-acordo-para-conter-emissoes-em-2015> [Acedido em 06 novembro 2016].

Câmara Municipal de Oeiras, 2017. *Oeiras - Factos e números*. [Em linha] Disponível em: <http://factosenumeros.cm-oeiras.pt/> [Acedido em 04 maio 2017].

Câmara Municipal de Oeiras, 2017. *Povoado pré-histórico de Leceia*. [Em linha] Disponível em: http://www.cm-oeiras.pt/pt/descobrir/patrimonio/patrimonio-arqueologico/Paginas/povoado_pre_historico_de_leceia.aspx [Acedido em 27 abril 2018].

Direção Geral do Património Cultural, 1999. *Os jardins, as esculturas e as duas alas com pintura decorativa do antigo Paço Real de Caxias*. [Em linha] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74866> [Acedido em 06 dezembro 2017].

Direção-Geral do Património Cultural, 2000. *Património Cultural - Património Arquitetónico*. [Em linha] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/> [Acedido em 07 janeiro 2016].

Espinosa, P., 2018. *United Nations Framework Convention on Climate Change*. [Em linha] Disponível em: <https://unfccc.int/news/climate-adaptation-opportunity-to-build-a-better-world> [Acedido em 23 abril 2018].

Fernandes, J., 2013. *Estórias de Linda-a-Velha*. [Em linha] Disponível em: <https://estoriasdalindaavelha.wordpress.com/tag/joaquim-fernandes/page/4/> [Acedido em 30 abril 2018].

Figueres, C., 2015. *Atualidade - Protocolo de Quioto celebra 10 anos*. [Em linha] Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31761-protocolo-de-quioto-celebra-10-anos-onu-afirma-que-este-primeiro-passo-essencial-deve-levar-a-novo-acordo-para-conter-emissoes-em-2015> [Acedido em 06 novembro 2016].

Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2015. *Fronteira e Alorna*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fronteira-alorna.pt/> [Acedido em 10 fevereiro 2018].

GECORPA, s.d. *Grémio do Património*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gecorpa.pt/conteudo.aspx?id=1&idc=22&area=Apresenta%C3%A7%C3%A3o> [Acedido em 24 novembro 2016].

LNEC - Departamento de Estruturas, 2005. *Evolução das tipologias construtivas em Portugal*. [Em linha] Disponível em: http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html [Acedido em 20 maio 2018].

Mascarenhas, F., 2008. *Palácio dos Marquês da Fronteira - Arquitetura Exterior*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fronteira-alorna.pt/pdf/arquitecturaexterior.pdf> [Acedido em 17 fevereiro 2018].

Oeiras International School, 2010. *OIS - The School*. [Em linha] Disponível em: <http://oeirasinternationalschool.com/the-school/> [Acedido em 22 setembro 2017].

Pereira, C. & Cunha, L. F., 2009. *Memória Portuguesa - História de Oeiras*. [Em linha] Disponível em: <http://www.memoriaportuguesa.pt/historia-de-oeiras> [Acedido em 08 maio 2017].

Priberam, 2013. *in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/vilegiatura> [Acedido em 18 dezembro 2017].

Termofeira. Lda, 2018. *Termofeira*. [Em linha] Disponível em: <http://www.termofeira.com/areas-de-atuacao/> [Acedido em 04 março 2018].

Turismo de Portugal, s.d. *REVIVE - Reabilitação, Património e Turismo*. [Em linha] Disponível em: <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guia-pt> [Acedido em 02 maio 2018].

ANEXOS

ANEXO A

Modelo de Questionário aplicado

ANEXO B

Guião de entrevista aplicado à CMO – Divisão do Património, Histórico, Cultural e Turismo

ANEXO C

Guião de entrevista aplicado à CMO – Responsável pelo projeto de conservação dos conjuntos escultóricos da Quinta Real de Caxias

ANEXO D

Guião de entrevista aplicado à DHCME – Responsável pelo levantamento e estudo do património militar afeto ao EME

ANEXO E

Transcrição das entrevistas

Entrevistado 1:

Maria Alexandra Fernandes. CMO - Coordenadora do Núcleo de Património Histórico, Cultural e de Turismo de Oeiras.

Entrevista sobre as Quintas de Recreio de Oeiras realizada em 26 de junho de 2017.

Entrevistado 2:

Carlos Beloto. CMO – professor e Arqueólogo responsável do projeto de conservação dos conjuntos escultóricos da Quinta Real de Caxias.

Entrevista sobre a perspetiva de reabilitação sustentável do Paço Real de Caxias realizada nos dias 26 de Abril de 2018.

Entrevistado 3:

José Rodrigues. Direção de História e Cultura Militar do Exército, responsável pelo levantamento e estudo do património militar afeto ao Estado-Maior do Exército.

Entrevista sobre perspetivas de intervenção no Paço Real de Caxias realizada em 17 de maio de 2018.

ANEXO F

Plantas, Cortes, Alçados e Pormenores construtivos do Paço Real de Caxias

ANEXO G

Ficha de Levantamento do Edifício

ANEXO H

Proposta de Carta de Risco – Fachada sul

ANEXO A

Anexo A — Modelo de Questionário Aplicado

Inquérito aplicado à população local de Caxias sobre o interesse em reabilitar o Paço Real de Caxias para responder às necessidades dos residentes

O meu nome é Ester Lopes, sou aluna do Mestrado Integrado em arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e estou a desenvolver a minha Dissertação Final de Mestrado subordinada ao tema: " Entre o espaço e a memória do Paço Real de Caxias. Estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico".

Este questionário tem por objetivo conhecer os residentes de Caxias, perceber se conhecem o Paço Real de Caxias e o seu valor patrimonial, quais as principais carências ao nível de equipamentos existentes e quais os pontos fortes do lugar em questão.

Os dados recolhidos serão tratados apenas no âmbito deste estudo e de forma agregada, não havendo a identificação do respondente, salvaguardando o seu anonimato e confidencialidade das informações prestadas.

Agradeço a sua colaboração.

1. Dados sociodemográficos

- a. Idade: _____
- b. Sexo: Feminino _____ Masculino _____
- c. Nacionalidade: Portuguesa _____ Estrangeira _____ De que país? _____
- d. Estado civil:

(1) Solteiro	<input type="checkbox"/>
(2) Casado	<input type="checkbox"/>
(3) Divorciado	<input type="checkbox"/>
(4) Viúvo	<input type="checkbox"/>
(5) Outra situação.	<input type="checkbox"/> Qual _____
- e. Filhos: Sim _____ Não _____ Se sim, Quantos _____ Menores de 18 anos _____
- f. Qual a sua condição perante a atividade económica? (Assinale com X)

Ativo com profissão _____ Desempregado _____ À procura do 1º emprego _____

Doméstica _____ Reformado _____ Estudante _____ Outra. Qual _____
- g. Reside em Caxias: Sim _____ Não _____
- h. Se reside em Caxias, indique há quanto tempo _____. Se não, indique freguesia e concelho _____
- i. Trabalha/estuda em Caxias: Sim _____ Não _____

- j. Se trabalha/estuda em Caxias, indique há quanto tempo ____
- k. Faz parte de alguma associação ou grupo de Caxias; Sim ____ Não ____
Se sim, diga qual? _____
- l. Que tipo de funções exerce/atividades pratica (no caso de ser apenas utente)? _____

2. Necessidades de atividades e/ou equipamentos

- a. Conhece espaços públicos de lazer em Caxias? Sim ____ Não ____
Se sim, indique o seu nome e localização
Nome _____ localização _____
Nome _____ localização _____
Nome _____ localização _____
- b. Considere esses espaços suficientes? Sim ____ Não ____
Porquê? _____
- c. Costuma frequentá-los? Sim ____ Não ____
Se sim, em que dias e por volta de que horas? _____
- d. Que tipo de atividades faz nos espaços públicos? _____
- e. Que tipo de atividades gostaria de fazer nos espaços públicos?
____ Ler
____ Conversar
____ Jogar às cartas
____ Jogar outros jogos
____ Passear
____ Fazer exercício físico
____ Outras atividades. Quais? _____
- f. Indique 3 principais problemas associados aos espaços públicos de Caxias?
____ Insegurança/vandalismo
____ Falta de limpeza
____ Falta de manutenção
____ Falta de espaço físico (mobiliário)
____ Pouca arborização/sombreamento

___ Outro. Qual? _____

g. Quando pretende praticar atividades de lazer, onde é que as efetua?

___ espaços públicos de Caxias

___ espaços públicos doutras freguesias

___ espaços públicos doutros concelhos

___ Não costuma utilizar espaços públicos.

h. Para si Caxias necessita principalmente de: (Assinale com uma X até 3 opções)

	Concordo	Discordo	Não sei / Não respondo
Auditório			
Biblioteca			
Centro cultural			
Centro multiusos			
Teatro			
Museu			
Gimnodesportivo			
Igreja			
Creche			
Lar de idosos			
Centro de dia			
Hotel			
Outro Qual _____			

3. Perceção sobre a Quinta Real de Caxias

a. Conhece a Quinta Real de Caxias? Sim ___ Não___

Se sim, com que frequência lá vai? _____

b. Conhece o Jardim da Quinta Real de Caxias? Sim ___ Não___

Se sim, com que frequência lá vai? _____

c. Conheceu a Quinta quando esta estava em utilização? Sim___ Não___

Se sim, que tipo de atividades existiam neste local? _____

d. O que sabe sobre a história da Quinta Real de Caxias?

e. Tem ideia do tipo de atividades existiam na Quinta Real de Caxias? _____

f. Caso a Quinta Real de Caxias seja reabilitada, esta poderia integrar serviços/equipamentos, quais?

	Concordo	Discordo	Não sei / Não respondo
Auditório			
Biblioteca			
Centro cultural			
Centro multiusos			
Teatro			
Museu			
Gimnodesportivo			
Igreja			
Creche			
Lar de idosos			
Centro de dia			
Hotel			
Outro Qual _____			

g. Conhece quintas do mesmo tipo da Quinta Real de Caxias? Sim___ Não___

Se sim, quais? _____

Que tipo de atividades/serviços são lá proporcionados? _____

h. Indique 3 aspetos que mais gosta no Jardim e Quinta Real de Caxias

i. Indique 3 aspetos que menos gosta no Jardim e Quinta Real de Caxias

j. Observando/Recordando a Quinta Real de Caxias e o seu jardim o que lhe vem ao pensamento?

Fim do inquérito

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

ANEXO B

Anexo B — Modelo de Entrevista à CMO - Divisão de Património Histórico Cultural e Turismo de Oeiras

ENTREVISTA 1

Curso: Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Auditor: Ester Eunice da Costa Pereira Lopes

Dissertação Final de Mestrado: Entre o espaço e a memória do Paço Real de Caxias. Estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico”

Tema da Entrevista: As Quintas de Recreio de Oeiras classificadas como património arquitetónico: O Palácio do Marquês do Pombal em Oeiras; Quinta Real de Caxias; Quinta do Torneiro ou Quinta do Anjos em Paço D’Arcos; Quinta da Nossa Senhora da Conceição em Barcarena; Quinta do Morval em Carnaxide; e Quinta dos Grilos em Carnaxide)

Entrevistado 1: Dra. Maria Alexandra Fernandes

Organização: CMO - Divisão de Património Histórico Cultura e Turismo de Oeiras

Cargo: Coordenadora do Núcleo de Património Histórico e Museológico

GUIÃO

Pergunta 1: Como avalia a intervenção que tem sido feita nas Quintas de Recreio identificadas como património arquitetónico de Grau A?

Pergunta 2: Existe algum programa para intervenções num futuro próximo?

Pergunta 3: Esta intervenção (ou futura) pretende integrar de algum modo o património classificado no concelho, ou seja, criar algum percurso de inter-relação?

Pergunta 4: Especificamente para a Quinta Real de Caxias encontra-se em desenvolvimento algum programa de requalificação? (se sim) Que tipo de programa, para que fim e a quem se dirige?

Pergunta 5: Tem ideia de qual é o valor deste edifício e do lugar para os oeirenses?

Pergunta 6: Tem ideia no passado, como era esta quinta e quais foram os seus usos?

Pergunta 7: Das restantes Quintas de Recreio no concelho, consegue identificar o seu principal propósito?

ANEXO C

Anexo C — Modelo de entrevista - Responsável pelo projeto de conservação dos conjuntos escultóricos da Quinta Real de Caxias

ENTREVISTA 2

Curso: Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Auditor: Ester Eunice da Costa Pereira Lopes

Dissertação Final de Mestrado: Entre o espaço e a memória do Paço Real de Caxias. Estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico.

Tema da Entrevista: A recuperação do Paço Real de Caxias e a valorização do património

Entrevistado 2: Professor Carlos Beloto

Organização: CMO - Divisão de Património Histórico Cultura e Turismo de Oeiras

Cargo: Arqueólogo e escultor, responsável pela conservação e restauro do espólio escultural do Jardim da Quinta Real de Caxias

GUIÃO

Pergunta 1: Como avalia a intervenção que tem sido feita na Quinta Real de Caxias ao nível do Jardim e do Palácio?

Pergunta 2: Tem conhecimento de algum programa que potencie uma intervenção integrada neste lugar?

Pergunta 3: Especificamente para a Quinta Real de Caxias o que é ela traduz para si?

Pergunta 4: Na eventualidade de se proceder à requalificação da Quinta Real de Caxias, na sua opinião qual deveria ser o tipo de uso?

Pergunta 5: Como escultor e trabalhando diretamente na recuperação de peças de arte, de que modo valoriza a utilização de técnicas pouco intrusivas para a recuperação do património?

Pergunta 6: Considera importante manter a identidade da Quinta Real de Caxias, ou seja, preservar a sua arquitetura, materialidade e organização espacial?

Pergunta 7: No passado, tem ideia como era a Quinta e quais foram os seus usos? Considera importante recuperar algum tipo dessas valências?

ANEXO D

Anexo D — Entrevista DHCME – Responsável pelo levantamento e estudo do património militar afeto ao EME

ENTREVISTA 3

Curso: Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Auditor: Ester Eunice da Costa Pereira Lopes

Dissertação Final de Mestrado: " Entre o espaço e a memória do Paço Real de Caxias. Estratégia para a reabilitação sustentável do património arquitetónico".

Tema da Entrevista: A recuperação de todo o edificado da Quinta Real de Caxias e a valorização do património

Entrevistado 3: José Rodrigues

Organização: Estado-Maior do Exército - Direção de História e Cultura Militar do Exército

Cargo: Levantamento e estudo do património militar afeto ao EME

GUIÃO

Pergunta 1: Como avalia a intervenção que tem sido feita na Quinta Real de Caxias ao nível do Jardim e do Palácio?

Pergunta 2: Tem conhecimento de algum programa que potencie uma intervenção integrada neste lugar?

Pergunta 3: Das intervenções efetuadas ao longo do tempo em que o Exército esteve nas instalações, recorda-se de alguma como maior especificidade?

Pergunta 4: Na eventualidade de se proceder à requalificação da Quinta Real de Caxias, na sua opinião qual deveria ser o tipo de uso?

Pergunta 5: Olhando para fotografias do passado e do que conhece do Paço Real de Caxias considera que ainda se encontram preservadas de alguma forma as suas características originais?

Pergunta 6: Considera importante manter a identidade da Quinta Real de Caxias, ou seja, preservar a sua arquitetura, materialidade e organização espacial?

Pergunta 7: No passado, tem ideia como era a Quinta e quais foram os seus usos?
Considera importante recuperar algum tipo dessas valências?

ANEXO E

Anexo E — Análise do conteúdo das entrevistas

Através dos discursos e visões de atores institucionais que conhecem o território e o edifício em análise, serão analisados os conteúdos das três entrevistas realizadas.

Refere-se que o período de tempo e o espaçamento em data da realização das entrevistas foi extenso, registando-se que a primeira ocorreu em junho de 2017 e a última em maio de 2018. Houve uma grande intenção de entrevistar atores com papéis de influência junto da Freguesia de Oeiras, da direção da Associação Cultural de Oeiras denominada Espaço e Memória e da Direção da Messe Residencial de Caxias, mas a necessidade de formalizar os contactos e os compromissos profissionais levaram a que tal não se tenha concretizado.

As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados com o auxílio de um guião para cada um dos atores, disponível nos anexos B a D, que procuraram estar em consonância com a questão principal da investigação e as hipóteses formuladas.

As questões foram organizadas em três grupos principais de tema, a saber:

- a. Avaliação da intervenção ao longo do tempo nas Quintas de Recreio identificadas como património com vista à conservação da sua identidade;
- b. Perceção sobre a integração de estratégias bioclimáticas na intervenção das Quintas de Recreio de modo a preservar o património;
- c. Aferição sobre a inter-relação das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras e o seu valor histórico;
- d. Pertinência da criação de um espaço/equipamento que promova a valorização do património arquitetónico;

Todo este trabalho de entrevistas teve como principal objetivo perceber a pertinência de reabilitar de forma sustentável as Quintas de Recreio de Oeiras, como forma de preservar e valorizar o património arquitetónico.

Avaliação da intervenção ao longo do tempo nas Quintas de Recreio identificadas como património com vista à conservação da sua identidade

“Atualmente a CMO é proprietária do Palácio do Marquês do Pombal e da Quinta Nossa Senhora da Conceição (...) o Palácio do Marquês do Pombal foi reabilitado para promoção de eventos e dinamização cultural (...) A Quinta Nossa Senhora da Conceição embora propriedade da CMO encontra-se arrendada, sendo responsabilidade dos arrendatários a sua conservação. A CMO tem programas ativos para a reabilitação do

património, mas apenas daquele que é proprietária (...) o último uso que tenho referência da Quinta Real de Caxias foi na década de 90 para os sem-abrigo que entretanto foram embora e foi tudo fechado a cadeado (...) francamente considero que a intervenção ao nível do nosso património, em Oeiras, tem sido pouco mas, começa-se agora a olhar mais para estas questões do património e da sua preservação (...) (Entrevistado 1, 2017)

“A última intervenção no Paço Real de Caxias que tenho memória foi no início dos anos 80, quando estava cá instalada a Messe de Oficiais do Exército. Foram intervencionados os telhados e os pavimentos, mas pouco tempo depois mudaram-se para outras instalações (...) a parte construída da Quinta Real de Caxias encontra-se descaracterizada (...) é um total abandono (...) se não fosse a iniciativa da CMO em celebrar um protocolo para a recuperação dos jardins, ainda estaria pior (...) Seria bom uma reabilitação da Quinta mas acho que o Exército ou o Ministério da Defesa querem muito valor por isto (...) agora não sei o que venha para aí, mas acho que estão a tentar vender ou conceder o espaço para outra atividade (...) (Entrevistado 2, 2018)

“As obras que foram feitas em Caxias foram sempre com o compromisso de manter a dignidade que o Paço Real de Caxias tinha, refiro por isso que ainda é possível verificar a marca das alturas de crescimento dos príncipes nas paredes (...) os frescos foram logo retirados, ou seja, as telas pintadas encontram-se guardadas para salvaguarda deste património (...) não é possível preservar os azulejos, estão sempre a roubá-los e mesmo com a Quinta emparedada e entabuada nas zonas de entrada, existem roubos (...) dos arquivos que temos posse, confirmo que houve sempre uma preocupação em manter o salão e o quarto, que foi adaptado para gabinete do Diretor da Messe (...) do ponto de vista do Exército e do que se sabe do Ministério da Defesa não existe nenhum programa de intervenção, porque não há dinheiro (...) em todo o caso a Quinta Real de Caxias foi inscrita no Projeto REVIVE (...) (Entrevistado 3, 2018)

Das opiniões e perceções obtidas sobre a intervenção ao longo do tempo nas Quintas de Recreio e em específico na Quinta Real de Caxias, verifica-se uma preocupação generalizada em preservar esta tipologia de arquitetura em harmonia com o seu aspeto no passado e a valorizá-la em termos de património e de identidade.

Verifica-se, contudo, que, como opinião geral, as iniciativas de intervenção no património são muito poucas e por vezes, o tempo para execução das obras é reduzido, levando a que surjam intervenções pouco cuidadas.

As questões de tutela das Quintas de Recreio surgem sempre que se aborda uma intervenção, constatando-se que são efetuados vários programas de valorização e reabilitação do património ao nível do concelho de Oeiras e do Ministério da Defesa mas, falta o principal: o dinheiro.

Perceção sobre a integração de estratégias bioclimáticas na intervenção das Quintas de Recreio de modo a preservar o património

“Posso falar em específico da reabilitação do Palácio do Marquês do Pombal, verificando que estas estratégias bioclimáticas não foram bem conseguidas, pois houve necessidade de se colocar ar-condicionado em muitas salas (...) outro aspeto tem a ver com os acabamentos (...) existem espaços com muita humidade nas paredes e outros onde a tinta está a empolar (...) tentou-se respeitar a arquitetura do palácio e os seus interiores mas com o sentido apenas de restaurar o que estava mal, não houve assim uma adaptação para as necessidades atuais (...)” (Entrevistado 1, 2017)

“Esta discussão já vem tarde, pois uma reabilitação com integração destas preocupações bioclimáticas deveria ter ocorrido aquando das intervenções feitas na década de 80 (...) o Paço Real está nas condições em que está, porque não houve qualquer cuidado em preservar o que foi construído ou a procurar a durabilidade da construção (...) as obras foram sempre feitas para resolver os problemas do momento e não para precaver problemas para o futuro (...)” (Entrevistado 2, 2018)

“O Paço Real de Caxias foi usado como espaço de aulas e gabinetes de apoio à Messe Residencial de Caxias, por isso nunca houve assim uma preocupação com as questões do conforto (...) nos anos 90 houve uma intenção de recuperar toda a parte da Quinta Real de Caxias, onde o Paço Real, seria convertido numa residência para o Chefe do Estado-maior do Exército, mas tal não se veio a concretizar. Há registos de alteração do projeto, utilização de materiais e pormenores de construção de alguns espaços para servir este efeito (...) atualmente está tudo devoluto e em risco de colapso, principalmente dos pavimentos, é um risco deslocarmo-nos lá porque está tudo podre e pode cair a qualquer momento (...)” (Entrevistado 3, 2018)

No que respeita à opinião dos entrevistados sobre a integração de estratégias bioclimáticas, consideram ser relevante na atualidade e aquando das intervenções de

reabilitação das Quintas de Recreio, a sua inclusão. As necessidades de conforto térmico e acústico, assim como as questões de redução do consumo de energia são, na opinião de todos, muito importantes quer seja para uma utilização atual, quer seja para de algum modo preservar o património.

Aferição sobre a inter-relação das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras e o seu valor histórico

“A maioria das Quintas de Recreio classificadas com valor histórico, cultural e patrimonial do concelho de Oeiras são propriedade privada, não conseguindo ver como integrar ou criar um espaço de inter-relação. No entanto, acho a iniciativa boa e até com algum potencial de execução (...) refiro que as Quintas de Recreio de Oeiras têm uma especial relevância para os Oeirenses (...) a CMO pretende conservar a integridade destas quintas porque são lugares espirituais e de atração turística, como exemplo o Jardim da Quinta Real de Caxias e o Palácio do Marquês do Pombal (...)” (Entrevistado 1, 2017)

Apenas um dos entrevistados elaborou uma opinião sobre a inter-relação das Quintas de Recreio no concelho de Oeiras, considerando que é porventura uma iniciativa boa mas que de momento não consegue visualizar a sua concretização na medida em que muitas das Quintas de Recreio indicadas são de propriedade privada.

A resposta dos restantes entrevistados revela que, o que conhecem das outras Quintas de Recreio de Oeiras é muito pouco, tendo apenas ouvido falar dalgumas.

Verificou-se na opinião geral que a intenção de gerar uma interação entre este tipo de património arquitetónico com vista à valorização cultural do concelho seria uma iniciativa positiva.

Pertinência da criação de um espaço/equipamento que promova a valorização do património arquitetónico

“Atualmente no Palácio do Marquês do Pombal fazem-se encenações do séc. XVIII, realizam-se várias atividades para a dinamização e promoção da cultura do concelho e a quinta é também espaço para o programa denominado “serviço educativo” que proporciona sessões de aprendizagem e descoberta do concelho (...) para a Quinta Real de Caxias considero que o espaço deveria ser reabilitado e com algum nível de preocupação com as

questões de sustentabilidade (...) acho que poderia ser uma Casa de Chá com espaços para leitura, ou então dar lugar a uma pequena biblioteca com serviço de cafetaria e promoção de eventos culturais (...) (Entrevistado 1, 2017)

“Acho que a proposta de reabilitação do Paço Real e de toda a parte edificada da Quinta Real de Caxias é bem-vinda e se integrar essas estratégias de qualificação do património em termos ambientais, ainda melhor (...) tenho um pouco de receio quanto ao tipo de espaço a criar, teria de ser algo que não confrontasse com o espírito do Jardim (...) sinceramente não sei (...)” (Entrevistado 2, 2018)

“Na minha modesta opinião acho que o que querem fazer da Quinta Real de Caxias é um hotel (...) a ideia de reabilitação do espaço é positiva, pois como está não deve continuar (...) não sei se um hotel seria bom para ali, vejo pouco potencial nisso (...) como a Quinta é um sítio muito calmo, deveria pensar-se num espaço que correspondesse a isso (...)” (Entrevistado 3, 2018)

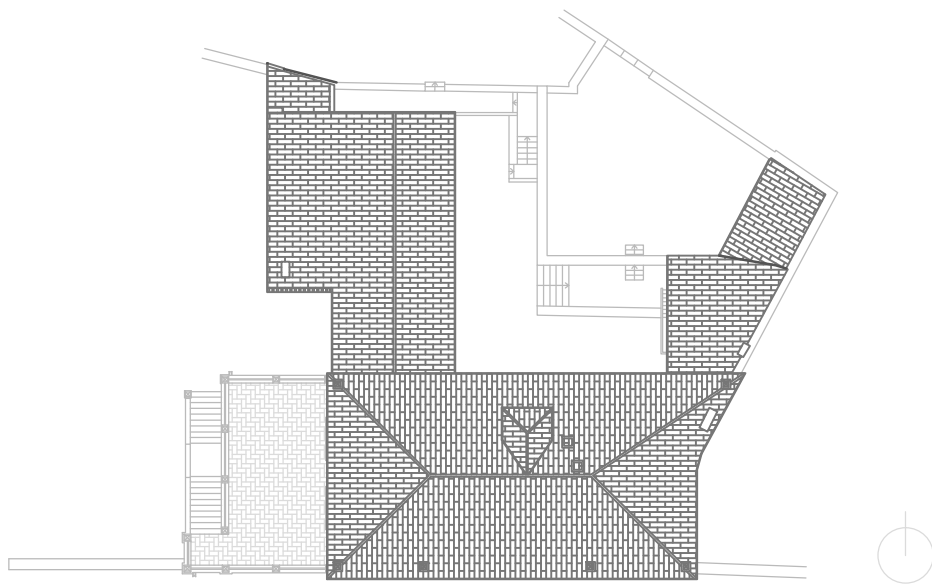
Conclui-se que, na generalidade, os entrevistados consideram pertinente a reabilitação da Quinta Real de Caxias para o desenvolvimento de um espaço/equipamento. Consideram igualmente adequado criar um espaço que promova o convívio público, que estejam disponíveis para as pessoas que frequentam o Jardim da Quinta Real de Caxias e para os residentes no concelho.

Importa referir ainda que, existe uma preocupação generalizada em transferir o espírito do lugar, a serenidade e a tranquilidade atualmente presentes no futuro espaço que se venha a desenvolver sob a área edificada da Quinta Real de Caxias.

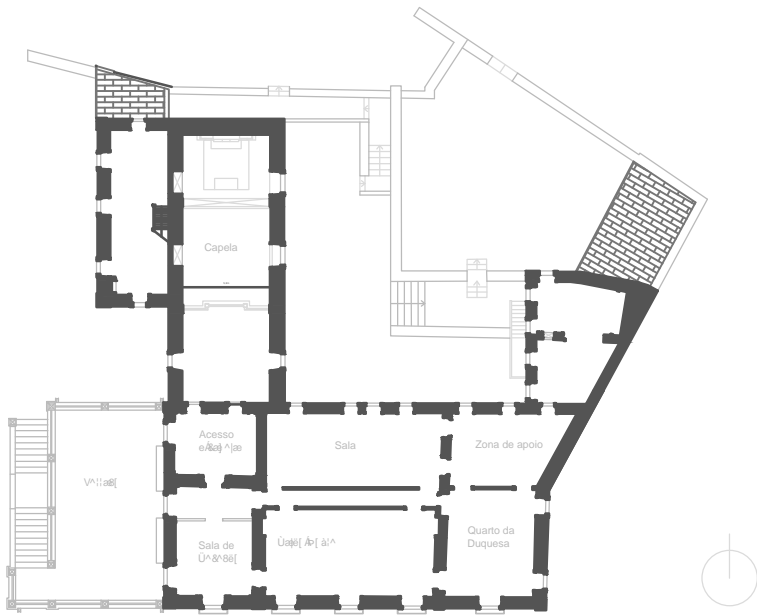
ANEXO F

Anexo F — Plantas, Cortes, Alçados e Pormenores construtivos do Paço Real de Caxias

Plantas do Paço Real de Caxias*




Planta da Cobertura
Escala 1/500



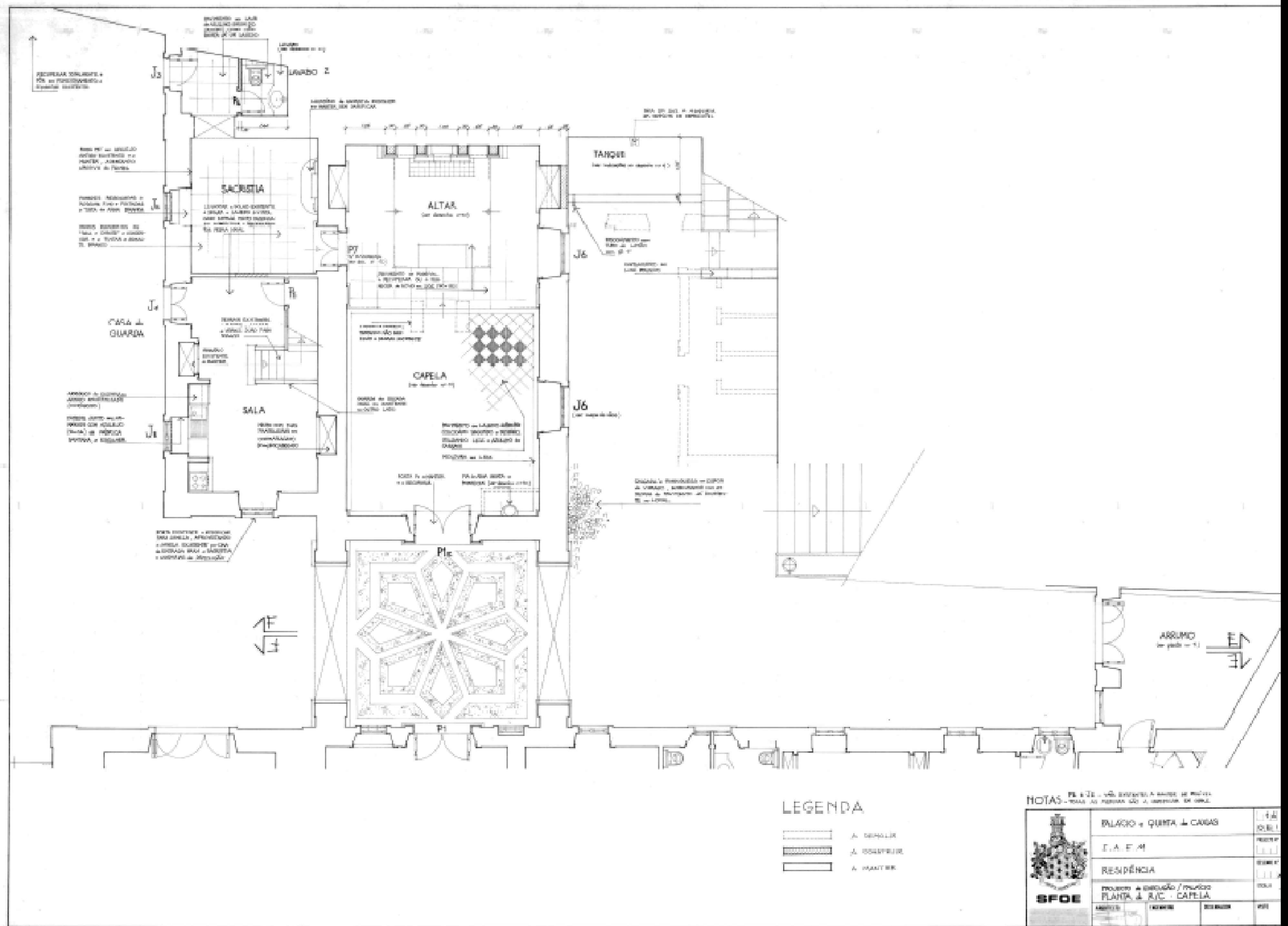
Planta Piso 1
1/100

Plantas do Paço Real de Caxias

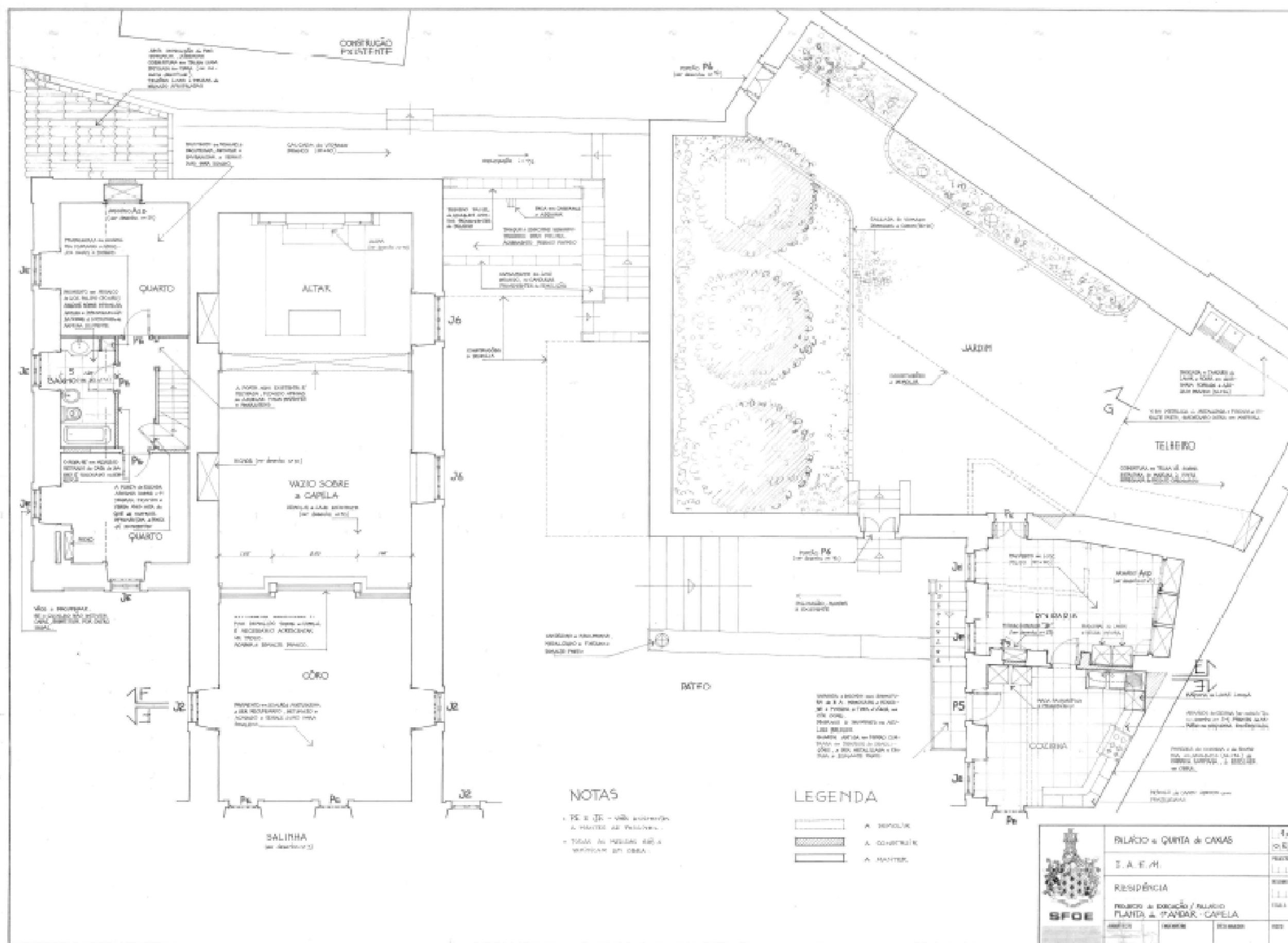


 SF02	PALÁCIO E QUINTA DE CAXIAS		LIBR. C.A.B.
	E.A.E.M.		ANEXO
	RESIDÊNCIA DO C.E.N.E.		ANEXO F
	ESTUDO PRÉVIO / PALÁCIO PIMPAR		DESL.
	ARQUIVO	LIBRARIAS	DESENHOS

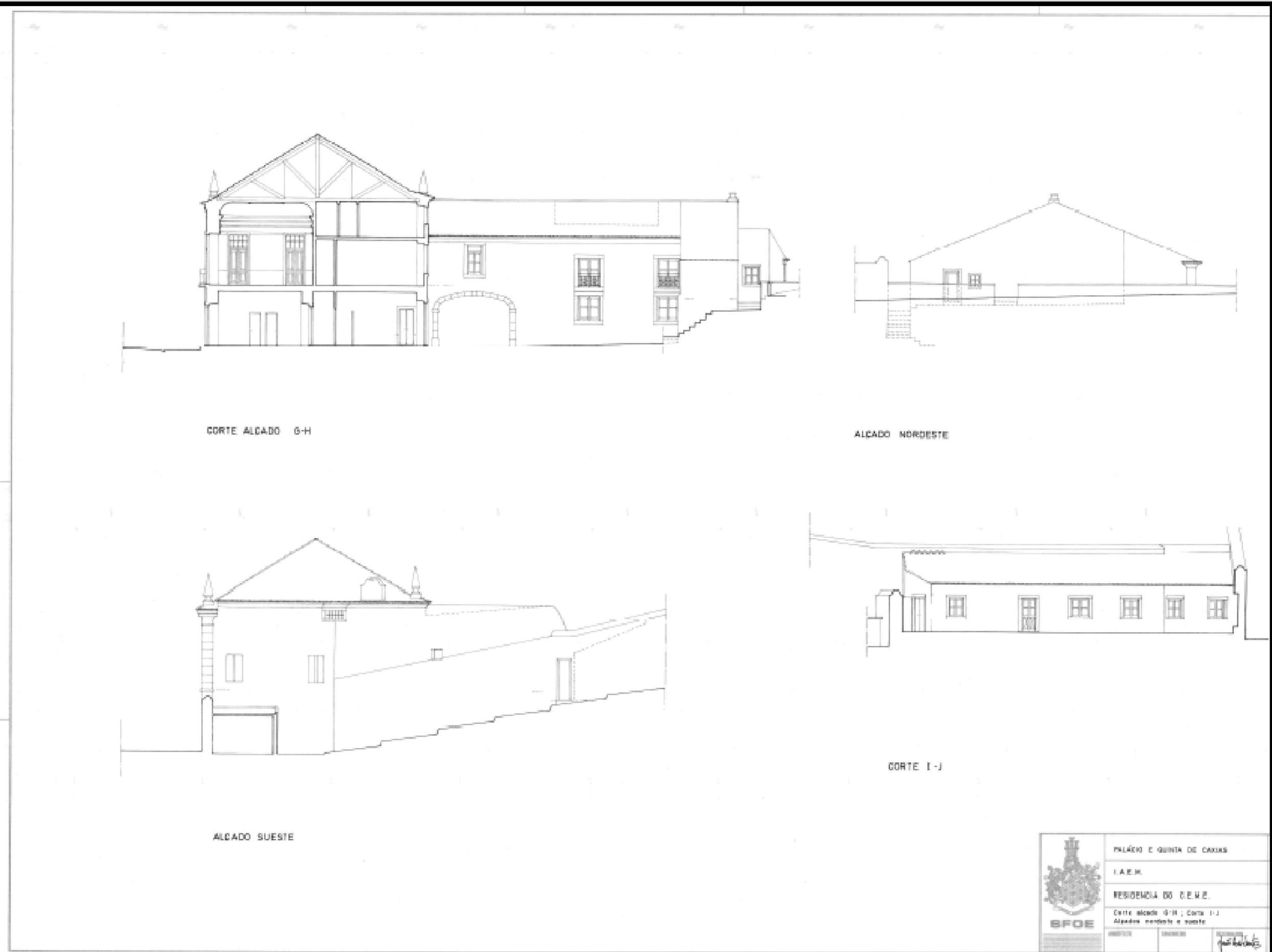
Plantas do Paço Real de Caxias



Planta do Paço Real de Caxias



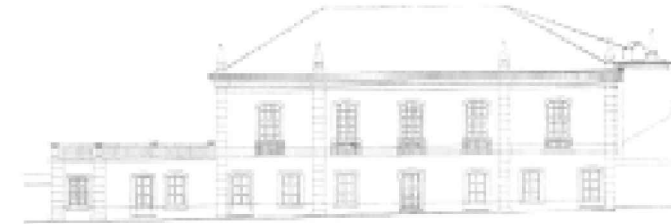
Cortes e Alçados do Paço Real de Caxias



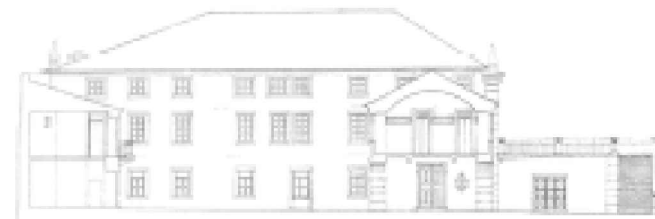
Corte e Alçados do Paço Real de Caxias



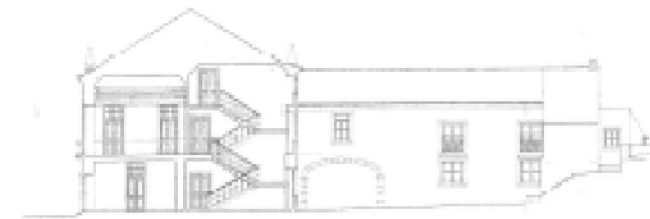
ALÇADO NORDESTE



ALÇADO NOROESTE



ALÇADO NORDESTE
CORTE AA'



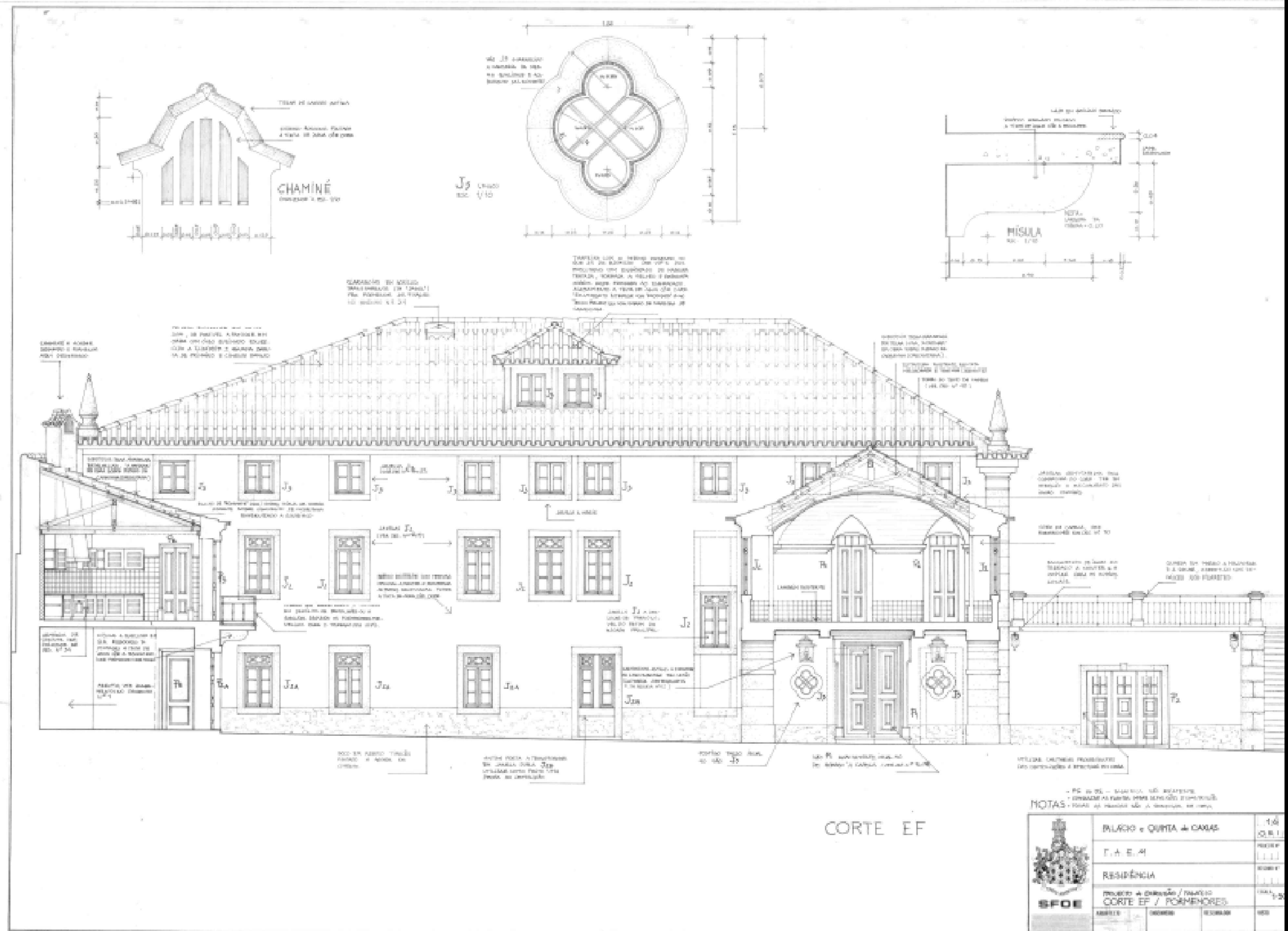
ALÇADO NOROESTE
CORTE BB'



ALÇADO NORDESTE (PAREDE)
CORTE CC'

	PALÁCIO E QUINTA DE CAXIAS			Linha
	I.R.E.M.			1:100
	RESIDÊNCIA DO C.E.N.E.			1:100
	ESTUDO PRELIMINAR / PLANO DE ALÇADOS e Cortes			1:100
ARQUITETO	PROJETO	DESENHO	VERIFICAÇÃO	

Corte de pormenor do Paço Real de Caxias

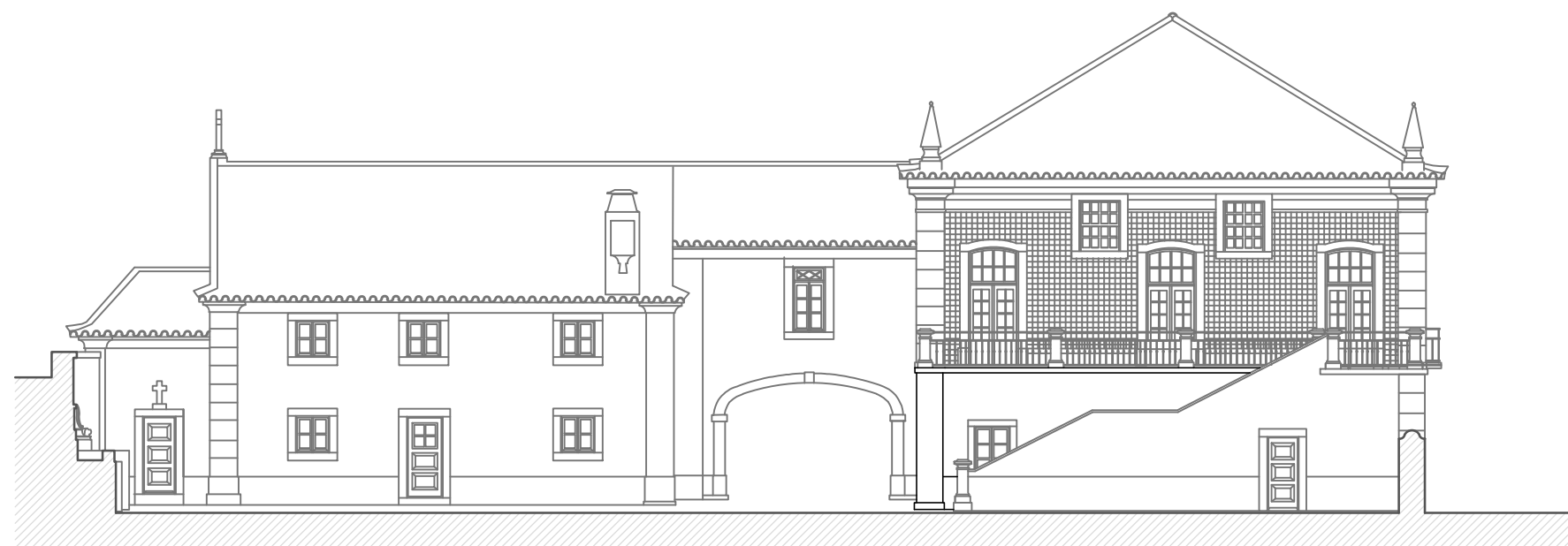


Alçado do Paço Real de Caxias*



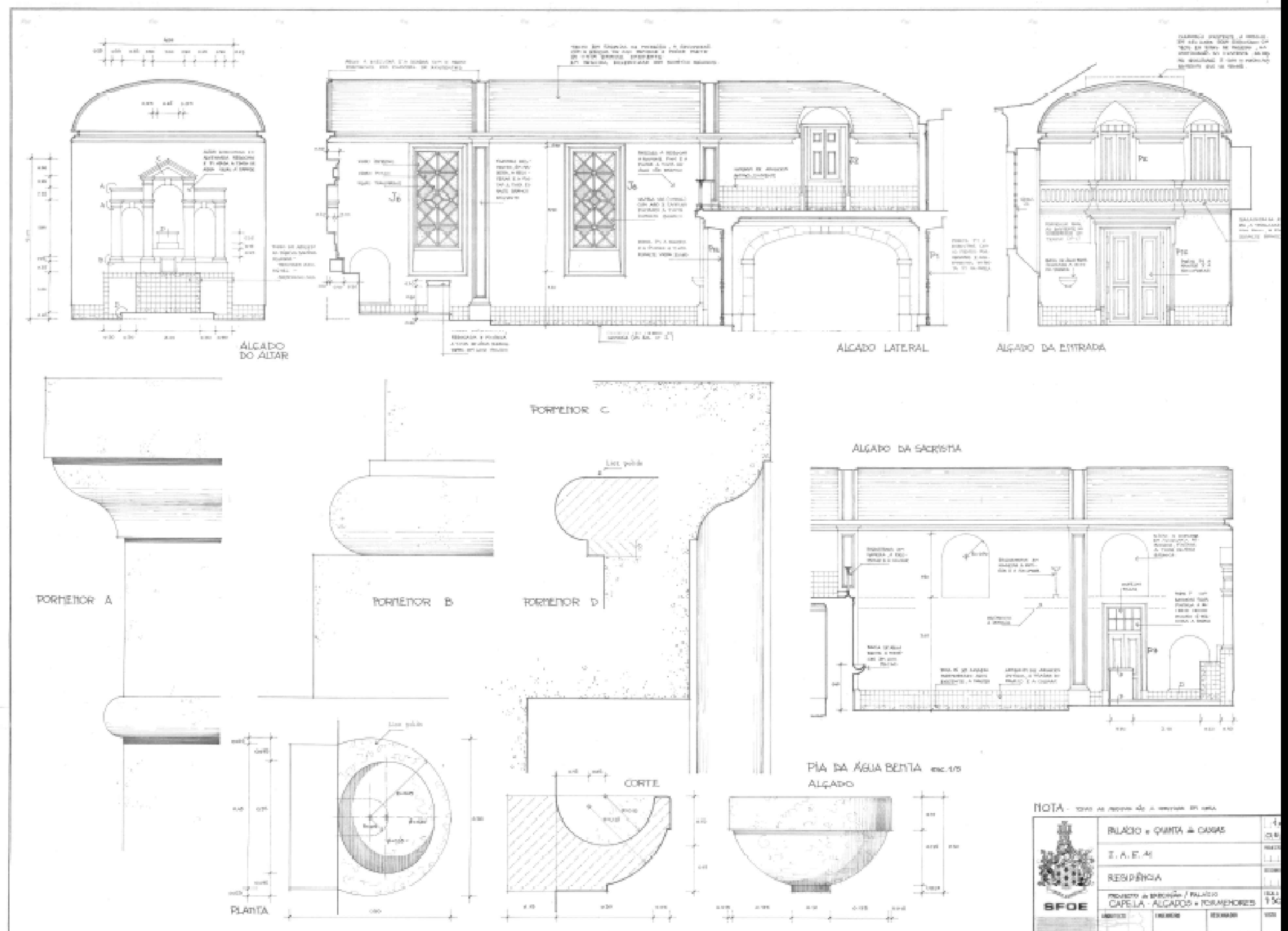
Alçado Sul

Alçado do Paço Real de Caxias*

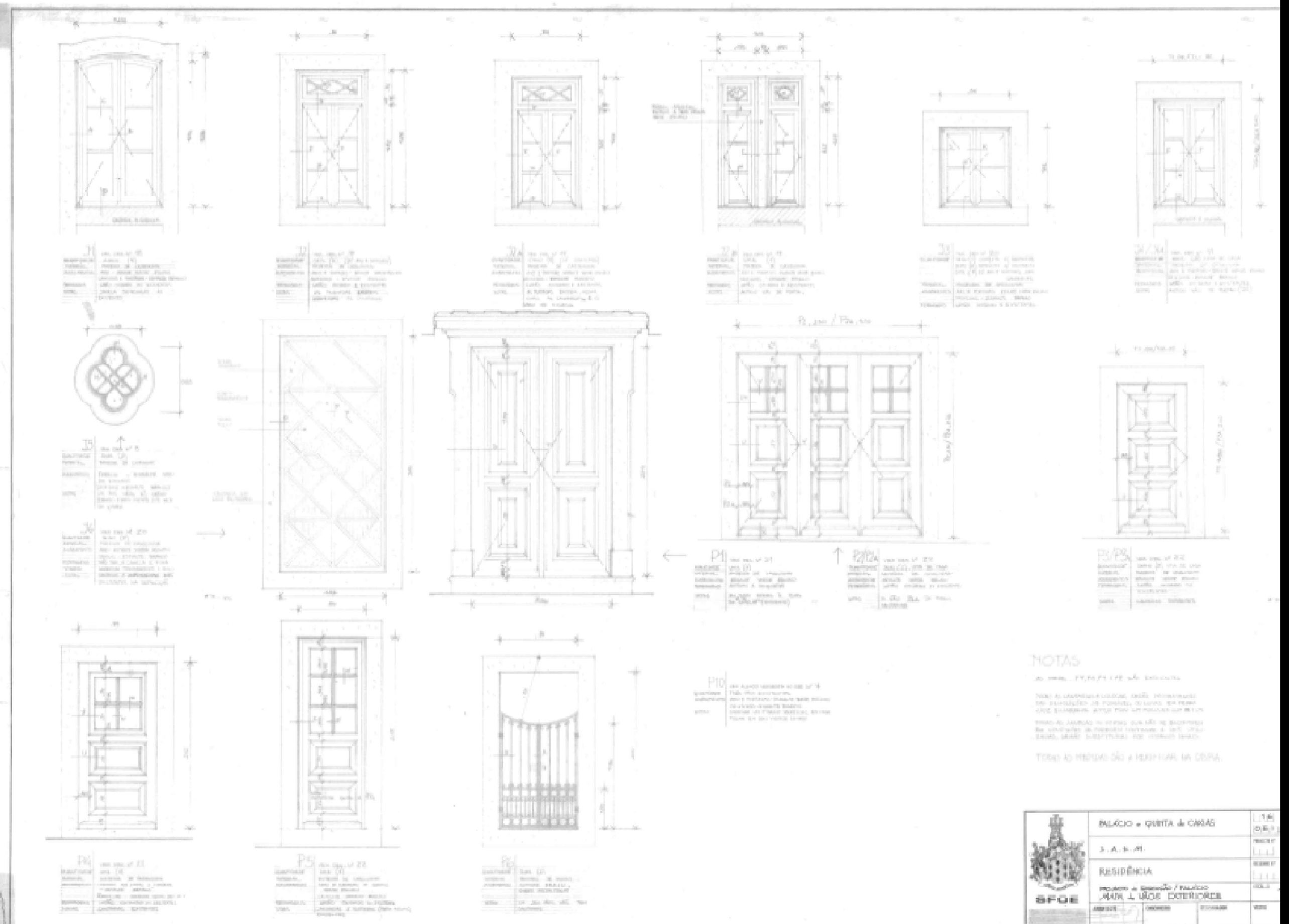


01822[ÁU[^} c^

Corte de pormenor do Paço Real de Caxias




Pormenor dos vãos do Paço Real de Caxias



ANEXO G

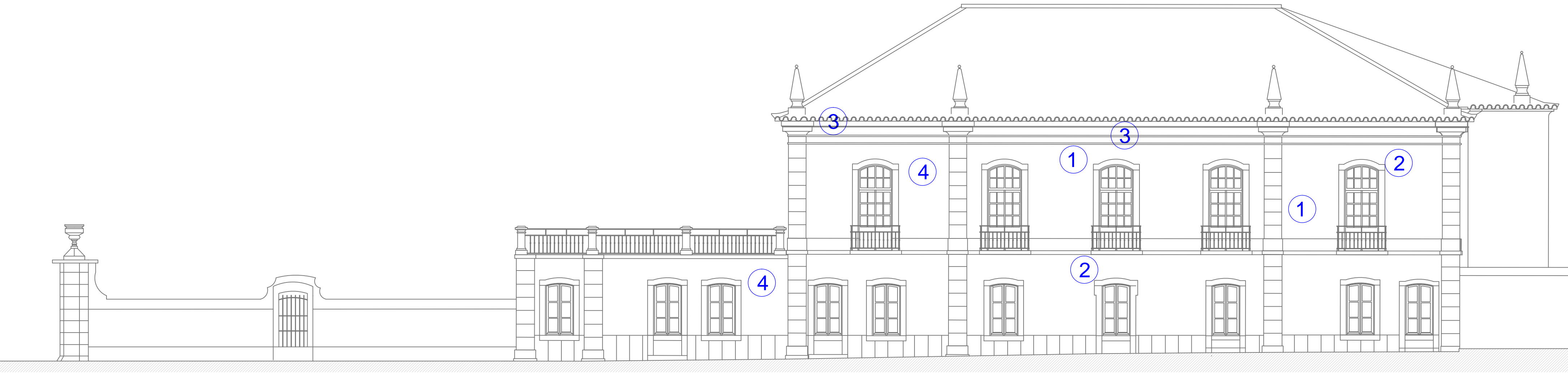
Anexo G — Ficha de Levantamento do estado de conservação do edifício

FICHA DE LEVANTAMENTO DO EDIFICADO																																																					
PAÇO REAL DE CAXIAS – LEVANTAMENTO DO PAÇO REAL																																																					
Entrevista realizada por:		ESTER LOPES			Data:		26ABR18		Hora:																																												
Código SIG (edifício):					Código da Fracção:																																																
IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO																																																					
Rua:		Estrada da Gibalta			N.º de policia:																																																
Nome do proprietário		Ministério da Defes																																																			
Implantação do lote	Banda		N.º de pisos		2		N.º de pisos em cave																																														
	Gaveto		N.º de fachadas		4		N.º de fogos																																														
	Isolado	X	N.º de águas da cobertura		4		Cércea																																														
			Dim. da porta	alt X larg	Larg. fachada																																																
																																																					
Valor Patrimonial (classificação)	Monumento Nacional		1	Valor Patrimonial	Qualidade	X																																															
	I. Interesse Público	X			Acompanhamento																																																
	I. Valor Concelhio				Dissonante Parcial																																																
	I. Vias de classificação				Dissonante Total																																																
	Sítio arqueológico				Sem Interesse																																																
	Obs.				Obs.																																																
Estado de Conservação Geral	Bom		Data aproximada de construção	a C.																																																	
	Razoável			Séc. I / V																																																	
	Mau	X		Séc. VI / X																																																	
	Ruína			Séc. XI / XIII																																																	
	Em construção novo			Séc. XIV / XV																																																	
	Obras de recuperação			Séc. XVI / XVII																																																	
Data aproximada da(s) alteração(ões)				Séc. XVIII	X																																																
				Séc. XIX																																																	
				Séc. XX – 1ª metade																																																	
				Séc. XX – 2ª metade																																																	
				Séc. XXI																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">EDIFÍCIO</th> <th colspan="3">VAOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="7">Tipo de cobertura</td> <td>Telha lusa</td> <td>X</td> <td rowspan="7">Tipo de Janela</td> <td>Esquina</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha canudo</td> <td></td> <td>Falsa</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha marselha</td> <td></td> <td>Fingida</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha mista</td> <td></td> <td>Peito</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Chapa ondulada metálica</td> <td></td> <td>Sacada</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Chap ondulada fibrocimento</td> <td></td> <td>Varanda</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Laje em betão</td> <td></td> <td>Óculo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outro</td> <td></td> <td>Montra</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Outro</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>										EDIFÍCIO			VAOS			Tipo de cobertura	Telha lusa	X	Tipo de Janela	Esquina		Telha canudo		Falsa		Telha marselha		Fingida		Telha mista		Peito	X	Chapa ondulada metálica		Sacada		Chap ondulada fibrocimento		Varanda		Laje em betão		Óculo		Outro		Montra				Outro	
EDIFÍCIO			VAOS																																																		
Tipo de cobertura	Telha lusa	X	Tipo de Janela	Esquina																																																	
	Telha canudo			Falsa																																																	
	Telha marselha			Fingida																																																	
	Telha mista			Peito	X																																																
	Chapa ondulada metálica			Sacada																																																	
	Chap ondulada fibrocimento			Varanda																																																	
	Laje em betão			Óculo																																																	
Outro		Montra																																																			
		Outro																																																			

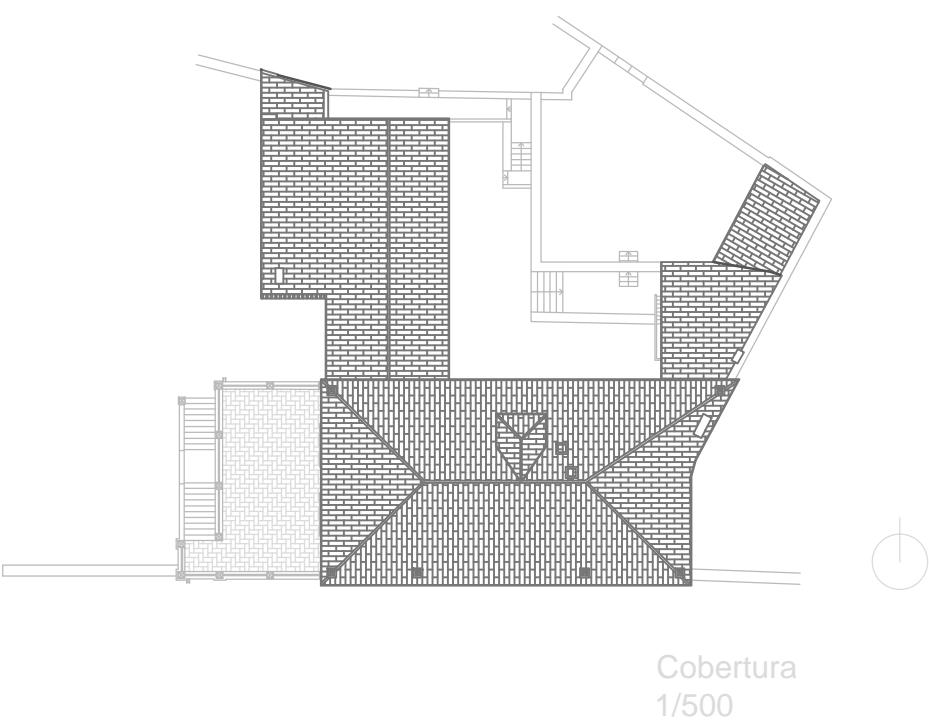
Coroamento	Cimalha clássica	X			
	Platibanda				
	Suporte de b. em betão				
	S. de beirado em alvenaria	x			
	Cornija				
	Cachorrada				
Beirado	Misula				
	Simple	x			
	Sub-beira				
	Sub-beira dupla				
Tubo de queda (vista)	Sub-beira tripla				
	Sim				
	Não				
Material de revestimento da fachada	Pedra à vista				
	Reboco areado fino pintado	x			
	Reboco areado rug. pintado				
	Tijolo e betão aparente				
	Reboco de cal	x			
	Reboco natural				
	Azulejo azul cobalto	x			
	Argamassa de cal e areia				
	Chapisco de cimento				
	Revestimento cerâmico				
Cor ou cores da fachada	outro				
Paramentos Vert. e Horiz.	Areia				
	Azul cobalto				
Material dos pavimentos	Sim	Vert.	Horiz	não	
	Não	Vert.	Horiz	não	
Soco ou Embasament	Pedra / tijoleira	x			
	reboco				
	Soco	x			
	Embasamento				
	Material:				
	Pedra	x			
	Reboco saliente				
	Pintado				
Moldura dos vãos	Azulejo				
	Outro				
Material da moldura dos vãos	Sim	x			
	Não				
Acessos verticais	Pedra	x			
	Reboco				
	Outro				
Alterações exteriores	isento	X			
	Ampliação em altura				
Elementos dissonantes	Ampliação em implantação				
	Alteração de revestimentos				
	Alterações dos vãos				
	Alteração de coberturas				
	Outro				
Material dos acessos verticais	Caixilharias				
	Cobertura				
	Cor da fachada				
	Alvenaria				
	Antenas	X			
Material dos acessos verticais	Cabos eléctricos	X			
	Outro				
	Madeira				
	Pedra	X			
Material dos acessos verticais	Betão				
	Outro				
Tipo de vidro	Simple	X			
	Duplo				
Sistema funcional	De abrir: 1 folha / 2 folhas	X			
	Guilhotina	X			
	Fixa				
	Pivotante				
	Basculante				
	Oscilobatente				
Caixilho	Correr				
	material	cor	f.	m.	
	madeira	x	branco		
	ferro		verde	x	
	inox		azul		
	PVC		vermelho		
Dispositivos de oclusão	alumínio		natural		
	f.- fixo / m. - móvel				
	Estore exterior				
	Estore interior				
	Portadas exteriores	X			
	Portadas interiores	X			
Porta(s)	outro				
	material	Cor			
	Madeira	X	Branco		
	Ferro		Verde	X	
	Alumínio		Vermelho		
	Inox		Azul		
	PVC		Amarelo		
			Preto		
			Natural		
	Outro		Outro		

ANEXO H

Anexo H — Proposta de carta de risco



Alçado Frontal



Estudo para a Reabilitação Sustentável da Quinta de Recreio

Caxias | Oeiras

Edifício
Paço Real - Fachada Frontal

Local
Estrada da Gibalta, Caxias

Coordenadas
38° 42.3' N - 009° 16.26' W

Patologias em elementos estruturais:

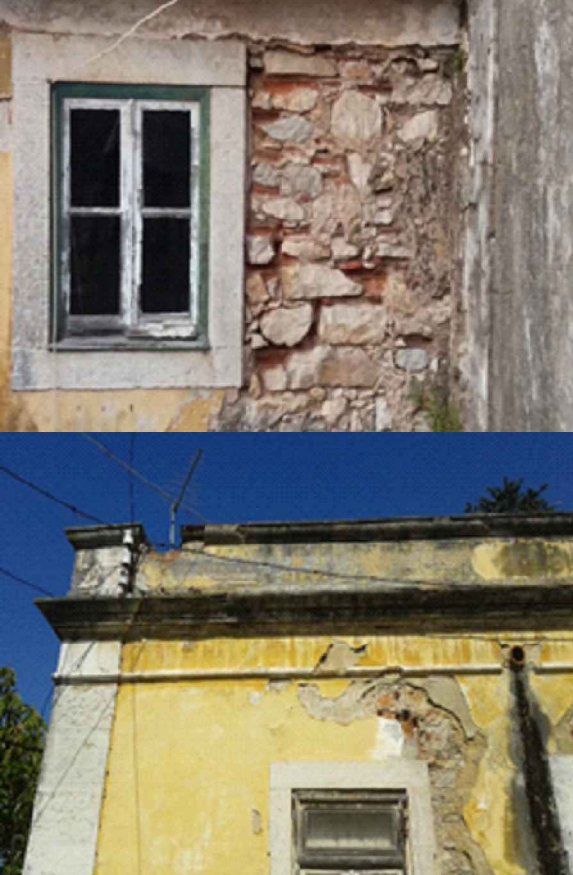
1 - Fendilhação

2 - Fendilhação oblíqua



3 - Esmagamento

4 - Desagregações



Patologias em elementos não estruturais do interior:

4 - Fissuração

5 - Desagregação por humidade



6 - Fungos

6 - Revestimentos



Intervenção corretiva das anomalias:

Indicadores de reabilitação para as patologias estruturais :

- Reforço das fundações para melhorar as características de resistência;
- Reposição e reforço das ligações entre os elementos de madeira das paredes exteriores;
- Injeção de ligantes, adição de elementos metálicos e susbtituição de materiais degradados para reforçar a alvenaria.

Indicadores para reabilitação de patologias não estruturais :

- Colocar novo reboco com características tão semelhantes ao que existe, removendo o anterior na íntegra;
- Usar argamassas à base de cal e areia, aditivada com adjuvantes artificiais ou naturais, ou tintas à base de cal;
- Tratar a madeira com substâncias naturais e com propriedades desinfetantes e antifúngicas;
- Reforçar o isolamento através de membranas de impermeabilização para reduzir a presença da água no edifício.